



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS GERAIS

Rua Nossa Senhora do Carmo, 131 – Centro – CEP: 37160-000

Tel/Fax: (35) 3853-2713\3853-1436

Site: www.camposgerais.mg.gov.br – E-mail: compras@camposgerais.mg.gov.br

Campos Gerais – Minas Gerais

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 054/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2024

MENOR PREÇO GLOBAL

SISTEMA REGISTRO DE PREÇO

REGIDO PELA LEI Nº 14.133/2021, LEI COMPLEMENTAR nº123/06

OBJETO: A contratação visa empresa especializada, para legalizar áreas ocupadas de forma informal, garantindo o direito à moradia digna para a população. Considerando essencial para identificar os limites das propriedades, áreas públicas, infraestrutura existente, entre outros aspectos relevantes para o processo de Regularização Fundiária de 1.086 (mil e oitenta e seis), imóveis no Distrito de Córrego do Ouro, pelo procedimento administrativo REURB.

Diante Termo de Convênio, que celebram o Estado de Minas Gerais, por intermédio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e a Prefeitura Municipal de Campos Gerais, proposta 005056/2023, Plano de trabalho:002393/2023.

INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

DATA DE ABERTURA DE PROPOSTAS: 26/09/2024

RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: ATÉ AS 09:00 horas de 26/09/2024.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: 09:15 horas 26/09/2024.

REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário de Brasília.

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: PLATAFORMA DE LICITAÇÕES AMM LICITA – www.ammlicita.org.br.

PORTARIA Nº 3929/2024: Agente de Contratação e Equipe de Apoio

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

MODO DE DISPUTA: ABERTO/FECHADO

ESCLARECIMENTOS:

Diretamente pela plataforma de licitações – www.ammlicita.org.br

edital Pregão Eletrônico nº 07/2024 / Esclarecimentos.

Telefones: (35) 3853-1436 ou (35) 3853-2713.

Horário de funcionamento: 08h00 min.às11h00 min e de 13h00 min às 16h00.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS GERAIS

Rua Nossa Senhora do Carmo, 131 – Centro – CEP: 37160-000

Tel/Fax: (35) 3853-2713\3853-1436

Site: www.camposgerais.mg.gov.br – E-mail: compras@camposgerais.mg.gov.br

Campos Gerais – Minas Gerais

EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 054/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2024 TIPO:

MENOR PREÇO GLOBAL

1 –PREÂMBULO

REQUERENTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS GERAIS - MG**, realizará a Licitação na **Modalidade Pregão Eletrônico**, em sessão pública a ser realizada na **Plataforma de Licitações AMM Licita (www.ammlicita.org.br)** a qual, conforme especificado no Termo de referência (documento complementar) deste edital.

-Os trabalhos serão conduzidos pelo Pregoeiro oficial, designada pela Portaria nº 3929/2024, e pela Equipe de Apoio, anexado aos autos do procedimento e regido pelas **Leis nº 14.133/21, Lei Complementar nº 123/06**, demais normas pertinentes e pelas condições estabelecidas pelo presente Edital.

- O Edital e seus documentos complementares poderão ser obtidos gratuitamente no site da Prefeitura Municipal de Campos Gerais, através do endereço eletrônico: www.camposgerais.mg.gov.br, na Plataforma de Licitações AMM Licita, através do endereço eletrônico: www.ammlicita.org.br e também no prédio sede da Prefeitura Municipal de Campos Gerais, em dias e horários de expediente, a partir da data de sua publicação.

- Toda e qualquer alteração que possivelmente ocorrer neste Edital, tais como errata, adendo, suspensão ou revogação, deverá ser consultada pelos pretensos licitantes no endereço eletrônico www.ammlicita.org.br, bem como no site da Prefeitura Municipal de Campos Gerais: www.camposgerais.mg.gov.br.

- A Administração não se responsabilizará caso o pretenso licitante não acesse o e-mail informado ou não visualize a alteração no Site supracitado consequentemente desconhecendo o teor dos Avisos publicados.

2- OBJETO

A contratação de empresa especializada, para legalizar áreas ocupadas de forma informal, garantindo o direito à moradia digna para a população. Considerando essencial para identificar os limites das propriedades, áreas públicas, infraestrutura existente, entre outros aspectos relevantes para o processo de Regularização Fundiária de 1.086 (mil e oitenta e seis), imóveis no Distrito de Córrego do Ouro, pelo procedimento administrativo REURB.

Diante Termo de Convênio, que celebram o Estado de Minas Gerais, por intermédio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e a Prefeitura Municipal de Campos Gerais, proposta 005056/2023, Plano de trabalho:002393/2023.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS GERAIS

Rua Nossa Senhora do Carmo, 131 – Centro – CEP: 37160-000

Tel/Fax: (35) 3853-2713\3853-1436

Site: www.camposgerais.mg.gov.br – E-mail: compras@camposgerais.mg.gov.br

Campos Gerais – Minas Gerais

2.2.1- O objeto desta licitação não está destinado à participação exclusiva das Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP.

2.2.1- Na hipótese de não haver vencedor para a exclusividade, a Administração poderá adjudicá-la aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal, consoante estabelece o § 2º do art. 8º do Decreto 8.538/2015. E, conforme o § 3º do art. 8º do citado Decreto, se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação de ambas as cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

3 –CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 –Poderão participar deste Pregão as empresas legalmente constituídas e que comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos neste Edital e seus documentos complementares.

3.2 –Não poderão participar do presente certame a empresa:

3.2.1 –Empresa suspensa de participar de licitação e impedida de contratar com o Município, durante o prazo da sanção aplicada;

3.2.2–Empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;

3.2.3 –Empresa impedida de licitar e contratar com o Município, durante o prazo da sanção aplicada;

3.2.4 –Empresa proibida de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no art. 72, § 8º, V, da Lei n.º 9.605/1998;

3.2.5 –Empresa proibida de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei n.º 8.429/1992;

3.2.6 - Quaisquer interessados enquadrados nas vedações previstas no art. 9º, §1º, da Lei n.º 14.133/2021;

3.2.6.1 -Entende-se por “participação indireta” a que alude o art. 9º § 1º, da Lei n.º 14.133/2021 a participação no certame de empresa em que uma das pessoas listadas no mencionado dispositivo legal figure como sócia, pouco importando o seu conhecimento técnico acerca do objeto da licitação ou mesmo a atuação no processo licitatório.

3.2.7 –Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;

3.2.8 -Empresa que se encontre em processo de dissolução ou falência;

3.2.9 -Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

3.3 -Consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição.

– Os licitantes deverão estar previamente cadastrados na plataforma de licitações, o qual poderá ser realizado em www.ammlicita.org.br.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS GERAIS

Rua Nossa Senhora do Carmo, 131 – Centro – CEP: 37160-000

Tel/Fax: (35) 3853-2713\3853-1436

Site: www.camposgerais.mg.gov.br – E-mail: compras@camposgerais.mg.gov.br

Campos Gerais – Minas Gerais

- A observância das vedações supra é de inteira responsabilidade da licitante que, pelo descumprimento, se sujeita às penalidades cabíveis.

4. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

4.1 - Até **03 (três) dias úteis** antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o Ato Convocatório deste Pregão, devendo protocolizar o pedido diretamente pelo site www.ammlicita.org.br, no local específico dentro do processo licitatório em análise - cabendo ao PREGOEIRO decidir sobre a petição no prazo de **02 (dois) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.**

4.1.1 - Caso seja acolhida a impugnação contra o Ato Convocatório, será designada nova data para a realização do Certame.

4.2 - Decairá do direito de impugnar os termos deste edital, por falhas ou irregularidades, o proponente/licitante que não o fizer até o **terceiro dia útil** que anteceder à data de realização da sessão pública do Pregão, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

4.3 - A impugnação feita tempestivamente pelo proponente/licitante não o impedirá de participar do Certame.

4.3.1 - Somente serão aceitas as impugnações que forem anexadas ao sistema acompanhadas dos respectivos documentos de identificação e poderes da impugnante.

5 –DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA E DA EFETIVA PARTICIPAÇÃO

5.1 - O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança (criptografia e autenticação) em todas as suas fases.

5.2 - Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados na participação do Pregão Eletrônico deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtidas através do sítio da Plataforma de Licitações da AMM Licit (www.ammlicita.org.br) fone 31 3191 0707.

5.3 - É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como, seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Município de Campos Gerais, ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação, a responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido do acesso.

5.4 - O credenciamento do licitante e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

5.5 - A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal do credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços e documentos de habilitação, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observando data e horário limite estabelecido.

5.6 - O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital.

5.7 - COMO CONDIÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO, A LICITANTE ASSINALARÁ “SIM” OU “NÃO” EM CAMPO PRÓPRIO DO SISTEMA ELETRÔNICO,



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS GERAIS

Rua Nossa Senhora do Carmo, 131 – Centro – CEP: 37160-000

Tel/Fax: (35) 3853-2713\3853-1436

Site: www.camposgerais.mg.gov.br – E-mail: compras@camposgerais.mg.gov.br

Campos Gerais – Minas Gerais

RELATIVO ÀS SEGUINTES DECLARAÇÕES:

() Declaro que estou ciente e concordo com as condições contidas no edital e seus documentos complementares, cumprio plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital e que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a minha habilitação, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posterior.

() Declaro que não emprego menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88.

() Declaro que a proposta apresentada para essa licitação está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório e me responsabilizo pela veracidade e autenticidade dos documentos apresentados.

() Declaro que não possuo, em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal/88.

() Declaro que não incorro nas condições impeditivas do art. 9º, §1º da Lei Federal nº 14.133/21.

() Declaro para os devidos fins legais, sem prejuízo das sanções emultas previstas neste ato convocatório, estar enquadrado como ME/EPP/Cooperativa, conforme a Lei Complementar nº 123/2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apto, portanto, a exercer o direito de preferência.

- A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

6 –DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

* 6.1 – Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente conforme item 6.1.

ATENÇÃO!

6.1.1 –Deverão os licitantes anexar:

I –Carta Proposta (Orçamento) em formato PDF,com as respectivas assinaturas;

6.1.2 –O envio da proposta, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha intransferíveis, bem como a documentação habilitatória devendo está ser apresentada pela licitante com a melhor proposta, em até duas horas, conforme comunicado do sr. Agente de Contratação, via plataforma. (art.63, II da Lei 14133/2021).

6.3 – As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar toda a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do Art. 43, § 1º da Lei Complementar 123/2006.

6.4 – Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a Sessão Pública da Concorrência, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

* **6.5** – Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inseridos no sistema.

6.6 – Não será estabelecida, nessa etapa do certame,ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS GERAIS

Rua Nossa Senhora do Carmo, 131 – Centro – CEP: 37160-000

Tel/Fax: (35) 3853-2713\3853-1436

Site: www.camposgerais.mg.gov.br – E-mail: compras@camposgerais.mg.gov.br

Campos Gerais – Minas Gerais

negociação e julgamento da proposta.

6.7 – Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação pelo agente de contratação e comissão julgadora e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6.8 – Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, se houver, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances no prazo definido pelo agente de contratação e comissão julgadora, de no mínimo 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação, podendo ser prorrogado.

6.9 – Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

6.9.1 – Nestes casos, a licitante deverá encaminhar a documentação original ou a cópia autenticada exigida, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data da solicitação pelo agente de contratação e comissão julgadora, via sistema.

6.10 – Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

6.11 – Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por Tradutor Juramentado, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

6.12– Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o agente de contratação e comissão julgadora suspenderão a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

6.13– Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

7 –DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

7.1– Além do cadastro de proposta no portal, deverá ser inserida em campo próprio, no sistema eletrônico, proposta com o valor dos itens que for concorrer, até a data e horário marcado para abertura das propostas, devendo constar, no mínimo:

I –Carta Proposta (Orçamento) (para todos os itens que for disputar) em formato PDF, com as respectivas assinaturas;

7.1.1 A proposta acima deverá ser formulada, contendo valores unitários para todos os itens, expressos em reais com até duas casas após a vírgula,

7.1.2 Para fins contábeis, de julgamento e para assinatura do contrato contrato será considerado o valor final total da proposta com 2 casas decimais, discriminando os valores de todos os itens.

7.3 –Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

7.4– Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços.

7.5– Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS GERAIS

Rua Nossa Senhora do Carmo, 131 – Centro – CEP: 37160-000

Tel/Fax: (35) 3853-2713\3853-1436

Site: www.camposgerais.mg.gov.br – E-mail: compras@camposgerais.mg.gov.br

Campos Gerais – Minas Gerais

alteração sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.6– O prazo de validade da proposta é fixado em 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

7.7– Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

7.8– No caso de alguma inconsistência no descritivo dos itens entre o Edital e o constante na plataforma da Concorrência Eletrônica, deverá ser considerado o descritivo do Edital.

7.9– Os documentos listados no item da HABILITAÇÃO deverão ser anexados no sistema juntamente com a proposta, no prazo de 02 (duas) horas, podendo este prazo ser dilatado por igual período, mediante solicitação via chat e seu deferimento pelo Sr. Agente de Contratação, onde o não cumprimento ensejará em desclassificação.

8 –DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, em até 2 horas, após a comunicação do sr. Agente de Contratação, via chat, , a Seguir informada:

8.1 -DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

a -registro comercial no caso de firma individual;

b - ato constitutivo, estatuto ou contrato social e última alteração (se houver) em vigor, devidamente registrado, **onde se possa identificar o administrador**, em se tratando de sociedades comerciais e no caso de sociedade por ações, acompanhados de documentos que comprovem a eleição de seus administradores;

c - comprovante de inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhado de prova da composição da diretoria em exercício;

8.2 -DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, através do cartão do **CNPJ**, que também servirá para fins de comprovação do enquadramento como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte;

b) prova de regularidade para com a Fazenda Federal relativa a Tributos Federais e à dívida Ativa da União e prova de regularização perante o Instituto Nacional de Seguridade Social –INSS, através de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, conforme Portarias MF358 e 443/2014;

c) prova de **regularidade fiscal para com a Fazenda Pública Estadual**;

d) prova de regularidade fiscal para com a **Fazenda Pública Municipal** do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;

e) prova de regularidade fiscal perante ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**CRF-FGTS**), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;

f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS GERAIS

Rua Nossa Senhora do Carmo, 131 – Centro – CEP: 37160-000

Tel/Fax: (35) 3853-2713\3853-1436

Site: www.camposgerais.mg.gov.br – E-mail: compras@camposgerais.mg.gov.br

Campos Gerais – Minas Gerais

apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (**CNDT**) e/ou, no caso de estarem os débitos garantidos por penhora suficiente ou com a exigibilidade suspensa, será aceita a Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas, que tenha os mesmos efeitos da **CNDT**;

Nota 01 - A verificação pelo órgão ou entidade promotora do certame nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

Nota 02 - As certidões que não tenham o prazo de validade expresso no documento, ter-se-ão como válidas por 90 (noventa) dias a partir da data de sua emissão.

8.3 – DA REGULARIDADE ECONÔMICA FINANCEIRA

A- Certidão negativa de falência e concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com emissão não superior a 60 (sessenta) dias, até a protocolização da proposta.

B. - Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social da empresa, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados a mais de 03 (três) meses da data da apresentação da proposta.

B-1 Os balanços das sociedades por ações deverão ser apresentados com ata de aprovação pela assembleia geral ordinária, registrada na Junta Comercial. Fica dispensada esta exigência para pessoa física e Associação ou Cooperativa, sendo dos últimos, exigido a prestação de contas do último exercício financeiro assinado pelo contador.

B-1 Em se tratando de Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, estas não estarão dispensadas de apresentar balanço patrimonial, devidamente registrado na junta comercial competente e assinado pelo contador.

B-1 A partir dos dados de balanço, deverão ser calculados os seguintes índices, como condição para a habilitação:

ILC= Índice de liquidez corrente, com valor igual ou superior a 1,00;

ILG= Índice de liquidez geral, com valor igual ou superior a 1,00;

GE = Grau de endividamento, com valor igual ou menor a 1,00;

ONDE:

ILC= ATIVO CIRCULANTE PASSIVO CIRCULANTE

ILG= ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

GE= PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO ATIVO TOTAL.

OBSERVAÇÃO: Os índices acima deverão ser demonstrados pelo próprio licitante, em memória de cálculos, assinada por contador responsável pelo balanço, devidamente registrado no CRC, para posterior verificação pela Comissão.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS GERAIS

Rua Nossa Senhora do Carmo, 131 – Centro – CEP: 37160-000

Tel/Fax: (35) 3853-2713\3853-1436

Site: www.camposgerais.mg.gov.br – E-mail: compras@camposgerais.mg.gov.br

Campos Gerais – Minas Gerais

8.4 –DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- a) **Atestado de Aptidão de atividade**, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, necessariamente em nome da licitante, que comprove o bom e regular fornecimento de bens/serviço compatíveis e/ou similares ao objeto do Edital e seus anexos.

A Regularização Fundiária Urbana- REURB deverá ser desenvolvida por equipe multidisciplinar habilitada pelos seus respectivos Conselhos de Classe para a execução das ações de regularização fundiária urbana definida no presente Termo de Referência.

Será requerida das empresas licitantes, para fins de qualificação técnica, a comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características técnicas compatíveis com o objeto da licitação.

A demonstração de capacidade técnica é feita pela apresentação de atestados com este teor emitidos por pessoas jurídicas de direito público e privado, comprovadamente idôneas. Tais documentações devem provar a elaboração de serviços de características semelhantes às do objeto desta licitação, assim como o efetivo exercício das atribuições designadas a cada técnico, no setor público e privado.

Os atestados devem comprovar serviços de Reurb que compreendam todas as etapas do processo de Regularização, ou seja, desde a instauração com a identificação do núcleo até a emissão do registro do parcelamento com os lotes individualizados. Atestados que comprovem serviços apenas de parte do processo descrito na Lei federal 13.465/2017 não serão aceitos.

Nas certificações requeridas, devem estar descritos os dados essenciais do projeto executado e a afirmativa de que este foi realizado cumprindo os objetivos e prazos previstos, com a qualidade exigida.

Devem ser relacionados, ainda, um nome e telefone de contato do(a) emitente, para verificação da Comissão de Licitação em que a CONTRATADA tenha participado.

8.4 b) No caso de profissionais ligados ao CREA ou CAU, são exigidas as ART ou RRT pertinentes, em nome dos profissionais integrantes da equipe. Não é exigida, porém, a certidão de acervo técnico emitida pelo CREA ou CAU. Ressalta-se que a desclassificação é automática se qualquer integrante apresentado pela licitante não apresentar pelo menos uma ART ou RRT ou atestado.

A equipe técnica deve ser composta no mínimo dos profissionais listados a seguir:



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS GERAIS

Rua Nossa Senhora do Carmo, 131 – Centro – CEP: 37160-000

Tel/Fax: (35) 3853-2713\3853-1436

Site: www.camposgerais.mg.gov.br – E-mail: compras@camposgerais.mg.gov.br

Campos Gerais – Minas Gerais

- **Coordenação geral:** arquiteto(a) sênior, ou Engenheiro sênior ou advogado com experiência na coordenação e supervisão técnica de serviços de Regularização Fundiária ou Planos de Urbanização de Assentamentos Precários.
- **Área jurídica:** advogado(a) com experiência comprovada em direito Público, imobiliário e direito urbanístico, regularização fundiária, usucapião e propriedade da terra.
- **Área de arquitetura e urbanismo:** arquiteto(a) com experiência em elaboração e desenvolvimento de projeto urbanístico, em especial com RRT em projeto de regularização fundiária, ou parcelamento do solo.
- **Área de engenharia civil e ambiental:** engenheiro com experiência em elaboração e desenvolvimento de projeto de regularização fundiária ou parcelamento do solo, em estudo técnico ambiental e de risco.
- **Área social:** técnico(a) social com formação superior em Serviço Social, devidamente registrado no Conselho Regional de Serviço Social – CRESS e experiência comprovada em trabalhos de mobilização social e elaboração de diagnóstico social de comunidades de baixa renda.
- **Estagiário:** estagiário de Serviço Social, Direito, Arquitetura e/ou Engenharia, matriculado e freqüente ao referido curso, com disponibilidade para eventuais reuniões à noite e ou finais de semana, bem como habilidade para atendimentos individuais, familiares ou grupos para esclarecimentos, orientações, encaminhamentos cabíveis, além de participar, acompanhar e executar demais atividades pertinentes a Regularização Fundiária de núcleos urbanos irregulares.

8.5 QUANTO ASSINATURA DO CONTRATO;

- **A equipe técnica deve ser composta no mínimo dos profissionais listados anteriormente, devendo comprovar vínculo com a empresa licitante, através de contratos, CTPS assinada, ou fazer parte do quadro de sócios da empresa.**

A função de coordenador(a) geral pode ser cumulativa ao profissional de arquitetura, engenharia ou da área jurídica, desde que haja disponibilidade para assumir a carga horária necessária ao desempenho de ambas.

Durante a execução do contrato, os profissionais indicados na proposta somente poderão ser substituídos por outros de igual qualificação técnica, devidamente comprovada, mediante prévia aprovação da CONTRATANTE.

9– DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS GERAIS

Rua Nossa Senhora do Carmo, 131 – Centro – CEP: 37160-000

Tel/Fax: (35) 3853-2713\3853-1436

Site: www.camposgerais.mg.gov.br – E-mail: compras@camposgerais.mg.gov.br

Campos Gerais – Minas Gerais

9.1- A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

9.2 -O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que contenham vícios insanáveis ou que não apresentem as especificações técnicas exigidas no Projeto Básico.

9.3 -Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

9.4 - A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

9.5 - A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

9.6 -O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

9.7 - Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

9.8 -O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo.

9.9 -Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

9.10 - O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

9.11- O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 5,00 (cinco reais).

9.12 -Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“aberto/fechado”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações, conforme a seguinte ordem de etapas:

9.13 - A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

9.14- A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

9.15- Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

9.16- Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor

9.17 -Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema,



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS GERAIS

Rua Nossa Senhora do Carmo, 131 – Centro – CEP: 37160-000

Tel/Fax: (35) 3853-2713\3853-1436

Site: www.camposgerais.mg.gov.br – E-mail: compras@camposgerais.mg.gov.br

Campos Gerais – Minas Gerais

poderá o Pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

9.18 -Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo Pregoeiro.

9.19 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

9.20 -Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados,em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

9.21 - No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

9.22 - Quando a desconexão do sistema eletrônico para oPregoeiro persistir por temposuperiora dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, nosítio eletrônico utilizado para divulgação.

9.23 -Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

9.24 - Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, o sistema identificará as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da Primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006.

9.25 - Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta oumelhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

9.26 - A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 3 (três) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

9.27 - Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

9.28 - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

9.29 - A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

9.30 - Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133/21, assegurando-se a preferência,



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS GERAIS

Rua Nossa Senhora do Carmo, 131 – Centro – CEP: 37160-000

Tel/Fax: (35) 3853-2713\3853-1436

Site: www.camposgerais.mg.gov.br – E-mail: compras@camposgerais.mg.gov.br

Campos Gerais – Minas Gerais

sucessivamente, aos bens e serviços:

a - avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

b - desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

c - desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

d - empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

e - empresas brasileiras;

f - empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

g - empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

9.30.1 - Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

9.31 - Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

9.32 - Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

9.33 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.34 - Quando houver apenas um item por lote, o sistema ao final da sessão de disputa automaticamente atualizará a proposta do fornecedor pelo melhor lance ofertado. No entanto quando se tratar de mais de um item por lote o Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie, através do sistema, a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

9.35 - Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

10 – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1 - Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS GERAIS

Rua Nossa Senhora do Carmo, 131 – Centro – CEP: 37160-000

Tel/Fax: (35) 3853-2713\3853-1436

Site: www.camposgerais.mg.gov.br – E-mail: compras@camposgerais.mg.gov.br

Campos Gerais – Minas Gerais

10.2 - Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

10.3 - Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

10.4 - Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

10.5 - O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

10.6 - O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

10.7 - Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como: marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo

Indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

10.8 - Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

10.9 - Se tratando de Lote, a desclassificação de um único item do lote implicará na desclassificação da proposta para todo o lote, ou seja, a proposta somente será aceita se atender aos requisitos para todos os itens que compõem o lote.

10.10 - Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “**chat**” a nova data e horário para a sua continuidade.

10.11 - O Pregoeiro deverá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

10.12 - Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

- A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes pelo “**chat**”.

11 – DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

11.1 - Para julgamento, será adotado o critério de **MENOR PREÇO POR GLOBAL, devendo os licitantes apresentarem valores para todos os itens/lotos**, observados o valor máximo aceitável, os prazos para fornecimento, as especificações técnicas, parâmetros mínimos de desempenho e qualidade e demais condições definidas neste Edital.

11.2 - O Pregoeiro anunciará o licitante detentor da proposta ou lance de menor valor maior



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS GERAIS

Rua Nossa Senhora do Carmo, 131 – Centro – CEP: 37160-000

Tel/Fax: (35) 3853-2713\3853-1436

Site: www.camposgerais.mg.gov.br – E-mail: compras@camposgerais.mg.gov.br

Campos Gerais – Minas Gerais

vantajosidade imediatamente após a fase de aceitação das propostas ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo Pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor mais vantajoso.

11.3 - Se a proposta de menor valor/maior vantajosidade não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro poderá examinar a proposta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procederá a verificação das condições habilitatórias do proponente, na ordem de classificação, ordenada e sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

11.4 - No caso de discordância entre valores numéricos e por extenso, prevalecerão estes últimos e, entre preços unitários e totais, os primeiros.

11.5 - Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste Edital ou da legislação em vigor.

11.6 - Serão rejeitadas as propostas que:

a - Sejam incompletas, isto é, não conterem informação(ões) suficiente(s) que permita(m) a perfeita identificação do material licitado;

b - Contiverem qualquer limitação ou condição substancialmente contrastante com o presente Edital, ou seja, manifestamente inexecutáveis, por decisão do Pregoeiro.

11.7 - Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e valor estimado para a aquisição do bem.

11.7.1 - Da sessão, o sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.

11.8 - Constatando o atendimento das exigências previstas no Edital, o licitante será declarado vencedor, sendo homologado o procedimento e adjudicado o objeto da licitação pela autoridade competente.

11.9 - Após a habilitação, poderá a licitante ser desqualificada por motivo relacionado com a capacidade jurídica, regularidade fiscal, qualificação econômico-financeira, qualificação técnica e/ou inidoneidade, em razão de fatos supervenientes ou somente conhecidos após o julgamento.

12 –DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA FINANCEIRA (PROPOSTA FINAL)

12.1 - A PROPOSTA FINAL do licitante declarado vencedor será atualizada automaticamente pelo sistema de pregão eletrônico.

12.2 . A PROPOSTA FINAL do licitante declarado vencedor será automaticamente atualizada pelo sistema eletrônico. Quando houver mais de um item por lote, o sistema fará a divisão dos valores entre os itens de forma proporcional. Excepcionalmente o Pregoeiro poderá liberar a atualização de proposta manual diretamente na plataforma para que o fornecedor faça o preenchimento do(s) valor(es) do(s) item(s) do(s) lote(s) livremente caso entenda necessário, no prazo máximo de 02 (duas) horas, ou, em outro prazo informado pelo Pregoeiro.

13 –DO RECURSO

13.1 –O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS GERAIS

Rua Nossa Senhora do Carmo, 131 – Centro – CEP: 37160-000

Tel/Fax: (35) 3853-2713\3853-1436

Site: www.camposgerais.mg.gov.br – E-mail: compras@camposgerais.mg.gov.br

Campos Gerais – Minas Gerais

de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo (30) trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual (is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

13.2 - A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, no momento da sessão pública deste Pregão, implica decadência desse direito, ficando o Pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto à LICITANTE VENCEDORA.

13.3 – Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

13.3.1 - Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

13.3.2 - A falta de apresentação das razões de recurso, em campo próprio do sistema, também importará a decadência do direito de recurso e, via de consequência, a adjudicação do objeto da licitação à LICITANTE VENCEDORA.

13.4 - A recorrente que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 03 (três) dias úteis, ficando as demais LICITANTES, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

13.5 - O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

14 – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1 - O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

14.2 - Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

15 – DAS CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO E FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

15.1-CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO

15.1.2 - Findo o processo licitatório, a empresa vencedora será convocada via sistema eletrônico e e-mail a assinar o contrato, que obedecerá ao modelo em anexo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da convocação emitida pelo Setor, sob pena de decair do direito à contratação.

15.1.3 - O subitem acima deverá ser desconsiderado caso seja outra a decisão da autoridade competente que não a homologação do processo licitatório ou outra for sua decisão.

15.1.4 - Caso a licitante vencedora não atenda ao prazo previsto no item 15.1, ensejará a aplicação das sanções estabelecidas no item sanções administrativas deste instrumento, reservando-se o **CONTRATANTE**, o direito de convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS GERAIS

Rua Nossa Senhora do Carmo, 131 – Centro – CEP: 37160-000

Tel/Fax: (35) 3853-2713\3853-1436

Site: www.camposgerais.mg.gov.br – E-mail: compras@camposgerais.mg.gov.br

Campos Gerais – Minas Gerais

primeira classificada, inclusive quanto ao preço, ou revogar a licitação, independentemente das sanções previstas para a licitante vencedora neste instrumento.

16 –DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO.

O contrato a ser firmado entre as partes terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da data da publicação de seu extrato no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, podendo ser prorrogado por idêntico período até o limite máximo de 05 (cinco) anos, mediante celebração de termos aditivos, conforme dispõe o artigo 106 da Lei 14.133/21.

16.2- - O contrato celebrado poderá ser extinto a qualquer momento, nos termos dos Art. 137 a139 da Lei 14.133/21.

17 –DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

17.1 -Além das obrigações legais, regulamentares e das demais constantes deste instrumento e seus documentos complementares, obriga-se, ainda, a empresa vencedora a dar fiel cumprimento a todas as obrigações referendadas no termo de referência.

17.2 - Arcar com todos os ônus necessários à completa execução dos serviços

17.3 - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste instrumento, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da entrega do(s) produto(s), num prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos, salvo quando o defeito for, comprovadamente, provocado por uso indevido, sendo que o tempo extra despendido poderá ser computado para aplicação das penalidades previstas neste instrumento.

17.4 - Cumprir rigorosamente com o disposto no Edital e demais documentos complementares.

17.5 - Manter durante a execução deste contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

17.6- Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se outrossim por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da Lei, ligadas ao cumprimento do presente Instrumento.

17.7 -Responder por danos materiais ou físicos, causados por seus empregados, diretamente ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo.

17.8 -Em tudo agir segundo as diretrizes da Administração.

18 –DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

18.1 -O regime jurídico desta contratação confere ao contratante as prerrogativas do Art.104 da Lei nº 14.133/21.

18.2 - Constituem obrigações do **CONTRATANTE**, além da constante do Art. 115 da Lei n.º 14.133/21, as especificadas no Edital.

18.3 -Acompanhar, fiscalizar e avaliar os produtos/serviços do objeto deste Contrato;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS GERAIS

Rua Nossa Senhora do Carmo, 131 – Centro – CEP: 37160-000

Tel/Fax: (35) 3853-2713\3853-1436

Site: www.camposgerais.mg.gov.br – E-mail: compras@camposgerais.mg.gov.br

Campos Gerais – Minas Gerais

18.4 - Emitir as AFS (Autorização de Fornecimento/Serviço) à empresa vencedora, de acordo com as necessidades, respeitando os prazos para atendimentos;

18.5 - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo licitante vencedor;

18.6 -Efetuar o pagamento na forma ajustada neste Edital e no Instrumento Contratual;

18.7 -Cumprir com as demais obrigações constantes no Edital e outras previstas no Contrato.

19 –DA FISCALIZAÇÃO

- A entrega do produto e o cumprimento do disposto neste instrumento serão fiscalizados pelo **CONTRATANTE**, por intermédio do Gerenciador de Contrato, que acompanhará a entrega do produto/prestação do serviço, de acordo com o determinado, controlando os prazos estabelecidos para entrega do mesmo e apresentação de fatura, notificando à empresa vencedora a respeito de quaisquer reclamações ou solicitações havidas.

19.1– Para o acompanhamento, fiscalização e gestão do contrato, ficam designados os servidores:

19.1.1 Gestora do Contrato – Fernanda Ferreira Flávio – matrícula 4554

19.1.2 Fiscalização técnica – Lillian de Aparecida de Oliveira Souza – Matrícula 6191

20. DO PAGAMENTO

20.1 O pagamento será efetuado através de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário em um dos bancos que o fornecedor indicar, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data final do período de adimplemento a que se referir, com base nos documentos fiscais devidamente conferidos e aprovados pela CONTRATANTE.

O pagamento será ao fim do cumprimento, após aprovação, de cada uma das etapas descritas no item 2 do termo de referência.

20.2 - A Nota Fiscal correspondente deverá ser entregue pela **CONTRATADA** diretamente ao responsável pela fiscalização que somente atestará a realização dos serviços/fornecimento e liberará a Nota Fiscal para pagamento quando cumpridas, pela **CONTRATADA**, todas as condições pactuadas.

20.3 - Para execução do pagamento, **CONTRATADA** deverá fazer constar na Nota Fiscal correspondente, emitida sem rasura, em letra bem legível, em nome do Município de Campos Gerais - MG, informando o número de sua conta corrente e agência Bancária, bem como o número da Ordem de Compra.

20.4 - Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, aquela será devolvida à **CONTRATADA** e o pagamento ficará pendente até que o mesmo providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando quaisquer ônus ao Município de Campos Gerais – MG.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS GERAIS

Rua Nossa Senhora do Carmo, 131 – Centro – CEP: 37160-000

Tel/Fax: (35) 3853-2713\3853-1436

Site: www.camposgerais.mg.gov.br – E-mail: compras@camposgerais.mg.gov.br

Campos Gerais – Minas Gerais

20.5 - A critério da Administração poderão ser descontados dos pagamentos devidos, os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras de responsabilidade da **CONTRATADA**.

20.6 – O Município de Campos Gerais - MG poderá sustar todo e qualquer pagamento do preço ou suas parcelas de qualquer fatura apresentada pela **CONTRATADA** caso verificadas uma ou mais das hipóteses abaixo e enquanto perdurar o ato ou fato sem direito a qualquer reajustamento complementar ou acréscimo, conforme enunciado:

a) A **CONTRATADA** deixe de acatar quaisquer determinações exaradas pelo órgão fiscalizador do Município de Campos Gerais - MG.

b) Não cumprimento de obrigação assumida, hipótese em que o pagamento ficará retido até que a **CONTRATADA** atenda à cláusula infringida.

c) A **CONTRATADA** retarde indevidamente a execução do serviço/fornecimento ou paralise os mesmos por prazo que venha a prejudicar as atividades do Município de Campos Gerais - MG.

d) Débito da **CONTRATADA** para com o Município de Campos Gerais - MG quer proveniente da execução deste instrumento, quer de obrigações de outros contratos.

e) Em qualquer das hipóteses previstas nos parágrafos acima, ou de infração as demais cláusulas e obrigações estabelecidas neste instrumento.

20.7 - Respeitadas as condições previstas neste instrumento, no caso de eventual atraso no pagamento por culpa do Município de Campos Gerais - MG, os valores devidos serão acrescidos de encargos financeiros de acordo com o índice de variação do INPC do mês anterior ao do pagamento “*prorata tempore*”, ou por outro índice que venha lhe substituir, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para o atraso.

21 – DESPESA ORÇAMENTÁRIA

21.1- Recursos financeiros a serem repassados pela CONCEDENTE correrão à conta da dotação orçamentária nº 601 02.02.01 04.122.0052.4.343 33.90.39.00 1701, no valor de (R\$ 512.703,79) no presente exercício de 2024, e o valor de R\$ 1.026.077,71 através de alocações orçamentárias no LOAs de 2025.

Ficando à contrapartida financeira da CONVENIENTE á dotação orçamentária nº 600 02.02.01 04.122.0052.4.343.33.90.39.00 2500, no valor de (R\$ 133.275,27), consignada para o presente exercício de 2024, e o valor de R\$ 266.724,25 no exercício financeiro de 2025.

– SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1 - O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela **CONTRATADA** ou não veracidade das informações prestadas, poderá acarretar, resguardados os preceitos legais pertinentes, sendo-lhe garantida a prévia defesa, nas seguintes sanções:

a) Advertência pelo atraso de até 10 (dez) dias corridos e sem prejuízo para o Município de Campos Gerais - MG, na entrega da mercadoria/prestação do serviço, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.

b) Multa de até 10% o total do contrato/ordem de compra/serviço para o caso de atraso superior a 10 (dez) dias corridos ou em situações que acarretem prejuízo a Administração, na entregada mercadoria/prestação do serviço/execução da obra, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS GERAIS

Rua Nossa Senhora do Carmo, 131 – Centro – CEP: 37160-000

Tel/Fax: (35) 3853-2713\3853-1436

Site: www.camposgerais.mg.gov.br – E-mail: compras@camposgerais.mg.gov.br

Campos Gerais – Minas Gerais

c) Multa de até 10% do total do contrato/ordem de compra/serviço para o caso de execução imperfeita do objeto.

d) Multa de até 20% sobre o valor total do contrato/ordem de compra/serviço se deixar de entregar a mercadoria/prestar o serviço, no prazo determinado, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.

e) Impedimento de licitar e contratar, nos termos do art.156, §4º, da Lei 14.133/21;

f) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, nos termos do art. 156, §5º, da Lei 14.133/21;

22.2 - As penalidades acima relacionadas não são exaustivas, mas sim exemplificativas, podendo outras ocorrências ser analisadas e ter aplicação por analogia e de acordo com a Lei nº 14.133/21, em especial aos artigos 155 a 163.

22.3 - As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

22 – EXTENSÃO DAS PENALIDADES

23.1 - As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com o **CONTRATANTE** poderá ser também, aplicada, sem prejuízo das sanções penais e civis, aqueles que:

a -Retardarem a execução do pregão;

b –Demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração e;

c -Fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal.

23 –DO REAJUSTAMENTO

24.1 - Conforme as normas financeiras vigentes, não haverá reajustamento de preços, no prazo inferior a 01 (um) ano.

24.2- Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito, ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da **Contratada** e a retribuição da **Contratante** para a justa remuneração do fornecimento, **poderá ser revisada**, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico - financeiro inicial do contrato.

24.3 - Na hipótese de solicitação de revisão de preços pela **Contratada**, esta deverá demonstrar a quebra do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, por meio de apresentação de planilha(s) detalhada(s) de custos seguindo a mesma metodologia da planilha apresentada para assinatura do contrato e notas fiscais de aquisição de produtos e/ou matérias-primas, etc), que comprovem que a contratação tornou-se inviável nas condições inicialmente avençadas.

24.4 - Na hipótese de solicitação de revisão de preços pela **Contratante**, esta deverá comprovar o rompimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, em prejuízo da



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS GERAIS

Rua Nossa Senhora do Carmo, 131 – Centro – CEP: 37160-000

Tel/Fax: (35) 3853-2713\3853-1436

Site: www.camposgerais.mg.gov.br – E-mail: compras@camposgerais.mg.gov.br

Campos Gerais – Minas Gerais

Municipalidade.

24.5 -Fica facultada à **Contratante**, realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar,em conjunto com a análise dos requisitos dos itens anteriores, a decisão quanto a revisão de preços solicitada pela **Contratada**.

24.6 - A eventual autorização da revisão dos preços contratuais será concedida após a análise técnica e jurídica da **Contratante**, porém contemplará as entregas de produtos ou serviços realizados a partir da data do **protocolo do pedido na Sec. da Administração**.

24.7 - Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, a **Contratada** não poderá suspender o fornecimento ou a prestação dos serviços e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes.

24 –DO CANCELAMENTO DO CONTRATO.

25.1 -O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

a -Descumprir as condições do contrato;

b - Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c - Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior aqueles praticados no mercado e estiverem presentes razões de interesse público.

25.2 - O cancelamento do Registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

25.3 - O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu Registro de Preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

25 –DISPOSIÇÕES GERAIS

26.1 – Homologada a licitação o adjudicatário receberá autorização de fornecimento ou instrumento equivalente.

26.2 – Caso o adjudicatário não preste o serviço ou forneça o(s) bem(ns), objeto do certame, de acordo com a sua proposta, serão convocados os licitantes remanescentes, observada à ordem de classificação, para execução do serviço.

26.3 - É facultado ao **PREGOEIRO** ou a **AUTORIDADE COMPETENTE**, em qualquer fase do julgamento promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do ofertado, bem como solicitar a órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.

26.4 – Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para execução dos serviços/entrega, decorrentes desta licitação, somente será analisada se apresentada antes do decurso do prazo para tal e devidamente fundamentada.

26.5 – Uma vez convocado, a recusa injustificada do adjudicatário em prestar os serviços/fornecimento, dentro do prazo estabelecido neste edital, caracteriza o



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS GERAIS

Rua Nossa Senhora do Carmo, 131 – Centro – CEP: 37160-000

Tel/Fax: (35) 3853-2713\3853-1436

Site: www.camposgerais.mg.gov.br – E-mail: compras@camposgerais.mg.gov.br

Campos Gerais – Minas Gerais

descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.

26.6 – Na hipótese acima referida será convocado novo adjudicatário, observada a ordem de classificação nesta licitação.

26.7 – Constituem motivos para rescisão do contrato ou instrumento equivalente, todos aqueles listados pela Lei 14.133/21, nos artigos 137 a 139.

26.8 – Será dada vista aos proponentes interessados tanto nas propostas comerciais como dos documentos de habilitação apresentados na sessão.

26.9 - A contratação dos itens requisitados para cada evento deverá ser precedida da requisição específica não ficando necessariamente obrigado o **CONTRATANTE** a contratar todos os itens constantes no contrato, devendo o mesmo ser fornecido de forma fracionada ao mesmo.

26.10 - É vedado à **contratada** subcontratar total ou parcialmente o fornecimento sem autorização expressa da Administração.

26.11- A presente Licitação somente poderá ser revogada por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado; ou anulada, em todo ou em parte, por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente comprovado.

26.12 - O **PREGOEIRO**, no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação, sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

26.13 – É vedado ao **fornecedor** retirar sua proposta ou parte dela após aberta a sessão do pregão.

26.14 - Às partes envolvidas deverão cumprir a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 \(LGPD\)](#), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

26.15 -Informações complementares que visam obter maiores esclarecimentos sobre a presente Licitação serão prestadas pelo AGENTE DE CONTRATAÇÃO de forma exclusiva pela plataforma de licitações AMM Licita (www.ammlicita.org.br).

26.16 - Será aceito o registro de mais de um fornecedor, desde que aceitem cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação.

27 DISPOSIÇÕES GERAIS

27.1 - Integram o Presente Edital, como documentos complementares, na plataforma AMM Licita:

a) Termo de Referência;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS GERAIS

Rua Nossa Senhora do Carmo, 131 – Centro – CEP: 37160-000

Tel/Fax: (35) 3853-2713\3853-1436

Site: www.camposgerais.mg.gov.br – E-mail: compras@camposgerais.mg.gov.br

Campos Gerais – Minas Gerais

- b) Dod
- c) ETP;
- d) Minuta do Contrato

27.2- Interessados poderão adquirir cópia do Edital somente via download do arquivo através do Portal Eletrônico <http://www.ammlicita.org.br> ou no site oficial do Município de Campos Gerais - MG no endereço eletrônico: www.camposgerais.mg.gov.br.

27.3 - O licitante deverá examinar detidamente as disposições contidas neste Edital e seus documentos complementares, pois o simples registro de proposta financeira junto ao sistema eletrônico de licitação utilizado, submete-a à aceitação incondicional de seus termos, independente de transcrição, bem como representa o conhecimento do objeto em licitação e a observância dos preceitos legais e regulamentares que a regem, não sendo aceita alegação de desconhecimento de qualquer pormenor.

27.4 - No caso de eventual divergência entre o Edital de Licitação e seus documentos complementares, prevalecerão as disposições do primeiro.

27.5 -Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus documentos complementares, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

27.6 - Cada licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação, sendo-lhe exigível, ainda, em qualquer época ou oportunidade, a apresentação de outros documentos ou informações complementares que se fizerem necessários, a fim de completar a instrução do processo, conforme faculta o Art. 59, § 2º c/c art. 64 da Lei Federal nº 14.133/21.

27.7 - É proibido a qualquer licitante tentar impedir o curso normal do processo licitatório mediante a utilização de recursos ou de meios meramente protelatórios, sujeitando-se o autor às sanções legais e administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/21 e no Código Penal Brasileiro.

27.8 - O **CONTRATANTE** reserva a si o direito de revogar a presente licitação por razões de interesse público ou anulá-la, no todo ou em parte por vício ou ilegalidade, bem como prorrogar o prazo para recebimento das propostas e/ou sessão de lances, desqualificar qualquer licitante ou desclassificar qualquer proposta, caso tome conhecimento de fato que afete a capacidade financeira, técnica ou comercial da licitante, sem que isto gere direito à indenização ou ressarcimento de qualquer natureza.

27.9-As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

27.10 –O Instrumento Convocatório é parte integrante do Contrato.

27.11. Informações sobre o andamento da licitação poderão ser obtidas junto à Comissão de Licitações, nos dias úteis, das 8h às 11h e das 13h às 16h pelos telefones (35)3853-1436 e e-mails: www.compras@camposgerais.mg.gov.br. Ainda, poderão ser acompanhadas as fases através do Portal Eletrônico <http://www.licitardigital.com.br>.

Campos Gerais - MG /MG, 10 de setembro de 2024.

Sirlei de Oliveira Borges Ferreira

Agente de Contratação

SUGESTÃO DE MODELO DE PROPOSTA**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 054/2024****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2024****MENOR PREÇO GLOBAL**

ITEM	UNID	QUANT	ESPECIFICAÇÃO	PREÇO ESTIMADO	
				UNIT.R\$	TOTALR\$
1	un	1086	1.1 - Identificação e delimitação do perímetro do núcleo georreferenciado assinado por profissional legalmente habilitado, com emissão de memorial descritivo do perímetro com ART ou RRT		
2	un	1086	1.2 - Instauração da Reurb, por ofício pelo Município, indicando a modalidade de Reurb praticada no núcleo – Reurb- S ou Reurb- E- seguindo os critérios da Lei 13.465/2017 e Decreto 9.310/2018;		
3	un	1086	1.3 - Audiência Pública com a comunidade a fim de apresentar a REURB e o planejamento para regularização da área.		
4	un	1086	1.4 - Apresentação de planta do perímetro do núcleo constando os possíveis proprietários (de lotes, glebas ou da área total) e identificação dos confrontantes do perímetro		
5	un	1086	1.5 - Realizar buscas no cartório de registro de imóveis com o fim de identificar os proprietários e confrontantes da área do núcleo que será regularizado		
6	un	1086	1.6 - Notificar os confrontantes e proprietários identificados nos termos da Lei 13.465/2017 e Decreto 9.310/2018		
7	un	1086	1.7 - Criar câmaras de prevenção e resolução administrativa de conflitos para sanar qualquer oposição apresentada por proprietário ou confrontante		

8	un	1086	2.1 - Levantamento planialtimétrico georreferenciado da área, apresentando as coordenadas georreferenciada da poligonal da área de intervenção e a situação existente. Devem ser identificadas as características físicas e topográficas da área, envolvendo o levantamento de quadras, lotes, projeção da edificação, as áreas públicas, estrutura viária, declividades do terreno, calçadas, árvores, postes, entre outros elementos relevantes identificados in loco. Deverá conter os acessos e cotas de soleira dos domicílios, pontos de lançamento de esgoto e drenagem, redes de água, esgoto e drenagem existentes, assinado por profissional legalmente habilitado.		
9	un	1086	2.2 - Estudo preliminar das desconformidades e da situação jurídica, urbanística e ambiental;		
10	un	1086	2.3 - Cadastro socioeconômico; *Realização de, no mínimo, 01 (uma) assembleia com a comunidade, em local previamente definido e acordado, para informar sobre o trabalho que será realizado, bem como esclarecer sobre o cadastramento socioeconômico, os documentos que serão necessários e a distribuição de material informativo para facilitar a compreensão e o entendimento; *Cadastro socioeconômico de cada residência da área de intervenção, para levantamento de informações sobre cada família conforme questionário (Anexo II) e coleta dos documentos dos ocupantes, necessários à emissão do título de propriedade ou de posse, de acordo com o instrumento de regularização a ser utilizado. Caso necessário, realização de plantões de atendimento pelo serviço social na comunidade para elaboração dos cadastros sociais das famílias envolvidas no projeto e que não foram encontradas em suas residências,*Compatibilização do Cadastro socioeconômico com o levantamento planialtimétrico, que subsidiará a realização do Projeto Urbanístico.		
11	un	1086	2.4 - Projeto urbanístico conforme artigo 36 da Lei Federal 13.465/2018 e artigo 31 do Decreto 9.310/2018.		

12	un	1086	2.5 - Memorial descritivo e ART ou RRT assinado por profissional legalmente habilitado.		
13	un	1086	2.6 - Proposta de soluções para questões ambientais, urbanísticas e de reassentamento dos ocupantes, quando for o caso.		
14	un	1086	2.7 - Estudo técnico para situação de risco, quando for o caso.		
15	un	1086	2.8 - Estudo técnico ambiental, para os fins previstos na Lei Federal 13.465/2017, quando for o caso.		
16	un	1086	2.9 - Cronograma físico de serviços e implantação de obras de infraestrutura essencial, compensações urbanísticas, ambientais e outras, quando houver.		
17	un	1086	2.10 - Termo de compromisso a ser assinado pelos responsáveis, públicos ou privados, pelo cumprimento do cronograma físico definido.		
18	un	1086	3.1 - Saneamento do processo a fim de verificar o cumprimento dos prazos e etapas do processamento da Reurb até então praticados.		
19	un	1086	3.2 - Aprovação do PRF pela autoridade competente, conforme Lei nº 13.465/2017.		
20	un	1086	3.3 - Expedição da CRF pelo município, conforme Lei nº 13.465/2017.		
21	un	1086	4.1 - Termo de Requerimento do registro em cartório		
22	un	1086	4.2 - Protocolo de registro em cartório		
23	un	1086	4.3 - Nota devolutiva e suas respectivas correções		
24	un	1086	4.4 - Entrega dos registros		

Validade da Proposta: 60 dias

**Razão social
responsável**

--

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA – DFD	
ÓRGÃO	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS
SETOR REQUISITANTE	Setor de Projetos, Convênios e Captação de Recursos
JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO	
<p>A contratação visa empresa especializada, para legalizar áreas ocupadas de forma informal, garantindo o direito à moradia digna para a população. Considerando essencial para identificar os limites das propriedades, áreas públicas, infraestrutura existente, entre outros aspectos relevantes para o processo de Regularização Fundiária de 1.086 (mil e oitenta e seis), imóveis no Distrito de Córrego do Ouro, pelo procedimento administrativo REURB.</p> <p>Diante Termo de Convênio, que celebram o Estado de Minas Gerais, por intermédio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e a Prefeitura Municipal de Campos Gerais, proposta 005056/2023, Plano de trabalho:002393/2023.</p> <p>Considerando, que o município não possui experiência prévia na elaboração e/ou coordenação de processos de Regularização Fundiária Urbana, porém possui em seu corpo técnico diversos profissionais capacitados para tal demanda, como engenheiros civis, advogados, assistentes sociais, entre outros. Ressalta-se que tais profissionais do Município atuarão tão somente na recepção dos dados e documentos fornecidos pela empresa contratada, e não atuarão diretamente na confecção de qualquer produto da REURB.</p>	

GRAU DE PRIORIDADE DA CONTRATAÇÃO		
() Baixa	() Média	(x)Alta

ITEM	UNID	QUANT	ESPECIFICAÇÃO	PREÇO ESTIMADO	
				UNIT.R\$	TOTALR\$
1	un	1086	1.1 - Identificação e delimitação do perímetro do núcleo georreferenciado assinado por profissional legalmente habilitado, com emissão de memorial descritivo do perímetro com ART ou RRT	R\$ 184,35	R\$ 200.204,10
2	un	1086	1.2 - Instauração da Reurb, por ofício pelo Município, indicando a modalidade de Reurb praticada no núcleo – Reurb- S ou Reurb- E-	R\$ 82,40	R\$ 89.486,40

			seguindo os critérios da Lei 13.465/2017 e Decreto 9.310/2018;		
3	un	1086	1.3 - Audiência Pública com a comunidade a fim de apresentar a REURB e o planejamento para regularização da área.	R\$ 53,74	R\$ 58.361,64
4	un	1086	1.4 - Apresentação de planta do perímetro do núcleo constando os possíveis proprietários (de lotes, glebas ou da área total) e identificação dos confrontantes do perímetro	R\$ 67,08	R\$ 72.848,88
5	un	1086	1.5 - Realizar buscas no cartório de registro de imóveis com o fim de identificar os proprietários e confrontantes da área do núcleo que será regularizado	R\$ 26,87	R\$ 29.180,82
6	un	1086	1.6 - Notificar os confrontantes e proprietários identificados nos termos da Lei 13.465/2017 e Decreto 9.310/2018	R\$ 102,15	R\$ 110.934,90
7	un	1086	1.7 - Criar câmaras de prevenção e resolução administrativa de conflitos para sanar qualquer oposição apresentada por proprietário ou confrontante	R\$ 78,21	R\$ 84.936,06
8	un	1086	2.1 - Levantamento planialtimétrico georreferenciado da área, apresentando as coordenadas georreferenciada da poligonal da área de intervenção e a situação existente. Devem ser identificadas as características físicas e topográficas da área, envolvendo o levantamento de quadras, lotes, projeção da edificação, as áreas públicas, estrutura viária, declividades do terreno, calçadas, árvores, postes, entre outros elementos relevantes identificados in loco. Deverá conter os acessos e cotas de soleira dos domicílios, pontos de lançamento de esgoto e drenagem, redes de água, esgoto e drenagem existentes, assinado por profissional legalmente habilitado.	R\$ 296,41	R\$ 321.901,26
9	un	1086	2.2 - Estudo preliminar das desconformidades e da situação jurídica, urbanística e ambiental;	R\$ 119,21	R\$ 129.462,06

10	un	1086	2.3 - Cadastro socioeconômico; *Realização de, no mínimo, 01 (uma) assembleia com a comunidade, em local previamente definido e acordado, para informar sobre o trabalho que será realizado, bem como esclarecer sobre o cadastramento socioeconômico, os documentos que serão necessários e a distribuição de material informativo para facilitar a compreensão e o entendimento; *Cadastro socioeconômico de cada residência da área de intervenção, para levantamento de informações sobre cada família conforme questionário (Anexo II) e coleta dos documentos dos ocupantes, necessários à emissão do título de propriedade ou de posse, de acordo com o instrumento de regularização a ser utilizado. Caso necessário, realização de plantões de atendimento pelo serviço social na comunidade para elaboração dos cadastros sociais das famílias envolvidas no projeto e que não foram encontradas em suas residências,*Compatibilização do Cadastro socioeconômico com o levantamento planialtimétrico, que subsidiará a realização do Projeto Urbanístico.	R\$ 124,92	R\$ 135.663,12
11	un	1086	2.4 - Projeto urbanístico conforme artigo 36 da Lei Federal 13.465/2018 e artigo 31 do Decreto 9.310/2018.	R\$ 211,76	R\$ 229.971,36
12	un	1086	2.5 - Memorial descritivo e ART ou RRT assinado por profissional legalmente habilitado.	R\$ 39,75	R\$ 43.168,50
13	un	1086	2.6 - Proposta de soluções para questões ambientais, urbanísticas e de reassentamento dos ocupantes, quando for o caso.	R\$ 48,75	R\$ 52.942,50
14	un	1086	2.7 - Estudo técnico para situação de risco, quando for o caso.	R\$ 35,01	R\$ 38.020,86
15	un	1086	2.8 - Estudo técnico ambiental, para os fins previstos na Lei Federal 13.465/2017, quando for o caso.	R\$ 46,81	R\$ 50.835,66
16	un	1086	2.9 - Cronograma físico de serviços e implantação de obras de infraestrutura	R\$ 52,87	R\$ 57.416,82

			essencial, compensações urbanísticas, ambientais e outras, quando houver.		
17	un	1086	2.10 - Termo de compromisso a ser assinado pelos responsáveis, públicos ou privados, pelo cumprimento do cronograma físico definido.	R\$ 26,67	R\$ 28.963,62
18	un	1086	3.1 - Saneamento do processo a fim de verificar o cumprimento dos prazos e etapas do processamento da Reurb até então praticados.	R\$ 45,74	R\$ 49.673,64
19	un	1086	3.2 - Aprovação do PRF pela autoridade competente, conforme Lei nº 13.465/2017.	R\$ 34,34	R\$ 37.293,24
20	un	1086	3.3 - Expedição da CRF pelo município, conforme Lei nº 13.465/2017.	R\$ 34,34	R\$ 37.293,24
21	un	1086	4.1 - Termo de Requerimento do registro em cartório	R\$ 25,07	R\$ 27.226,02
22	un	1086	4.2 - Protocolo de registro em cartório	R\$ 25,07	R\$ 27.226,02
23	un	1086	4.3 - Nota devolutiva e suas respectivas correções	R\$ 14,20	R\$ 15.421,20
24	un	1086	4.4 - Entrega dos registros	R\$ 9,53	R\$ 10.349,58

Total : 1.938.781,50

PREVISÃO DE INICIO DOS SERVIÇOS DEVERÁ SER: 01/08/2024

Fornecimento de Material

<input type="radio"/>	Consumo	<input type="radio"/>	Permanente
<input type="radio"/>	Parcela única	<input type="radio"/>	Mensal
<input type="radio"/>	Semanal	<input type="radio"/>	Outro: Especificar:
<input type="radio"/>	Quinzenal		

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

<input type="radio"/>	Não Continuado	<input checked="" type="radio"/>	Continuado
-----------------------	----------------	----------------------------------	------------

<input type="radio"/>	Parcela única	<input type="radio"/>	Mensal
<input type="radio"/>	Semanal	<input type="radio"/>	Outro: Especificar:
<input type="radio"/>	Quinzenal		

LOCAÇÃO DE IMÓVEL			
<input type="radio"/>	Não Continuado	<input type="radio"/>	Continuado
<input type="radio"/>	Parcela única	<input type="radio"/>	Mensal
<input type="radio"/>	Semanal	<input type="radio"/>	Outro: Especificar:
<input type="radio"/>	Quinzenal		

REGIME DE EXECUÇÃO			
<input type="radio"/>	Empreitada por preço unitário	<input type="radio"/>	Contratação por tarefa
<input checked="" type="radio"/>	Empreitada por preço global	<input type="radio"/>	Contratação integrada
<input type="radio"/>	Empreitada integral	<input type="radio"/>	Contratação semi-integrada

<input type="radio"/>	Fornecimento associado e prestação de serviço
-----------------------	---

EXIGÊNCIA DE AMOSTRAS OU PROTÓTIPO
<input checked="" type="radio"/> Não se aplica
<input type="radio"/> Sim. Critérios objetivos de avaliação: _____

HABILITAÇÃO ESPECÍFICA
<input checked="" type="radio"/> Não
<input type="radio"/> Sim. Especificar: _____

RESPONSABILIDADES ESPECÍFICAS DA CONTRATADA
<input checked="" type="radio"/> Não
<input type="radio"/> Sim. Especificar: _____

DEFINIÇÃO DA NECESSIDADE DE ELABORAÇÃO OU NÃO DE ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES

() Com base na baixa complexidade do objeto, o Estudo preliminar e o gerenciamento de riscos da contratação serão dispensados para esta contratação, bastando a elaboração de TR ou PB.

() Sim. Especificar: _____

(x) Devido à alta complexidade do objeto será necessária a elaboração do Estudo Preliminar e o gerenciamento de riscos da contratação.

() Devido à existência de Estudo Técnico Preliminar e de gerenciamento de riscos de contratação anterior, serão utilizados o ETP e GR .

ESTIMATIVADO VALOR DA CONTRATAÇÃO

CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS

Recursos financeiros a serem repassados pela CONCEDENTE correrão à conta da dotação orçamentária nº 601 02.02.01 04.122.0052.4.343.33.90.39.00 1701, no valor de (R\$ 512.703,79) no presente exercício de 2024, e o valor de R\$ 1.026.077,71 através de alocações orçamentárias no LOAs de 2025.

Ficando à contrapartida financeira da CONVENIENTE a dotação orçamentária nº 600 02.02.01 04.122.0052.4.343.33.90.39.00 2500, no

RESPONSABILIDADE PELA FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA

Data
17/07/2024

Luiz Fernando de Paula
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos
Matrícula: 3560

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

O presente termo de referência tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos, assessoria e consultoria, visando a Regularização Fundiária Urbana de interesse social- Reurb/S em núcleo urbano informal localizados no Distrito de Córrego do Ouro no Município de Campos Gerais – MG, objetivando a implementação de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais, destinadas à incorporação deste núcleo ao ordenamento territorial urbano e à titulação de seus ocupantes, nos termos da Lei Federal 13.465 de 11 de julho de 2017 e Decreto Federal 9.310 de 15 março de 2018, Decreto Municipal nº 3.997/2024, conforme especificações, exigências e quantidades estabelecidas neste documento COM SISTEMA REGISTRO DE PREÇO.

1.1. Núcleos urbanos informais

Núcleo urbano informal, conforme disposto na Lei Federal 13.465/2017, art. 11, II, é aquele clandestino, irregular ou no qual não foi possível realizar, por qualquer modo, a titulação de seus ocupantes, ainda que atendida a legislação vigente à época de sua implantação ou regularização.

Os empreendimentos habitacionais irregulares, quando promovidos por órgãos ou entidades da administração pública, integram, para fins desta contratação, o conjunto de núcleos urbanos informais.

1.2. Unidades imobiliárias

Com o objetivo de instruir o presente termo de referência considerar-se-á unidade imobiliária qualquer imóvel/lote inserido em núcleo urbano informal, podendo ser para fins residenciais, comerciais, lotes vagos e áreas de uso institucional.

1.3. Especificação do objeto

LOTE	ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE AQUISIÇÃO
1	Reurb do núcleo Distrito Córrego do Ouro	1086	Unidade



A Regularização Fundiária do Distrito de Córrego do Ouro, localizado no território do município de Campos Gerais-MG, se mostra como uma política pública urgente e prioritária a ser realizada, sendo de suma importância a Regularização Fundiária por questões jurídicas, ambientais e urbanísticas. Além disso, vale ressaltar que propiciará às famílias de baixa renda, bastante presentes nesse núcleo, o exercício digno do direito à moradia e à cidadania, proporcionando qualidade de vida.

2. ESCOPO DO SERVIÇO

O serviço será dividido em 04 (quatro) etapas, sendo necessária a execução de todas as etapas em cada um dos núcleos objeto da regularização. As etapas compreendem as fases do processamento administrativo da Reurb, disposta no artigo 28 da Lei Federal 13.465/17.

As etapas são:

1. Identificação do núcleo e instauração da Reurb;
2. Projeto de Regularização Fundiária e Cadastro Social;
3. Processamento Administrativo; e
4. Registro da Reurb.

2.1. Etapas do serviço

ETAPA 1 - IDENTIFICAÇÃO DO NÚCLEO E INSTAURAÇÃO DA REURB

Objetiva a identificação e delimitação do perímetro do núcleo para que seja possível a instauração do procedimento de regularização, bem como, para proceder com pesquisas sobre titularidade da área para notificação e manifestação de interessados.

Plano de trabalho.

- a) Identificação e delimitação do perímetro do núcleo georreferenciado assinado por profissional legalmente habilitado, com emissão de memorial descritivo do perímetro com **ART ou RRT**;
- b) Instauração da Reurb, por ofício, pelo Município, indicando a modalidade de Reurb praticada no núcleo – Reurb- S ou Reurb- E- seguindo os critérios da Lei 13.465/2017 e Decreto 9.310/2018;
- c) Audiência Pública com a comunidade a fim de apresentar a REURB e o planejamento para regularização da área;
- d) Elaboração de planta do perímetro do núcleo constando os possíveis proprietários (de lotes, glebas ou da área total) e identificação dos confrontantes do perímetro;
- e) Realizar buscas no cartório de registro de imóveis com o objetivo de identificar os proprietários e confrontantes da área do núcleo que será regularizado;
- f) Notificar os confrontantes e proprietários identificados nos termos da Lei 13.465/2017 e Decreto 9.310/2018; e
- g) Criar câmaras de prevenção e resolução administrativa de conflitos para sanar qualquer oposição apresentada por proprietário ou confrontante.

Especificação do serviço

A contratada deverá realizar o papel integrador entre todas as ações e atividades componentes da etapa, bem como sua gestão, controle de atendimento aos prazos, metas, produtos e especificações de entrega. A contratada também deverá atuar em articulação junto aos Cartórios, em especial os de Registro de Imóveis para que sejam fornecidos todos os meios necessários para andamento do projeto, em especial obtenção de documentos que possibilitem a pesquisa cartorial e notificação dos interessados.

Deverá ser desenvolvido um plano de trabalho e acompanhamento com o objetivo de explicitar as etapas ainda a serem desenvolvidas envolvendo os trâmites de regularização fundiária das suas diferentes formas jurídicas, objetivos, formas de alcance das metas e estratégias, bem como, atualização em tempo real de todo trabalho desenvolvido, devendo ser estruturado de forma a garantir o cumprimento dos objetivos e metas propostos no tocante à regularização fundiária das áreas.

- a) A identificação e delimitação do perímetro irregular será feita da seguinte forma:
 - A implantação e materialização do marco geodésico deverá acompanhar e observar o marco já fixado, conforme descrição abaixo:
-

Base Córrego do Ouro;

DATA DA COLETA:	13 de Junho de 2022
LOCAL:	Córrego do Ouro – Campos Gerais - MG
AERONAVE:	Phantom 4 - Nº SISANT: PP-000009723
DESCRIÇÃO DA LOCALIZAÇÃO:	Na localidade, encontra-se na Igreja São José, está localizado um Marco Geodésico Codificada como PMCG-002.
MATERIAL x DIMENSÕES:	Plaqueta de Alumínio IBGE
IDENTIFICAÇÃO	PMCG – 002
LATITUDE:	- 21°22'11.377"
LONGITUDE:	- 45°46'44.402"
COORDENADA ESTE:	419238,675
COORDENADA NORTE:	7636721,647
COTA. ELIPSOIDAL:	832,74
DATUM	SIRGAS 2000 - FUSO 23 SUL



- Além do marco descrito acima, deverá ser implantado no mínimo mais 01 (um) marco geodésico e/ou quantos se fizerem necessários no perímetro urbano para garantir a qualidade do levantamento;
- O rastreamento da base deverá atingir uma precisão $\leq 10\text{mm}$ de forma que, o rastreamento conduzido para o pós-processamento dos dados seja enviado ao IBGE, a fim de serem gerados os dados de PPP ou informar a utilização de RBMC;
- As monografias da base e dos marcos deverão conter código do vértice, foto, itinerário, coordenadas geodésicas em UTM, bem como as devidas precisões do marco de apoio em conformidade com o disposto neste Termo de Referência;
- As poligonais deverão adotar como partida e chegada, pontos determinados por GPS, a partir de vértice oficial;
- A identificação dos pontos no levantamento topográfico deverá ser contínua, sem que haja repetição da nomenclatura e número para quadra e lote;
- A identificação dos vértices do levantamento com suas respectivas coordenadas poderá ser representada no memorial descritivo com o critério de identificação e número do ponto coletado;

- Deverá conter detalhamento de quantos pontos forem necessários para representação fidedigna das divisas da área principal;
 - Deverá realizar os levantamentos por georreferenciamento, devendo obrigatoriamente atender às normas prescritas pela NBR13.133/1994;
 - Deverá, tanto para rastreo geodésico quanto para o transporte de coordenadas, utilizar receptores de sinais de satélite GNSS (GPS, GLONASS, GALILEO, QZSS e SBAS), geodésicos de dupla frequência (L1+L2), RTK/GSM, RTK e Pós-Processado, ou Pós-Processado (estático) com precisão após processamento de 10mm + 1ppm.
 - Deverão ser observadas as seguintes condições para alcançar a precisão supracitada: PDOP <6; horizonte mínimo de rastreamento (máscara) na “BASE”: 15°; horizonte mínimo de rastreamento (máscara) no “ROVER/MÓVEL”: 10°; intervalo de gravação de dados: 15s quinze segundos; e Estação Total, desde que com controle de fechamento e nivelamento geométrico com nível topográfico e automático de precisão poligonal contranivelada;
 - Deverá observar que todos os materiais e equipamentos a serem utilizados na execução dos serviços devem possuir laudos de aferição e calibração emitidos por laboratório especializado, autorização dos órgãos competentes e licenças de utilização, com validade no período de execução dos trabalhos.
- b) Publicar no diário oficial do município ou qualquer outro meio de comunicação oficial que confira publicidade à instauração do procedimento de Reurb, seguindo aos critérios estabelecidos pela Lei 13.465/2017 e Decreto 9.310/2018.
- c) Realizar divulgação em massa quanto à regularização no próprio núcleo por meio de folder's, carro de som, mídias sociais da prefeitura, rádio local, previamente aprovado pelo contratante, convidando a população a comparecer em audiência pública para informar quanto ao início do processo de Reurb. A audiência deverá ser realizada em horário flexível para possibilitar uma maior adesão por parte dos moradores. Na audiência deverão ser apresentados pela contratada, no mínimo:
- Cronograma do trabalho,
 - Equipe executora e suas responsabilidades,
 - Material didático apresentando:
 1. O que é a Reurb;
 2. Quais os benefícios da Reurb;
 3. Qual a importância da participação dos moradores no resultado do processo.

A contratada deverá registrar os atos em ata, devendo conter assinatura do representante da contratante, representante da contratada e de, no mínimo, 5 moradores do núcleo. Deverá também elaborar lista de presença e realizar relatório fotográfico.

Não havendo adesão de 60% dos moradores do bairro, nova audiência deverá ser realizada, valendo-se de ampla divulgação da agenda com o fim de alcançar maior sucesso.

d) A busca cartorial quanto aos proprietários e confrontantes deve ser feita no cartório de Registro de Imóveis da circunscrição do imóvel/Núcleo. Havendo resultado negativo no cartório da circunscrição do imóvel, deve ser realizada busca no cartório da circunscrição anterior (art. 15, §3º; art. 24, §13, do Decreto nº 9.310/18). Solicitar busca da seguinte forma:

- Nome dos loteadores, empreendedores, responsáveis pelo parcelamento do solo;
- Em nome dos confrontantes do perímetro externo do Núcleo Urbano;
- Pelo nome dos ocupantes atuais (marido e mulher) para verificar se já há outro imóvel ou se o imóvel já está regular dentro do Núcleo Urbano; e
- Pelo número das matrículas, caso o parcelamento já esteja registrado.

e) Notificar por carta com aviso de recebimento no endereço que constar da matrícula ou da transcrição o proprietário e o confrontante. Notificar por Edital, constando, de forma resumida, a descrição da área a ser regularizada, quando:

I - do proprietário e dos confinantes não encontrados; e

II – houver recusa da notificação por via postal por qualquer motivo.

O edital poderá ser afixado nos átrios do Município para fins de publicidade.

f) Na hipótese de apresentação de impugnação, iniciar o procedimento extrajudicial de composição de conflitos que poderá ser tratado no âmbito dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania – CEJUSCs, quando houver. Não havendo solução quanto à impugnação, a Reurb prossegue quanto à parcela não impugnada. (Art. 20, §4º da Lei nº 13.465/17 e art. 24, §9º do Decreto nº 9.310/18).

2.1.1.3. Produtos

- a) Plano de Trabalho pormenorizado no que tange a execução de cada uma das etapas dos serviços a serem executados, contendo, inclusive cronograma previsto e reuniões periódicas para acompanhamento dos trabalhos;
 - b) Planta do perímetro Georreferenciada do núcleo urbano informal;
 - c) Memorial descritivo do perímetro com ART ou RRT;
 - d) Mapa de sobreposição da área regularizada com indicação das matrículas ou das transcrições atingidas e indicação de confrontantes;
 - e) Ato administrativo instaurando a Reurb para o núcleo;
 - f) Certidões emitidas pelo Cartório Competente referente as buscas para identificação dos proprietários e confrontantes;
 - g) Apresentação do Termo de Notificação e do AR enviado e/ou publicação de edital de notificação, quando for o caso;
-

- h) Decisão saneadora para os conflitos identificados, ou termo administrativo informando que não houve nenhum tipo de oposição ao procedimento; e
- i) Relatório fotográfico e documental da audiência pública.

2.1.2. ETAPA 2 - PROJETO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E CADASTRO SOCIAL

Objetiva a execução de levantamento planialtimétrico e cadastral georreferenciado do perímetro definido e já delimitado, seguindo os critérios do artigo 35 da Lei Federal 13.465/2017, bem como a realização do cadastro social.

2.1.2.1. Plano de trabalho

- a) Levantamento planialtimétrico georreferenciado da área, apresentando as coordenadas georreferenciadas da poligonal da área de intervenção e a situação existente. Devem ser identificadas as características físicas e topográficas da área, envolvendo o levantamento de **quadras, lotes, projeção da edificação, as áreas públicas, estrutura viária, declividades do terreno, calçadas, árvores, postes**, entre outros elementos relevantes identificados *in loco*. Deverá conter os **acessos e cotas de soleira dos domicílios, pontos de lançamento de esgoto e drenagem, redes de água, esgoto e drenagem existentes**, assinado por profissional legalmente habilitado;
 - b) Estudo preliminar das desconformidades e da situação jurídica, urbanística e ambiental das unidades cadastradas;
 - c) Realização de, no mínimo, 01 (uma) assembléia com a comunidade, em local previamente definido e acordado, para informar sobre o trabalho que será realizado, bem como esclarecer sobre o cadastramento socioeconômico, os documentos que serão necessários e a distribuição de material informativo para facilitar a compreensão e o entendimento pela população atendida;
 - d) Cadastro socioeconômico de cada residência da área de intervenção, para levantamento de informações sobre cada família e coleta dos documentos dos ocupantes necessários à emissão do título de propriedade ou de posse, de acordo com o instrumento de regularização a ser utilizado. Caso necessário, realização de plantões de atendimento pelo serviço social na comunidade para elaboração dos cadastros sociais das famílias envolvidas no projeto e que não foram encontradas em suas residências;
-

- e) Compatibilização do Cadastro Socioeconômico com o levantamento planialtimétrico, que subsidiará a realização do Projeto Urbanístico;
- f) Projeto urbanístico, conforme artigo 36 da Lei Federal 13.465/2017 e artigo 31 do Decreto 9.310/2018;
- g) Elaboração de Memorial descritivo e ART ou RRT assinado por profissional legalmente habilitado;
- h) Elaboração de Proposta de soluções para questões ambientais, urbanísticas e de reassentamento dos ocupantes, quando for o caso;
- i) Elaboração do Estudo técnico para situação de risco, quando for o caso;
- j) Elaboração de Estudo técnico ambiental, para os fins previstos na Lei Federal 13.465/2017, quando for o caso;
- k) Elaboração de Cronograma físico de serviços e implantação de obras de infraestrutura essencial, compensações urbanísticas, ambientais e outras, quando houver; e
- l) Elaboração de Termo de compromisso a ser assinado pelos responsáveis, públicos ou privados, pelo cumprimento do cronograma físico definido.

2.1.2.2. Especificação de Serviço

- O Levantamento Planialtimétrico Georreferenciado da área deverá ser executado da seguinte forma:
 - Promover levantamento dos limites, confrontações, altimetria, edificações e amarração geodésica da área principal para determinação de seu perímetro e coordenadas georreferenciadas ao Sistema de Projeção UTM, incluindo, quando houver, o alinhamento da via ou logradouro com o qual faça frente e com a elaboração do memorial descritivo como material complementar. Também deverão estar representadas todas as divisas da área principal, a partir do detalhamento de tantos pontos quantos sejam necessários para demonstração fidedigna de quadras e lotes;
 - Os dados do Levantamento Planialtimétrico Cadastral deverão ser apoiados em poligonais eletrônicas, cujos vértices deverão ser nivelados geometricamente ou trigonometricamente e materializados em marcos de concreto, pinos de aço ou piquetes de madeira de lei, cravados em locais resguardados e aprovados pela CONTRATANTE. Juntamente com o Levantamento Planialtimétrico Cadastral, deverá ser apresentado pela CONTRATADA o Relatório de processamento dos pontos;
 - A implantação e materialização do marco geodésico obedecerão ao prescrito no Anexo III do Termo de Referência.
 - Deverá implementar no mínimo mais 01 (um) marco geodésico e/ou quantos se fizerem necessários no perímetro urbano para garantir a qualidade do levantamento;
-

- O rastreamento da base deverá atingir uma precisão $\leq 10\text{mm}$ de forma que, o rastreamento conduzido para o pós-processamento dos dados seja enviado ao IBGE, a fim de serem gerados os dados de PPP ou informar a utilização de RBMC;
 - As monografias da base e dos marcos deverão conter código do vértice, foto, itinerário, coordenadas geodésicas em UTM, bem como as devidas precisões do marco de apoio em conformidade com o disposto no Anexo III do presente Termo de referência;
 - As poligonais deverão adotar como partida e chegada, pontos determinados por GPS, a partir de vértice oficial;
 - A identificação dos pontos no levantamento topográfico deverá ser contínua e descritiva, sem que haja repetição da nomenclatura e número para quadra e lote.
 - A identificação dos vértices do levantamento com suas respectivas coordenadas poderá ser representada em memorial descritivo com o critérios de identificação e número do ponto coletado;
 - Deverá conter detalhamento de quantos pontos forem necessários para representação fidedigna das divisas da área principal, sistema viário, eixos de vias, meio-fio, tipo de pavimentação, nome oficial do logradouro e popular, quadras, muros, lotes, cercas de divisas, projeção das edificações, bem como guias, sarjetas, bocas de lobo, tampões, redes de esgoto pluvial e sanitário (PVs), rede de energia elétrica (postes), valas, zonas alagadiças, erosões, muros de arrimo, demarcação das áreas livres e institucionais, nascentes e córregos, lagoas, áreas de brejo, dentre outros;
 - Constarão os equipamentos públicos da área, tais como praças, parques, quadras e demais quando houver;
 - Constarão arruamentos existentes e calçadas, com identificação dos pavimentos (asfalto, cimentados, etc.);
 - Constarão a localização de árvores de diâmetro maior que 0,05 m medido a 1,20 m do solo;
 - Constarão curvas de nível de 5 metros em 5 metros e submétrica de metro a metro.
 - Constarão todos os pontos necessários para o fechamento específico das quadras levantadas e também do meio-fio, sendo possível;
 - Constarão representadas a partir do fechamento de polígonos as dimensões e área de cada um dos lotes, das quadras e das edificações;
 - Possibilitará a identificação em cada lote das coordenadas georreferenciadas e os ângulos internos relativos aos seus vértices, o perímetro, área e suas edificações;
 - O levantamento dos vértices de apoio básico deverá ser pelo método clássico de triangulação geodésica utilizando o GNSS apoiada à rede RBMC ou pelo método de Ponto Preciso – PPP com suas devidas amarrações. Outros métodos de levantamento, tais como aerofotogrametria, poderão ser utilizados **APENAS** em caráter complementar, desde que atendidos todos os requisitos técnicos de precisão, suas obrigações e autorizações junto a ANAC;
-

- A leitura do GPS Geodésico deverá ser feita com no mínimo 05 (cinco) satélites, por um período de tempo que se enquadre dentro da precisão estabelecida, garantindo a qualidade de todo o levantamento;
 - Os vértices das quadras e dos lotes deverão ser numerados em sentido horário, a partir da testada principal que dá acesso à via pública.
 - A identificação das quadras deverá ser numerada a partir de uma identificação única continua sem repetições para todo o levantamento urbano, já os lotes deverão ser numerados continuamente dentro de sua determinada quadra, como demonstrado no Anexo I do Termo de Referência;
 - As divisas de cada um dos lotes deverão ser representadas (cercas, muros, grades, rios, etc.);
 - Deverá ser obtido, para cada um dos lotes, testada, as laterais direita e esquerda, bem como a linha de fundo, a partir da utilização de equipamentos geodésicos de alta precisão e/ou estação total, podendo haver auxílio de trena, seja ela eletrônica ou convencional.
 - De posse dos levantamentos e das informações obtidas sobre o cadastro, a CONTRATADA deve promover reavaliação, atualização, correções e complementações necessárias.
 - Nas oportunidades onde a CONTRATADA for impossibilitada de executar o serviço, como em imóveis fechados ou não autorizados, deverá ser seguido o protocolo que se adéque a situação:
 1. Morador não encontrado, depositar notificação na caixa de correios durante 3 (três) dias seguidos, caso não obtenha resposta, solicitar à prefeitura uma declaração informando que o imóvel se encontra abandonado;
 2. Lote vago, se dirigir à prefeitura solicitando documento que comprove que o proprietário do imóvel não foi localizado;
 3. Negativa de levantamento, preencher um formulário que informe o motivo e os dados do proprietário, devendo constar assinatura deste ou assinatura de 02 (duas) pessoas que testemunharam a recusa;
 - A Base de Dados na plataforma do Sistema de Informações Geográficas (SIG) deverá possuir como código de referência o número do selo atribuído no momento do cadastro;
 - CONTRATADA deverá realizar os levantamentos por georreferenciamento, devendo obrigatoriamente atender às normas prescritas pela NBR13.133/1994;
 - Para rastreamento geodésico como para o transporte de coordenadas, utilizar receptores de sinais de satélite GNSS (GPS, GLONASS, GALILEO, QZSS e SBAS), geodésicos de dupla frequência (L1+L2), RTK/GSM, RTK e Pós-Processado, ou Pós-Processado (estático) com precisão após processamento de 10mm + 1ppm. Deverão ser observadas as seguintes condições para alcançar a precisão supracitada: PDOP <6; horizonte mínimo de rastreamento (máscara) na “BASE”: 15°; horizonte mínimo de rastreamento (máscara) no “ROVER/MÓVEL”: 10°; intervalo de gravação de dados: 15s quinze segundos; e Estação Total, desde que com controle de fechamento e nivelamento geométrico com nível topográfico e automático de precisão poligonal contranivelada;
-

- Para a utilização da Estação Total o levantamento cadastral, deverá se apoiar na Base implantada, ou no marco geodésico instalado com precisão angular $\leq \pm 02''$ e linear $\pm (3\text{mm} + 3\text{ppm} \times D)$;
- Deverá observar que todos os materiais e equipamentos a serem utilizados na execução dos serviços devem possuir laudos de aferição e calibração emitidos por laboratório especializado, autorização dos órgãos competentes e licenças de utilização, com validade no período de execução dos trabalhos;
- Os equipamentos utilizados deverão ser compatíveis com a precisão necessária para o levantamento contratado.

a) **O Estudo preliminar das desconformidades e da situação jurídica, urbanística e ambiental é um relatório com a descrição da situação jurídica, urbanística, ambiental e social e deve conter todas as características do núcleo urbano informal.**

- **No aspecto jurídico o estudo deve contemplar, no mínimo, dados como:**

1. Histórico fundiário da ocupação e consolidação do núcleo;
2. Pesquisa dominial;
3. Pesquisa quanto a existência de conflitos fundiários;
4. Deve ser elaborado um mapa da situação fundiária com as seguintes informações: Superposição: Limites dos loteamentos aprovados e não aprovados existentes; Áreas de propriedade pública; Áreas de propriedade particular; e Identificação de áreas objeto de ações judiciais;
5. Pesquisas de alternativas de instrumentos legais para regularização fundiária, considerados todos os aspectos jurídicos envolvidos e a legislação incidente.

- **No aspecto urbanístico e ambiental o estudo deve contemplar, no mínimo, dados como:**

1. Quais os principais problemas físicos encontrados no ambiente;
 2. Caracterização do Entorno, indicando: principais acessos; praças, escolas, creches, posto de saúde, centros comunitários, parques e demais equipamentos;
 3. Descrição Geomorfológica do núcleo indicando: Faixas de declividades; Taludes expressivos; Delimitação da bacia hidrográfica, onde se localizam os assentamentos; Rede hidrográfica; e Identificação de nascentes;
 4. Quais as maiores potencialidades do núcleo;
-

5. Se o núcleo possui infraestrutura essencial, bem como informar sobre: Abastecimento de água, esgotamento sanitário; drenagem pluvial; e coleta de lixo;
6. Se o núcleo possui áreas de risco e suas características;
7. Se o núcleo possui áreas de preservação, suas características e localização em mapa;
8. Se há necessidade de abertura de vias que possam melhorar a ocupação;
9. Qual é o padrão construtivo das moradias, e sua indicação em mapa; e
10. Indicar em mapa **Áreas a titular**, ou seja, áreas sem necessidade de intervenção, cujas edificações e infraestrutura podem permanecer no local; **Áreas não tituláveis**, ou seja, áreas cujas edificações e infraestrutura precisam ser removidas, já que não há possibilidade e/ou viabilidade de ser realizada obra no local que garanta as condições para a permanência da população; **Áreas a consolidar sob condições**, quais sejam: eliminação de risco geológico; intervenção na infraestrutura de saneamento; intervenção no sistema viário e ocupação do solo; **Áreas livres edificáveis e não edificáveis**; **Áreas potenciais para reassentamento, implantação de equipamentos e concentração de atividades econômicas**; e **pontos críticos em termos de mobilidade**, com destaque para os estrangulamentos na circulação de veículos e pedestres e atendimento das redes de infraestrutura.

- **No aspecto social o estudo deve contemplar, no mínimo, dados como:**

1. Qual é o perfil socioeconômico da população;
2. Quais as maiores demandas por serviços e espaços públicos;
3. Histórico de ocupação, dos movimentos reivindicatórios e conquistas obtidas desde o surgimento do núcleo;
4. Identificação de entidades comunitárias, grupos organizados, lideranças formais e/ou organizações governamentais ou não governamentais com atuação direta ou indireta no local;
5. Políticas públicas/Programas/Projetos que atuam nos núcleos e no seu entorno no que se refere a geração de renda, esporte, cultura e lazer, saúde, educação, assistência social e outros;
6. Conhecimento dos canais de participação popular, públicos ou privados, mais frequentados pela comunidade; e
7. Identificação dos principais problemas e demandas atuais da comunidade no que tange serviços essenciais e saneamento básico.

b) Deverá ser realizada uma assembleia pública no núcleo irregular com o fim de informar a comunidade atendida quanto às ações que serão executadas na fase cadastral. Para tal, a CONTRATADA deverá realizar divulgação em massa no núcleo por meio de Folder, carro de som, mídias sociais da prefeitura e rádio local, previamente aprovado pelo contratante, convidando a

população a comparecer na assembleia. A Assembleia deverá ser realizada em horário flexível para possibilitar uma maior adesão por parte dos moradores. Nesse momento a CONTRATADA deverá apresentar, no mínimo:

1. Equipe técnica que irá fazer o levantamento em campo;
2. Os dias e horários das visitas lote a lote;
3. Quais documentos serão necessários para o cadastro social;
4. Local e horário para atendimento dos moradores que não apresentaram todos os documentos no ato da visita lote a lote;
5. Não havendo adesão de 80% (oitenta por cento) dos moradores do bairro, nova audiência deverá ser realizada, valendo-se de ampla divulgação da agenda com o fim de alcançar maior sucesso. A Assembleia deverá ser realizada no mínimo 03 (três) dias antes do início do trabalho de campo para que o morador tenha tempo hábil para juntar os documentos;
6. A CONTRATADA deverá registrar os atos em ata, devendo conter, assinatura do representante da contratante, do representante da contratada e de, no mínimo, 05 (cinco) moradores do Núcleo a ser regularizado. Deverá a CONTRATADA registrar lista de presença, e realizar relatório fotográfico da Assembleia.

c) Na execução do Cadastro socioeconômico a CONTRATADA deverá, na oportunidade do cadastro das famílias e ocupantes da área, obter ou providenciar a cópia da documentação necessária para o cadastro. Os documentos coletados deverão compor o Processo de Cadastro de cada família ou edificação não-residencial, e comprovar os dados necessários para análise e decisão acerca da situação socioeconômica, possessória e dominial e dos caminhos jurídicos para a regularização do terreno;

d) Além do Processo de Cadastro, deve ser elaborado Relatório Síntese, contendo o “Estudo Social” dos moradores do núcleo. O Estudo Social trata-se de um instrumento técnico que busca analisar os dados coletados por meio de aplicação de instrumentos próprios como cadastros, fichas, e, desenvolvimento de outras metodologias como entrevistas, reuniões de grupos e visitas domiciliares;

e) A CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE modelo de formulário cadastral para validação. Todos os dados apresentados no formulário deverão ser comprovados por meio de documentos válidos. O Processo de cadastro das famílias deve contemplar, no mínimo, as seguintes informações:

1. Informações relacionadas à identificação dos moradores, escolaridade, faixa etária, profissão (com documentos legíveis e atualizados que comprovem as informações);
2. Composição familiar – dados e documentos pessoais, casamentos, uniões estáveis e óbitos (com documentos legíveis e atualizados que comprovem as informações);
3. Situação Fundiária: Tempo de ocupação no domicílio e tipo de documentação comprobatória ;
4. Sucessão na posse e documentação comprobatória;
5. Locações ou comodatos e documentação comprobatória;
6. Existência de ações judiciais envolvendo o terreno, tais como possessórias, usucapião, reivindicatórias;
7. Atividades econômicas e dados de caráter econômico, tais como renda familiar (rendimento, benefícios), per capita, despesas etc.(com documentação comprobatória);
8. O conteúdo de cada questionário preenchido deve ser lançado em banco de dados em EXCEL, possibilitando cruzamentos e análises das informações;

f) Para execução do cadastro e montagem dos processos de cadastramento de cada imóvel a CONTRATADA deverá fazer visitas lote a lote em busca da instrução processual. Cada imóvel/ unidade imobiliária deverá ter um processo de cadastro instaurado, mesmo que o morador não tenha aderido ao programa, ou quando não for identificado o morador. Nesses casos a CONTRATADA deverá descrever as seguintes ocorrências:

1. Morador não encontrado: depositar notificação na caixa de correios durante 03 (três) dias seguidos, caso não obtenha resposta, solicitar à prefeitura uma declaração informando que o imóvel se encontra abandonado;
2. Lote vago: se dirigir à prefeitura solicitando documento que comprove que o proprietário do imóvel não foi localizado;
3. Negativa de adesão ao processo de regularização: preencher um formulário que informe o motivo e os dados do proprietário assinado por ele;
4. Cada situação deverá estar documentada e irá compor o processo de cadastro daquele imóvel/unidade imobiliária;
5. A compatibilização do Cadastro socioeconômico com o levantamento planialtimétrico consiste na vinculação de cada ocupante cadastrado a uma unidade imobiliária identificada. Essa compatibilização irá viabilizar a elaboração do Projeto Urbanístico. A compatibilização deverá ser apresentada em planilha *EXCEL* e o padrão de apresentação deverá ser validado previamente pela CONTRATANTE.

g) O Projeto Urbanístico deverá estar em conformidade com a Lei Federal 13.465/2017 e artigo 31 do Decreto 9.310/2018, indicar, no mínimo, as seguintes ocorrências:

1. as áreas ocupadas, o sistema viário e as unidades imobiliárias existentes e projetados;
2. as unidades imobiliárias a serem regularizadas, as suas características, a área, as confrontações, a localização, o nome do logradouro e o número da designação cadastral, se houver;
3. as unidades imobiliárias edificadas a serem regularizadas, as suas características, a área dos lotes e das edificações, as confrontações, a localização, o nome do logradouro e o número da designação cadastral;
4. quando for o caso, as quadras e as suas subdivisões em lotes ou as frações ideais vinculadas à unidade regularizada;
5. os logradouros, os espaços livres, as áreas destinadas aos edifícios públicos e outros equipamentos urbanos, quando houver;
6. as áreas já usucapidas;
7. as medidas de adequação para a correção das desconformidades, quando necessárias;
8. as medidas necessárias à adequação da mobilidade, da acessibilidade, da infraestrutura e da realocação de edificações;
9. as obras de infraestrutura essenciais, quando necessárias; e
10. outros requisitos que sejam definidos e considerados importante pela CONTRATANTE.

h) Havendo a identificação de problemas de ordem ambiental, urbanística, e de reassentamento dos ocupantes na fase de estudo preliminar das desconformidades, deverá ser elaborado o Termo de Proposta de Solução de desconformidades. A proposta para solução dos problemas identificados deve prever diretrizes inovadoras, práticas e em conformidade com a realidade da CONTRATANTE;

i) Se o estudo preliminar das desconformidades indicar situação que dependa de realização de Estudo Técnico para avaliação de situação de risco, esse deverá ser elaborado por profissional habilitado, acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica-ART. Não havendo necessidade de realização do estudo, deverá ser elaborado um termo dispensando o estudo de maneira justificada e fundamentada, acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica-ART..

j) Se o estudo preliminar das desconformidades indicar situação que dependa de Estudo técnico ambiental, para os fins previstos na Lei Federal 13.465/2017, esse deverá ser elaborado por profissional habilitado, acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica-ART. Não havendo necessidade de realização do estudo, deverá ser elaborado um termo dispensando o estudo de maneira justificada e fundamentada, acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART.

k) O cronograma físico de serviços e implantação de obras de infraestrutura essencial, compensações urbanísticas, ambientais e outras será apresentado quando houver a indicação da

necessidade no estudo preliminar das desconformidades, que deverá ser apresentado juntamente com o Termo de compromisso a ser assinado pelos responsáveis, públicos ou privados, pelo cumprimento deste, acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART. Não havendo necessidade de realização do estudo, deverá ser elaborado um termo dispensando o estudo de maneira justificada e fundamentada, acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART.

2.1.2.3. Produtos

a) Projeto de Regularização Fundiária - PRF, conforme lei específica, contendo:

1. Levantamento planialtimétrico e cadastral com georreferenciamento, subscrito por profissional legalmente habilitado, acompanhado de ART ou de RRT, que demonstrará as unidades, as construções, o sistema viário, as áreas públicas, os acidentes geográficos e os demais elementos caracterizadores do núcleo a ser regularizado;
2. Memorial descritivo e ART ou RRT assinado por profissional legalmente habilitado;
3. Estudo preliminar das desconformidades e da situação jurídica, urbanística e ambiental;
4. Projeto urbanístico;
5. Proposta de soluções para questões ambientais, urbanísticas e de reassentamento dos ocupantes ou a dispensa justificada da não apresentação deste, quando for o caso;
6. Estudo técnico para situação de risco ou a dispensa justificada da não apresentação deste;
7. Estudo técnico ambiental, para os fins previstos na Lei Federal 13.465/2017;
8. Cronograma físico de serviços e implantação de obras de infraestrutura essencial, compensações urbanísticas, ambientais e outras, juntamente com o termo de compromisso a ser assinado pelos responsáveis, públicos ou privados, ou a dispensa justificada da não apresentação destes;
9. Processo Individual de cada um dos ocupantes identificados contendo, formulário cadastral, documentos pessoais, documentos de comprovação de posse e indicação do direito real reconhecido para titulação, de no mínimo, 80% (oitenta por cento) do núcleo;
10. Relatório fotográfico e documental da audiência pública;
11. Listagem de todas as unidades imobiliárias identificadas no núcleo;
12. Relatório conclusivo da etapa de Trabalho Social acompanhado de relatório fotográfico das moradias cadastradas.

Esta fase objetiva a elaboração de documentos técnicos, administrativos e jurídicos do processamento administrativo da REURB, compreendendo: Saneamento do processo, Aprovação do PRF e Emissão de CRF.

3. Plano de Trabalho

- a) Saneamento do processo a fim de verificar o cumprimento dos prazos e etapas do processamento da Reurb até então praticados;
- b) Aprovação do PRF pela autoridade competente, conforme Lei nº 13.465/2017;
- c) Expedição da CRF pelo município, conforme Lei nº 13.465/2017.

3.1. Especificação do serviço

A CONTRATADA, durante todo o procedimento de regularização, deverá nortear a CONTRATANTE quanto aos instrumentos jurídicos mais adequados à destinação dos imóveis e também articular-se com os Cartórios de Registro de Imóveis visando facilitar o registro do projeto de regularização e das matrículas individualizadas em nome dos beneficiários.

Durante todo o procedimento da REURB, é importante que se verifique o cumprimento de todos os requisitos legais necessários à validade do processamento da Regularização Fundiária. Caso verifique a necessidade de ajustes para corrigir eventuais irregularidades, o ideal é que concentre, em um único momento, a resolução de todas as pendências, o que deverá ser feito nessa etapa. Diante da inexistência de defeitos a serem corrigidos, a decisão saneadora será proferida.

A aprovação do PRF pela autoridade competente, conforme Lei nº 13.465/2017 consiste na elaboração de um Termo de decisão de conclusão da REURB, o qual deverá conter o pronunciamento da autoridade competente que decidir o processamento administrativo da Reurb e deverá:

- Indicar as intervenções a serem executadas, se for o caso, conforme o projeto de regularização fundiária aprovado;
- Aprovar o projeto de regularização fundiária resultante do processo de regularização fundiária; e
- Identificar e declarar os ocupantes de cada unidade imobiliária com destinação urbana regularizada, e os respectivos direitos reais. (Art. 40, da Lei 13.465, de 2017 e art. 37 do Decreto 9.310, de 2018).

Para indicar os respectivos direitos reais de cada ocupante, a contratada deverá analisar a situação fática de cada um dos imóveis e, a partir daí, sugerir à CONTRATANTE o instrumento jurídico mais adequado ao caso concreto, seja ele uma alienação gratuita ou onerosa, usucapião, legitimação fundiária, legitimação de posse, dentre outros previstos na legislação pertinente.

Após a decisão de conclusão da REURB, deverá ser expedida a Certidão de Regularização Fundiária - CRF. A Certidão de Regularização Fundiária (CRF) é o ato administrativo de aprovação da regularização que deverá acompanhar o projeto aprovado e deverá conter, no mínimo, conforme Art. 41 da Lei 13.465, de 2017 e Art. 38 do Decreto 9.310, de 2018, os seguintes itens:

- O nome do núcleo urbano regularizado;
- A localização;
- A modalidade da regularização;
- As responsabilidades das obras e serviços constantes no cronograma;
- A indicação numérica de cada unidade regularizada, quando houver;
- A listagem com nomes dos ocupantes que houverem adquirido a respectiva unidade, por título de legitimação fundiária ou mediante ato único de registro, bem como o estado civil, a profissão, o número de inscrição no cadastro das pessoas físicas do Ministério da Fazenda e do registro geral da cédula de identidade e a filiação;
- A Certidão deverá conter um resumo de todo o Processo de Regularização Fundiária.

3.2. Produtos

- a) Termo de Saneamento assinado pela autoridade competente;
-

- b) Termo de pronunciamento da autoridade competente acerca do processamento administrativo da REURB conforme Lei nº 13.465/2017;
- c) Certidão de Regularização Fundiária, conforme Lei nº 13.465/2017.

ETAPA 4 - REGISTRO DA REURB

Registro da Certidão de Regularização Fundiária- CRF e do Projeto de Regularização Fundiária -PRF aprovado perante o oficial do Cartório de registro de imóveis em que se situe a unidade imobiliária com destinação urbana regularizada.

4.1. Plano de Trabalho

- a) Termo de Requerimento do registro em cartório;
- b) Protocolo de Registro em cartório;
- c) Nota devolutiva e suas respectivas correções;
- d) Entrega dos registros.

4.2. Especificação do serviço

A CONTRATANTE, deverá requerer, subsidiada pela CONTRATADA, perante o Cartório de Registro de Imóveis competente, o registro da CRF e da titulação final outorgada no caso de REURB-S. O registro da CRF e do projeto de regularização fundiária aprovado será requerido diretamente ao oficial do cartório de registro de imóveis da situação do imóvel (art. 42, da Lei 13.465, de 2017).

A CONTRATADA deverá elaborar minuta dos pedidos a serem realizados no Cartório de Registro de Imóveis, sendo que as referidas minutas deverão estar instruídas com os dispositivos legais que irão respaldar a solicitação encaminhada pela CONTRATANTE.

A CONTRATADA deverá orientar os técnicos municipais quanto ao eventual saneamento de notas devolutivas emitidas pelo Cartório de Registro de Imóveis, inclusive com a elaboração de minuta respondendo a estas notas devolutivas.

Deverá a CONTRATADA acompanhar o procedimento de registro do projeto de regularização fundiária e das matrículas ou dos instrumentos que permitam a individualização das matrículas em nome de cada um dos beneficiários.

Quando da emissão dos registros individuais em nome de cada ocupante, deverá a CONTRATADA disponibilizar à contratante todos os registros obtidos após a regularização do núcleo.

4.3. Produtos

- a) Termo de Requerimento do registro;
- b) Protocolo de Registro;
- c) Nota devolutiva e suas respectivas correções, se houver;
- d) Entrega dos registros.

3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A contratação dos serviços que compõem o objeto justifica-se pelas razões que se seguem.

Foi firmado convênio entre o Município de Campos Gerais-MG e a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico - SEDE, sob nº 1221001848/2023, o qual foi publicado em 21/12/2023, cujo objeto é a realização de regularização fundiária urbana do núcleo denominado Distrito de Córrego do Ouro, Município de Campos Gerais-MG.

Por força do termo de convênio, é obrigatório que o Município realize a contratação de empresa especializada a qual, deve realizar-se por meio de licitação.

A licitação é o melhor meio de se realizar o programa, tendo em vista a segurança jurídica e obrigações legais que o contrato a ser celebrado com o vencedor do certame, implicará a ambos os lados, garantindo assim, a melhor forma de execução, fiscalização e entrega do objeto, coadunando com o princípio da eficiência.

3.1. DA MODALIDADE DA LICITAÇÃO

A escolha da modalidade de licitação por pregão se deu por meio do disposto na Lei nº 14.133/21 em seu artigo 28, I que estabelece que a modalidade poderá ser adotada nos casos de bens e serviços comuns. Assim dispõe o texto legal:

Art. 6º, inciso XLI - pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;

Além de haver a possibilidade levantada acima, a modalidade pregão apresenta outras vantagens importantes à administração pública, quais sejam: mais transparência aos processos licitatórios, facilitando a realização das propostas, garantindo melhor custo -benefício, além de mais segurança e clareza ao processo.

3.2. DA DEFINIÇÃO DO TIPO DE LICITAÇÃO

Uma vez que a modalidade de licitação selecionada é o Pregão, sob forma Eletrônica, o tipo de licitação por definição legal trata-se , vide art. 33, inciso I, senão vejamos:

Art. 33. O julgamento das propostas será realizado de acordo com os seguintes critérios:

I - menor preço; (técnica)

3.3. OBJETIVO DA LICITAÇÃO

3.3.1. Da competência do Município

Necessidade de promoção de regularização fundiária de forma a concretizar o direito à moradia, bem como, proporcionar o pleno acesso populacional aos mecanismos de integração social e dignidade da pessoa humana, tal qual proporciona a propriedade de um imóvel titulado.

Além disso, o Município não possui estrutura profissional própria capaz de bem realizar as diversas etapas que abrange o “Programa de Regularização Fundiária” de que trata a Lei Ordinária Nacional nº. 13.465/2017.

3.3.2. Do alto índice de irregularidade fundiária no município

O processo de desenvolvimento urbano brasileiro foi pautado por um planejamento inadequado, incompatível com a realidade das cidades, e que não incluía o cidadão na formulação de políticas urbanas. Neste contexto, vários assentamentos e loteamentos irregulares foram formados, culminando em ocupações de áreas nas quais os posseiros não detêm o título do imóvel, ou seja, a propriedade.

Como reflexo desse processo, prevemos que a insegurança quanto à posse referente aos imóveis urbanos previamente identificados pode chegar ao número de 1086 (mil e oitenta e seis) unidades, distribuídas em 01 (um) núcleo urbano informal do Distrito de Córrego do Ouro pertencente ao Município de Campos Gerais-MG e atingindo aproximadamente 2.800 (duas mil) pessoas.

Apesar do desenvolvimento das cidades ter ocorrido, em grande parte, sem o planejamento que visasse ordenar de maneira adequada o território, a legislação que versa sobre a temática tem-se ampliado e, consequentemente, obrigado ao gestor público a ater-se às suas prescrições. A prescrição legal acerca da política urbana possui amparo constitucional, por meio dos artigos 182 e 183 da Constituição Federal. Nestes artigos, imputa-se a obrigatoriedade desta política refletir o pleno desenvolvimento das funções sociais da Cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

Para além, grandes têm sido os avanços na matéria nos últimos anos, com a publicação do Estatuto das Cidades e, mais recentemente, em 2017, da Lei nº 13.465, a qual dispõe, dentre outros assuntos, acerca da regularização fundiária de núcleos urbanos informais.

Desta feita, é possível certificar que a irregularidade fundiária é uma realidade latente no Distrito de Córrego do Ouro situado no Município de Campos Gerais-MG, e por isso merece atenção.

3.3.3. Dos benefícios da regularização fundiária para os cidadãos e para a administração pública municipal

Promover o desenvolvimento econômico-social nas diversas regiões do Município, além de garantir ao cidadão a segurança jurídica de sua posse, a regularização fundiária também permite uma moradia digna, acesso às principais linhas de crédito, aumento da arrecadação municipal, principalmente por meio de ITBI (Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis) e IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano), dinamização da economia local, dentre outros benefícios.

Outro aspecto importante diz respeito à possibilidade de utilização, por parte do município, dos produtos decorrentes do processo de regularização fundiária, especialmente o levantamento georreferenciado cadastral, sendo este indispensável para constituir/atualizar o Cadastro Técnico Multifinalitário – CTM, de responsabilidade e competência dos municípios.

4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

A Regularização Fundiária Urbana- REURB deverá ser desenvolvida por equipe multidisciplinar habilitada pelos seus respectivos Conselhos de Classe para a execução das ações de regularização fundiária urbana definida no presente Termo de Referência.

Será requerida das empresas licitantes, para fins de qualificação técnica, a comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características técnicas compatíveis com o objeto da licitação.

A demonstração de capacidade técnica é feita pela apresentação de atestados com este teor emitidos por pessoas jurídicas de direito público e privado, comprovadamente idôneas. Tais documentações devem provar a elaboração de serviços de características semelhantes às do objeto desta licitação, assim como o efetivo exercício das atribuições designadas a cada técnico, no setor público e privado.

Os atestados devem comprovar serviços de Reurb que compreendam todas as etapas do processo de Regularização, ou seja, desde a instauração com a identificação do núcleo até a emissão do registro

do parcelamento com os lotes individualizados. Atestados que comprovem serviços apenas de parte do processo descrito na Lei federal 13.465/2017 não serão aceitos.

Nas certificações requeridas, devem estar descritos os dados essenciais do projeto executado e a afirmativa de que este foi realizado cumprindo os objetivos e prazos previstos, com a qualidade exigida.

Devem ser relacionados, ainda, um nome e telefone de contato do(a) emitente, para verificação da Comissão de Licitação em que a CONTRATADA tenha participado.

No caso de profissionais ligados ao CREA ou CAU, são exigidas as ART ou RRT pertinentes, em nome dos profissionais integrantes da equipe. Não é exigida, porém, a certidão de acervo técnico emitida pelo CREA ou CAU. Ressalta-se que a desclassificação é automática se qualquer integrante apresentado pela licitante não apresentar pelo menos uma ART ou RRT ou atestado. A equipe técnica deve ser composta no mínimo dos profissionais listados a seguir:

- **Coordenação geral:** arquiteto(a) sênior, ou Engenheiro sênior ou advogado com experiência na coordenação e supervisão técnica de serviços de Regularização Fundiária ou Planos de Urbanização de Assentamentos Precários.
 - **Área jurídica:** advogado(a) com experiência comprovada em direito Público, imobiliário e direito urbanístico, regularização fundiária, usucapião e propriedade da terra.
 - **Área de arquitetura e urbanismo:** arquiteto(a) com experiência em elaboração e desenvolvimento de projeto urbanístico, em especial com RRT em projeto de regularização fundiária, ou parcelamento do solo.
 - **Área de engenharia civil e ambiental:** engenheiro com experiência em elaboração e desenvolvimento de projeto de regularização fundiária ou parcelamento do solo, em estudo técnico ambiental e de risco.
 - **Área social:** técnico(a) social com formação superior em Serviço Social, devidamente registrado no Conselho Regional de Serviço Social – CRESS e experiência comprovada em trabalhos de mobilização social e elaboração de diagnóstico social de comunidades de baixa renda.
 - **Estagiário:** estagiário de Serviço Social, Direito, Arquitetura e/ou Engenharia, matriculado e freqüente ao referido curso, com disponibilidade para eventuais reuniões à noite e ou finais de semana, bem como habilidade para atendimentos individuais, familiares ou grupos para
-

esclarecimentos, orientações, encaminhamentos cabíveis, além de participar, acompanhar e executar demais atividades pertinentes a Regularização Fundiária de núcleos urbanos irregulares.

A função de coordenador(a) geral pode ser cumulativa ao profissional de arquitetura, engenharia ou da área jurídica, desde que haja disponibilidade para assumir a carga horária necessária ao desempenho de ambas.

Durante a execução do contrato, os profissionais indicados na proposta somente poderão ser substituídos por outros de igual qualificação técnica, devidamente comprovada, mediante prévia aprovação da CONTRATANTE.

6. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DA PROPOSTA E CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1 Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

6.2 Valor Global em reais: R\$ 1.938.781,50 (um milhão novecentos e trinta e oito mil setecentos e oitenta e um reais e cinquenta centavos).

6.3 Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital.

6.4 O critério de julgamento da proposta é o menor preço global e técnica.

6.5 As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

Não poderão participar fornecedores que estiverem sob falência, recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução, liquidação, sociedades estrangeiras que não funcionem ou que não estejam autorizadas a operar no País, nem aqueles que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública ou punidos com suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública, bem como fornecedor da qual seja sócio, dirigente ou responsável técnico, qualquer servidor de órgão ou entidade pertencente ao órgão licitante.

A observância das vedações do item anterior é de inteira responsabilidade do licitante que, pelo descumprimento, sujeita-se às penalidades cabíveis.

7. DO PRAZO DE VALIDADE DAS CERTIDÕES

As certidões valerão nos prazos que lhe são próprios; inexistindo esses prazos, reputar-se-ão válidas por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição.

8. PRAZO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

A CONTRATADA deverá elaborar cronograma, a ser entregue em até 30 dias úteis após a assinatura do contrato contendo o Plano de Trabalho contendo o detalhamento do serviço e produtos a serem utilizados, indicando os respectivos locais para a execução, observando:

- a) Início da atividade: 07 (sete) dias úteis após a assinatura do contrato;
- b) Periodicidade: 20 (dias).

9. DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços serão prestados no núcleo urbano informal denominado Distrito de Córrego do Ouro pertencente ao Município de Campos Gerais-MG.



10. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO:

Os serviços serão recebidos provisoriamente, no ato da prestação em que se observará a escolha da metodologia de trabalho e os produtos utilizados deverão ficar a cargo da empresa, devendo estar em consonância com as determinações Federais, Estaduais e Municipais legais e normativas vigentes.

Os serviços serão recebidos em caráter definitivo, após a verificação da qualidade e quantidade da prestação e consequente aceitação, que deverá acontecer em até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir do recebimento provisório.

A apresentação dos produtos gerados deve seguir a seguinte orientação:

- Apresentar toda a documentação, após aprovada definitivamente, produzida em papel sulfite, encadernada em formato apropriado (preferencialmente A4), inclusive mapas plotados em escala legível, previamente acordada com a CONTRATANTE;
- Formatar os volumes de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) em relação às margens, referência bibliográfica, organização do sumário, citações de autores, figuras, tabelas etc.;
- Apresentar os textos em fontes Calibri ou Arial, tamanho 12 e espaçamento entre linhas de 1,5;
- Fornecer todos os produtos aprovados em duas versões: uma com arquivos digitais nos programas originalmente utilizados; outra em arquivos equivalentes com extensão PDF;
- Os mapas em AUTOCAD devem ser apresentados na versão 2010 em formato “DWG”, com recurso “Viewport” ou em arquivo formato shapefile, extensão e toda configuração padrão para futuras impressões;
- Arquivos de imagem devem ser gravados em extensão JPEG e na extensão do programa utilizado originalmente. Devem apresentar resolução adequada e não ter distorções.

Para tanto, a entrega final dos produtos impressos, de cada etapa, deve atender às seguintes exigências:

- Dois exemplares encadernados em modelo fichário, capa branca, devidamente assinados pelo coordenador e os responsáveis técnicos;
-

- O modelo fichário deve conter, na frente: o título do trabalho, objeto do trabalho; a identificação da etapa correspondente; o nome da CONTRATANTE, ea respectiva logomarca ou brasão, data e assinatura digital, com os respectivos códigos de validade e verificação.

11. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO																		
ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR ETAPAS (R\$)	%	MÊS 01	MÊS 02	MÊS 03	MÊS 04	MÊS 05	MÊS 06	MÊS 07	MÊS 08	MÊS 09	MÊS 10	MÊS 11	MÊS 12	MÊS 13	MÊS 14	MÊS 15
1.	1.1. Estudo Técnico Preliminar para contratação, quando for o caso	R\$ -	0,00%															
	1.2. Elaboração do Termo de Referência	R\$ -	0,00%															
	1.3. Análise jurídica da proposta	R\$ -	0,00%															
	1.4. Publicação do Edital	R\$ -	0,00%															
	1.5. Processamento da modalidade de contratação definida	R\$ -	0,00%															
	1.6. Homologação e contratação da empresa vencedora do certame	R\$ -	0,00%															
	1.7. Emissão da Ordem de Serviços	R\$ -	0,00%															
2.	2. Identificação do núcleo e instauração da REURB	R\$ 645.964,00	33,32%															
2.1	Identificação e delimitação do perímetro do núcleo georreferenciado, com emissão de memorial descritivo do perímetro	R\$ 200.208,00	10,33%															
2.2	Instauração da Reurb segundo os critérios da Lei 13.465/2017 e Decreto 9.310/2018.	R\$ 89.489,33	4,62%															
2.3	Audiência Pública com a comunidade	R\$ 58.364,67	3,01%															
2.4	Planta do perímetro do núcleo constando os possíveis proprietários e identificação dos confrontantes do perímetro.	R\$ 72.852,00	3,76%															
2.5	Buscas no cartório de registro de imóveis para identificar proprietários e confrontantes	R\$ 29.186,00	1,51%															
2.6	Notificação dos confrontantes e proprietários nos termos da Lei 13.465/2017 e Decreto 9.310/2018.	R\$ 110.930,00	5,72%															
2.7	Prevenção e resolução administrativa de conflitos para sanar qualquer oposição apresentada por proprietário ou confrontante.	R\$ 84.934,00	4,38%															
3.	3. Projeto de regularização fundiária e cadastro social	R\$ 1.088.369,00	56,14%															
3.1	Levantamento planialtimétrico georreferenciado da área.	R\$ 321.904,67	16,00%															
3.2	Estudo preliminar das desconformidades e da situação jurídica, urbanística e ambiental.	R\$ 129.467,33	6,68%															
3.3	Cadastro socioeconômico.	R\$ 135.658,00	7,00%															
3.4	Projeto urbanístico conforme artigo 36 da Lei Federal 13.465/2018 e artigo 31 do Decreto 9.310/2018	R\$ 229.874,67	11,86%															
3.5	Memorial descritivo e ART ou RRT assinado por profissional legalmente habilitado	R\$ 43.171,33	2,23%															
3.6	Proposta de soluções para questões ambientais, urbanísticas e de reassentamento dos ocupantes, quando for o caso	R\$ 52.941,00	2,73%															
3.7	Estudo técnico para situação de risco	R\$ 38.024,67	1,96%															
3.8	Estudo técnico ambiental, para os fins previstos na Lei Federal 13.465/2017	R\$ 50.838,00	2,62%															
3.9	Cronograma físico de serviços e implantação de obras de infraestrutura essencial, compensações urbanísticas, ambientais e outras	R\$ 57.422,00	2,96%															
3.10	Termo de compromisso a ser assinado pelos responsáveis, públicos ou privados, pelo cumprimento do cronograma físico definido	R\$ 28.967,33	1,49%															
4.	4. Processamento administrativo	R\$ 124.255,99	6,41%															
4.1	Saneamento do processo	R\$ 49.669,33	2,56%															
4.2	Aprovação do PRR pela autoridade competente, conforme Lei nº 13.465/2017.	R\$ 37.293,33	1,92%															
4.3	Emissão do CV pelo município, conforme Lei nº 13.465/2017.	R\$ 37.293,33	1,92%															
5.	5. Registro da Reurb	R\$ 80.229,00	4,14%															
5.1	Termo de Requerimento do registro	R\$ 27.225,33	1,40%															
5.2	Protocolo de Registro	R\$ 27.225,33	1,40%															
5.3	Nota devolutiva e suas respectivas correções	R\$ 15.422,67	0,80%															
5.4	Entrega dos registros	R\$ 10.355,67	0,53%															

12. DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado através de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário em um dos bancos que o fornecedor indicar, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data final do período de adimplemento a que se referir, com base nos documentos fiscais devidamente conferidos e aprovados pela CONTRATANTE.

O pagamento será ao fim do cumprimento, após aprovação, de cada uma das etapas descritas no item 2.

13. DO CONTRATO

Encerrado o procedimento licitatório, o representante legal do licitante declarado vencedor será convocado para firmar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, nos termos do artigo 90 da Lei 14.133/21.

O contrato a ser firmado entre as partes terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da data da publicação de seu extrato no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, podendo ser prorrogado por idêntico período até o limite máximo de 05 (cinco) anos, mediante celebração de termos aditivos, conforme dispõe o artigo 106 da Lei 14.133/21.

Durante o prazo de vigência, os preços contratados poderão ser reajustados monetariamente com base no IPCA, observado o interregno mínimo de 12 meses, contados da apresentação da proposta.

O direito a que se refere o item 10.3 deverá ser efetivamente exercido mediante pedido formal da contratada até 180 dias após o atingimento do lapso de 12 meses a que se refere o caput desta cláusula sob pena de preclusão do direito ao seu exercício.

Os efeitos financeiros retroagem à data do pedido apresentado pela contratada.

Nos reajustes subsequentes ao primeiro, manter-se-á o marco inicial descrito no item 10.3.

Desde que devidamente justificado e expressamente previsto no termo aditivo, o direito ao reajuste poderá ser exercido em momento posterior, até o encerramento do vínculo contratual.

14. DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, nos termos do caput do art. 115 da Lei nº 14.133, de 2021.

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila, consoante dispõe o §5º do art. 115 da Lei nº 14.133, de 2021.

As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim, nos termos do §2º do art. 44 da IN nº 5, de 2017.

O órgão ou entidade poderá convocar representante da CONTRATADA para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato, conforme disposto no caput do art. 45 da IN nº 5, de 2017.

Após a assinatura do termo de contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocará o representante do contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros (*caput* do art. 45 da IN nº 5, de 2017).

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (*caput* do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021).

Compete ainda, nos termos do decreto estadual 48.587, em seu artigo 16, ao fiscal do contrato, e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, ao seu substituto, as seguintes tarefas:

1. prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato com informações pertinentes as suas competências;
 2. anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
 3. emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexistência ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;
 4. informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;
 5. comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas;
 6. fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de contrato;
 7. comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;
-

8. realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências contratuais.

O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (inciso VII do art. 22 do Decreto nº 11.246, de 2022).

15. DA GESTÃO DO CONTRATO

O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração (inciso IV do art. 21 do Decreto nº 11.246, de 2022).

O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (inciso III do art. 21 do Decreto nº 11.246, de 2022).

O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência (inciso II do art. 21 do Decreto nº 11.246, de 2022).

O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (inciso VIII do art. 21 do Decreto nº 11.246, de 2022).

O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (inciso X do art. 21 do Decreto nº 11.246, de 2022).

O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o

aprimoramento das atividades da Administração , nos termos do inciso VI do art. 21 do Decreto nº 11.246, de 2022 e artigo 15, inciso VII do decreto estadual nº 48.587/23.

O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

Atendendo às exigências contidas no artigo 104, inciso I e art. 117, §1º, 2º, §3º e §4º da Lei 14.133/21, será designado pela autoridade competente, um ou mais agentes para acompanhar e fiscalizar o contrato, como representante da Administração.

Será designado o servidor: Helenice da Silva Oliveira; mat. 1790.

Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou desconformidade na execução do contrato, o agente fiscalizador dará ciência à CONTRATADA, por escrito, para adoção das providências necessárias para sanar as falhas apontadas.

A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades havidas na execução do objeto, aí incluídas imperfeições de natureza técnica ou aquelas provenientes de vício redibitório, como tal definido pela lei civil.

O CONTRATANTE reserva-se o direito de rejeitar, no todo ou em parte, o objeto da contratação, caso o mesmo afaste-se das especificações do Edital, seus anexos e da proposta da CONTRATADA.

As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Fiscal do Contrato serão encaminhadas à autoridade competente da CONTRATANTE para adoção das medidas convenientes, consoante disposto no artigo 117, §2º da Lei 14.133/21.

Caberá ao gestor os controles administrativos/financeiros necessários ao pleno cumprimento do contrato.

16. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa decorrente desta licitação correrá por conta da dotação orçamentária do orçamento em vigor, aprovado pela Lei Municipal nº 3.905, de 08 de julho de 2024.

Red. 600 Unid.Orç 02.02.01 Funcional 04.122.0052.4.343 Econômica 33.90.39.00 Fonte 500

17. DAS GARANTIAS

GARANTIA DE EXECUÇÃO:

Garantia do produto/serviço: fabricante, garantia legal ou garantia convencional

Garantia legal estabelecida pelo Código de Defesa do Consumidor (CDC) de (30 dias - serviços não-duráveis) ;(90 dias - serviços duráveis) a partir da data de recebimento do produto, sem prejuízo de outra garantia complementar fornecida pelo licitante/fabricante em sua proposta comercial.

19. DA OBRIGAÇÃO ESPECÍFICA DAS PARTES

19.1. DA CONTRATADA

- a) A CONTRATADA não poderá justificar o descumprimento de qualquer obrigação por inadequação de seu planejamento ou por falta de recursos;
 - b) Avaliar e acatar as recomendações e exigências dadas pelos representantes do CONTRATANTE, não excluindo a responsabilidade técnica, econômica ou legal da Contratada sobre a perfeição do Objeto deste Termo de Referência. As recomendações e exigências deverão ser dadas por escrito, não sendo aceitas considerações verbais.
 - c) Cumprir as ordens de serviço emitidas pelo CONTRATANTE;
 - d) Disponibilizar ao CONTRATANTE os contatos (telefone, endereço, e- mail, rádio etc.) dos responsáveis pela execução dos serviços;
 - e) Fornecer todas as informações solicitadas pelo CONTRATANTE no prazo determinado;
 - f) Manter, durante toda a execução do trabalho contratado, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação exigidas na licitação;
-

- g) Manter arquivo organizado com todos os documentos relacionados a este contrato, tais como ordens e recomendações expedidas pelo CONTRATANTE, registros de manutenção e de fatos relevantes;
- h) Prestar os serviços que compõem o objeto deste Termo de Referência, nas condições estabelecidas;
- i) Respeitar os prazos definidos neste Termo de Referência;
- j) Responsabilizar-se por todos os parâmetros técnicos envolvidos e executar os projetos dentro da melhor técnica, sendo de responsabilidade da Contratada a solução das adversidades que poderiam ser previstas no decorrer do processo e que são pertinentes ao objeto deste Termo de Referência.

19.2. DA CONTRATANTE:

- a) Comunicar à CONTRATADA, imediatamente e por escrito, toda e qualquer irregularidade, imprecisão ou desconformidade verificada na execução do contrato, assinalando prazo para que a regularize, sob pena de serem-lhe aplicadas sanções legais e contratuais previstas;
- b) Promover o recebimento provisório e o definitivo no prazo fixado;
- c) Disponibilizar à CONTRATADA todas as informações necessárias.
- d)

20. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A CONTRATADA que cometer qualquer das infrações, previstas na Lei Federal nº 14.133/21 de 1º de abril de 2021, na Lei Estadual nº 14.167, de 10 de janeiro de 2002 e no Decreto Estadual nº. 45.902, de 27 de janeiro de 2012, ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência por escrito;
 - b) Previsão de aplicação de multa de até:
 - i. 0,1% (um décimo por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do objeto não executado;
 - ii. 10 % (dez por cento) sobre o valor da prestação de serviços após ultrapassado o prazo de 30 dias de atraso, ou no caso de não entrega do objeto, ou entrega com vícios ou defeitos ocultos que o
-

torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminua-lhe o valor ou, ainda fora das especificações contratadas;

iii. 20 % (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, em caso de descumprimento das demais obrigações contratuais ou norma da legislação pertinente.

c) Suspensão do direito de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

d) Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, nos termos do artigo 156, inciso III da Lei 14.133/21.

A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas nos itens “a”, “c” e “d”.

A multa será descontada da garantia do contrato, quando houver, e/ou de pagamentos eventualmente devidos pelo INFRATOR e/ou cobrada administrativa e/ou judicialmente.

A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo incidental apensado ao processo licitatório ou ao processo de execução contratual originário que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no Decreto Estadual nº. 45.902, de 27 de janeiro de 2012, bem como o disposto na Lei 14.133, de 01 de Abril de 2021 e Lei Estadual nº 14.184, de 2002.

A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

Não serão aplicadas sanções administrativas na ocorrência de casos fortuitos, força maior ou razões de interesse público, devidamente comprovados.

A aplicação de sanções administrativas não reduz nem isenta a obrigação da CONTRATADA de indenizar integralmente eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, que poderão ser apurados no mesmo processo administrativo sancionatório.

As sanções relacionadas nos itens “a”, “c” e “d” serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAFIMP.

As sanções de suspensão do direito de participar em licitações e impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública poderão ser também aplicadas àqueles que:

- a) Retardarem a execução do objeto;
- b) Comportar-se de modo inidôneo;

Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances, bem como aqueles que apresentarem documentação falsa ou cometerem fraude fiscal.

Durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei Federal nº 12.846, de 2013, e pelo Decreto Estadual nº 46.782, de 2015 e Lei 14.133, de 2021, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à Controladoria-Geral do Estado, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

Campos Gerais, MG 17 de julho de 2024

Luiz Fernando de Paula

Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

Matrícula: 3560

ANEXO 1 – ESCOPO DE TRABALHO

ETAPA 01	ETAPA 01 – IDENTIFICAÇÃO DO NÚCLEO E INSTAURAÇÃO DA REURB		ETAPAS 1 E 2 DO PROCESSAMENTO ADMINISTRATIVO DA REURB
	Objetiva a identificação e delimitação do perímetro do núcleo para que seja possível a instauração do procedimento de regularização, bem como para proceder com buscas sobre titularidade da área para notificação e manifestação de interessados.		
	1.	Plano de trabalho – Identificação do núcleo, instauração da Reurb, Notificação dos confrontantes e proprietários	
	1.1	Identificação e delimitação do perímetro do núcleo georreferenciado assinado por profissional legalmente habilitado, com emissão de memorial descritivo do perímetro com ART ou RRT	
	1.2	Instauração da Reurb, por ofício pelo Município, indicando a modalidade de Reurb praticada no núcleo – Reurb- S ou Reurb- E- seguindo os critérios da Lei 13.465/2017 e Decreto 9.310/2018;	
	1.3	Audiencia Pública com a comunidade a fim de apresentar a REURB e o planejamento para regularização da área.	
	1.4	Apresentação de planta do perímetro do núcleo constando os possíveis proprietários (de lotes, glebas ou da área total) e identificação dos confrontantes do perímetro	
	1.5	Realizar buscas no cartório de registro de imóveis com o fim de identificar os proprietários e confrontantes da área do núcleo que será reagularizado	
	1.6	Notificar os confrontantes e proprietários identificados nos termos da Lei 13.465/2017 e Decreto 9.310/2018	
	1.7	Criar câmaras de prevenção e resolução administrativa de conflitos para sanar qualquer oposição apresentada por proprietário ou confrontante	
PA	ETAPA 02 - PROJETO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E CADASTRO SOCIAL		ENT

Objetiva a execução de levantamento planialtimétrico e cadastral georreferenciado do perímetro definido e já delimitado, seguindo os critérios do artigo 35 da Lei federal 13.465/2017

1.	Plano de trabalho – Projeto de Regularização Fundiária
1.1	Levantamento planialtimétrico georreferenciado da área, apresentando as coordenadas georreferenciadas da poligonal da área de intervenção e a situação existente. Devem ser identificadas as características físicas e topográficas da área, envolvendo o levantamento de quadras, lotes, projeção da edificação, as áreas públicas, estrutura viária, declividades do terreno, calçadas, árvores, postes , entre outros elementos relevantes identificados in loco. Deverá conter os acessos e cotas de soleira dos domicílios, pontos de lançamento de esgoto e drenagem, redes de água, esgoto e drenagem existentes , assinado por profissional legalmente habilitado.
1.2	Estudo preliminar das desconformidades e da situação jurídica, urbanística e ambiental;
1.3	Cadastro socioeconômico
1.3.1	Realização de, no mínimo, 01 (uma) assembleia com a comunidade, em local previamente definido e acordado, para informar sobre o trabalho que será realizado, bem como esclarecer sobre o cadastramento socioeconômico, os documentos que serão necessários e a distribuição de material informativo para facilitar a compreensão e o entendimento;
1.3.2	Cadastro socioeconômico de cada residência da área de intervenção, para levantamento de informações sobre cada família conforme questionário (Anexo II) e coleta dos documentos dos ocupantes, necessários à emissão do título de propriedade ou de posse, de acordo com o instrumento de regularização a ser utilizado. Caso necessário, realização de plantões de atendimento pelo serviço social na comunidade para elaboração dos cadastros sociais das famílias envolvidas no projeto e que não foram encontradas em suas residências.
1.3.3	Compatibilização do Cadastro socioeconômico com o levantamento planialtimétrico, que subsidiará a realização do Projeto Urbanístico
1.4	Projeto urbanístico conforme artigo 36 da Lei Federal 13.465/2018 e artigo 31 do Decreto 9.310/2018
1.5	Memorial descritivo e ART ou RRT assinado por profissional legalmente habilitado
1.6	Proposta de soluções para questões ambientais, urbanísticas e de reassentamento dos ocupantes, quando for o caso
1.7	Estudo técnico para situação de risco, quando for o caso

1.8	Estudo técnico ambiental, para os fins previstos na Lei Federal 13.465/2017, quando for o caso
1.9	Cronograma físico de serviços e implantação de obras de infraestrutura essencial, compensações urbanísticas, ambientais e outras, quando houver
1.10	Termo de compromisso a ser assinado pelos responsáveis, públicos ou privados, pelo cumprimento do cronograma físico definido
TOTAL DA ETAPA	

ETAPA 03	ETAPA 03 – PROCESSAMENTO ADMINISTRATIVO		ADMINISTRATIVO DA REURB
	Objetiva a elaboração de documentos técnicos, administrativos e jurídicos do processamento adiministrativo da REURB, compreendendo: Saneamento do processo, Aprovação do PRF e Emissão de CRF.		
	1.	Plano de trabalho – Processamento Administrativo	
	1.1	Saneamento do processo a fim de verificar o cumprimento dos prazos e etapas do processamento da Reurb até então praticados.	
	1.2	Aprovação do PRF pela autoridade competente, conforme Lei nº 13.465/2017.	
	1.3	Expedição da CRF pelo município, conforme Lei nº 13.465/2017.	

ETAPA 04	ETAPA 04 – REGISTRO DA REURB		ADMINISTRATIVO DA REURB
	Registro da CRF e do projeto de regularização fundiária aprovado perante o oficial do cartório de registro de imóveis em que se situe a unidade imobiliária com destinação urbana regularizada.		
	1.	Plano de trabalho – Registro da reurb	
	1.1	Termo de Requerimento do registro em cartório	
	1.2	Protocolo de Registro em cartório	
	1.3	Nota devolutiva e suas respectivas correções	
	1.4	Entrega dos registros	

ANEXO II– CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO	TIPO DESPESA	UNID. DE MEDIDA	QUANT.
1	Identificação e delimitação do perímetro do núcleo georreferenciado, com emissão de memorial descrit	Serviço	un	1086
2	Instauração da Reurb seguindo os critérios da Lei 13.465/2017 e Decreto 9.310/2018.	Serviço	un	1086
3	Audiência Pública com a comunidade	Serviço	un	1086
4	Planta do perímetro do núcleo constando os possíveis proprietários e identificação dos confrontantes	Serviço	un	1086
5	Buscas no cartório de registro de imóveis para identificar proprietários e confrontantes	Serviço	un	1086
6	Notificação dos confrontantes e proprietários nos termos da Lei 13.465/2017 e Decreto 9.310/2018.	Serviço	un	1086
7	Prevenção e resolução administrativa de conflitos para sanar qualquer oposição apresentada por propr	Serviço	un	1086
8	Levantamento planialtimétrico georreferenciado da área	Serviço	un	1086
9	Estudo preliminar das desconformidades e da situação jurídica, urbanística e ambiental.	Serviço	un	1086
10	Cadastro socioeconômico.	Serviço	un	1086
11	Projeto urbanístico conforme artigo 36 da Lei Federal 13.465/2018 e artigo 31 do Decreto 9.310/2018	Serviço	un	1086
12	Memorial descritivo e ART ou RRT assinado por profissional legalmente habilitado	Serviço	un	1086
13	Proposta de soluções para questões ambientais, urbanísticas e de reassentamento dos ocupantes	Serviço	un	1086
14	Estudo técnico para situação de risco	Serviço	un	1086
15	Estudo técnico ambiental, para os fins previstos na Lei Federal 13.465/2017	Serviço	un	1086

ITEM	DESCRIÇÃO	TIPO DESPESA	UNID. DE MEDIDA	QUANT.	VL. UNITÁRIO	VL. TOTAL
16	Cronograma físico de serviços e implantação de obras de infraestrutura essencial, compensações urban	Serviço	un	1086	R\$ 52,87	R\$ 57.416,82
17	Termo de compromisso a ser assinado pelos responsáveis, públicos ou privados, pelo cumprimento do cr	Serviço	un	1086	R\$ 26,67	R\$ 28.963,62
18	Saneamento do processo	Serviço	un	1086	R\$ 45,74	R\$ 49.673,64
19	Aprovação do PRF pela autoridade competente, conforme Lei nº 13.465/2017	Serviço	un	1086	R\$ 34,34	R\$ 37.293,24
20	Expedição da CRF pelo município, conforme Lei nº 13.465/2017.	Serviço	un	1086	R\$ 34,34	R\$ 37.293,24
21	Termo de Requerimento do registro	Serviço	un	1086	R\$ 25,07	R\$ 27.226,02
22	Protocolo de Registro	Serviço	un	1086	R\$ 25,07	R\$ 27.226,02
23	Nota devolutiva e suas respectivas correções	Serviço	un	1086	R\$ 14,20	R\$ 15.421,20
24	Entrega dos registros	Serviço	un	1086	R\$ 9,53	R\$ 10.349,58
TOTAL:						R\$ 1.938.781,50

ANEXO III

1. ORIENTAÇÕES SOBRE IMPLANTAÇÃO DE MARCO GEODÉSICO

Essa demonstração técnica fornece uma visão abrangente do processo de implantação de um marco geodésico, desde o planejamento inicial até a disponibilização dos dados para uso público.

- a. **Planejamento Preliminar:** Antes de iniciar a implantação do marco geodésico, é essencial realizar um planejamento detalhado. Isso envolve a definição dos objetivos do projeto, a seleção do local adequado para o marco, a análise das condições do terreno, e a identificação de possíveis obstáculos que possam interferir nas medições.
- b. **Seleção do Local:** O local para a implantação adicionais de marco geodésico deve ser escolhido com cuidado, levando em consideração a existência do primeiro marco, sua acessibilidade, estabilidade do terreno, visibilidade em relação a pontos de referência próximos, e a minimização de interferências externas, como construções ou vegetação densa.
- c. **Preparação do Terreno:** Antes da instalação do marco, é necessário preparar o terreno de forma adequada. Isso pode envolver a limpeza da área, nivelamento do terreno, e a remoção de quaisquer obstáculos que possam interferir nas medições.
- d. **Instalação do Marco Geodésico:** A instalação do marco geodésico é realizada utilizando técnicas precisas para garantir sua estabilidade e precisão. O marco geralmente consiste em uma estrutura de concreto ou metal, com uma placa de identificação contendo informações sobre sua localização e coordenadas geodésicas.
- e. **Alinhamento e Nivelamento:** Após a instalação do marco, é necessário realizar o alinhamento e nivelamento adequados para garantir sua precisão. Isso pode ser feito utilizando instrumentos como níveis ópticos e estação total, e seguindo procedimentos específicos de alinhamento geodésico.
- f. **Observações e Medidas:** Uma vez que o marco esteja instalado e alinhado, são realizadas observações e medidas precisas utilizando equipamentos de topografia. Isso pode incluir a medição de ângulos horizontais e verticais, distâncias, e coordenadas geodésicas, utilizando métodos como a triangulação e trilateração.

- g. Processamento e Análise dos Dados:** Após a coleta dos dados de campo, é realizado o processamento e análise dos mesmos para determinar as coordenadas geodésicas do marco com a maior precisão possível. Isso envolve o uso de software especializado de georreferenciamento e cálculo de coordenadas.
- h. Certificação e Documentação:** Uma vez que as coordenadas do marco tenham sido determinadas com precisão, é emitida uma certificação oficial, atestando sua localização e coordenadas geodésicas. Além disso, são preparados documentos técnicos detalhando todo o processo de implantação do marco e os resultados obtidos.
- i. Manutenção e Atualização:** Após sua instalação, o marco geodésico requer manutenção regular para garantir sua estabilidade e precisão ao longo do tempo. Além disso, é importante realizar atualizações periódicas das coordenadas geodésicas do marco, para acompanhar quaisquer mudanças na rede geodésica local.
- j. Registro e Disponibilização de Dados:** Por fim, os dados relativos ao marco geodésico, incluindo suas coordenadas e certificação, são registrados em bancos de dados geoespaciais e disponibilizados para acesso público, garantindo sua utilização por parte de profissionais e instituições que dependem de informações georreferenciadas precisas.

2. MONOGRAFIAS DE BASE E DOS MARCOS GEODÉSICOS

As monografias da base e dos marcos geodésicos são documentos essenciais que fornecem informações detalhadas sobre cada ponto da rede geodésica. Aqui estão os elementos que a monografia deve conter:

- a. Código do Vértice:** O código do vértice é uma identificação única atribuída a cada ponto da rede geodésica. Essa identificação é fundamental para referenciar e localizar o ponto de forma inequívoca em todos os registros e documentos relacionados.
- b. Foto:** A inclusão de uma foto do marco geodésico e de sua área circundante é importante para auxiliar na identificação visual do ponto, especialmente em situações onde a referência física pode ser útil. A foto deve ser clara e abranger uma visão ampla do marco, destacando sua localização relativa a características físicas do ambiente.
- c. Itinerário:** O itinerário descreve detalhadamente a rota ou os acessos necessários para chegar ao ponto de medição. Isso pode incluir informações sobre estradas, trilhas, marcos referenciais e quaisquer outras orientações relevantes para garantir o acesso seguro e eficiente ao ponto geodésico.
- d. Coordenadas Geodésicas em UTM:** As coordenadas geodésicas em UTM (Universal Transverse Mercator) são essenciais para georreferenciar o ponto de forma precisa em um sistema de coordenadas cartesianas. Essas coordenadas devem ser fornecidas com precisão adequada, geralmente expressas em metros, para garantir sua utilidade em aplicações de levantamento e cartografia.
- e. Precisões do Marco:** As precisões do marco indicam a confiabilidade das coordenadas geodésicas fornecidas. Essas precisões podem ser expressas em termos de incertezas das coordenadas horizontais e verticais, geralmente em metros. É importante fornecer informações claras sobre a precisão do marco para garantir sua adequada utilização em aplicações de alta precisão.

Ao incluir esses elementos nas monografias da base e dos marcos geodésicos, é possível garantir que esses documentos forneçam todas as informações necessárias para a correta identificação, localização e utilização dos pontos da rede geodésica em diversas aplicações de levantamento e cartografia.

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. INTRODUÇÃO

Este Estudo Técnico Preliminar - ETP tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento da demanda da Secretaria Municipal de Administração e Rh da Prefeitura Municipal de Campos Gerais-MG, descrita no item 3, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de contratação.

2. DIRETRIZES QUE NORTEARÃO ESTE ETP

- Lei Federal nº 13.465 de 2017 e do Decreto Federal nº 9.310 de 2018 e a Instrução Normativa Nº 40, de 22 de maio de 2020 e Resolução Seplag nº 115, de 29 de dezembro de 2021.

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

O processo de desenvolvimento urbano brasileiro foi pautado por um planejamento inadequado, incompatível com a realidade das cidades, e que não incluía o cidadão na formulação de políticas urbanas. Neste contexto, vários assentamentos e loteamentos irregulares foram formados, culminando em ocupações de áreas nas quais os posseiros não detêm o título do imóvel, ou seja, não detêm a propriedade do bem, e acabam por ocupar áreas sem infraestrutura ou com infraestrutura precária.

Conforme manifestação do Colégio Registral Imobiliário de Minas Gerais – CORI/MG, não há um diagnóstico preciso acerca dos números da irregularidade no Brasil, e sendo assim, os números apresentados são estimativos, mas segundo o extinto Ministério das Cidades, estima-se que cerca de 30 milhões de imóveis não possuem documentos de propriedade, o que equivale a cerca de 50% do patrimônio imobiliário brasileiro.

Outro índice, apurado em 2021 pela Superintendência de Regularização Fundiária e Planejamento Urbano, acerca da irregularidade fundiária no estado de Minas Gerais, demonstrou que em 28 municípios do Estado existia um total de 117 núcleos informais, os quais somavam 67.735 unidades irregulares.

Tal levantamento foi realizado através de edital de chamamento público emitido pela SPFU, em que, nem 5% dos municípios conseguiram levantar os dados sobre a irregularidade em seu território. Constata-se, pois, que trata-se de problema regional.

Além deste, levantamentos realizados pelo CORI-MG que demonstram a localização de unidades regularizadas nos anos de 2019 e 2020 e em ambos foi perceptível que a regularização ocorreu em todas as regiões do Estado, com maior incidência nas regiões norte e vale do mucuri.

A identificação desses fatores possibilitou a percepção, pela Administração Pública Municipal, de que a política de regularização fundiária urbana, nos termos em que vem sendo praticada não alcança resultados satisfatórios em todo o Estado de Minas Gerais, bem como evidenciou que o Estado e os Municípios mineiros não consegue prestar apoio integral aos municípios sem prejudicar outros serviços públicos, razão pela qual, faz-se necessária a elaboração de política pública voltada para a regularização fundiária neste Município.

4. SECRETARIA REQUISITANTE

Setor de Projetos, Convênios e Captação de Recursos

5. PREVISÃO DA DEMANDA NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES (PCA) DE 2024:

Não. O Município de Campos Gerais-MG está elaborando seu primeiro Plano Anual de Contratação, que vigorará para 2024. Ademais, a previsão da contratação está plenamente validada com o planejamento da Administração.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Para sua efetiva realização o programa de regularização fundiária urbana foi dividido em serviços constantes de 4 etapas que possuem ordem técnica e ordem administrativa, a serem executados pela empresa contratada.

Ressalte-se que, determinadas fases da regularização são de competência exclusiva do Município nos termos da legislação aplicável, posto que, serão executados pela prefeitura municipal, a qual firmará Acordo de Cooperação Técnica com esta SEDE para prestação de apoio técnico no tocante ao andamento do projeto.

ETAPA 01	ETAPA 01 – IDENTIFICAÇÃO DO NÚCLEO E INSTAURAÇÃO DA REURB (ETAPA 1 E 2 PROCESSAMENTO DA REURB)

	Objetiva a identificação e delimitação do perímetro do núcleo para que seja possível a instauração do procedimento de regularização, bem como para proceder com buscas sobre titularidade da área para notificação e manifestação de interessados.	
	1.	Plano de trabalho – Identificação do núcleo, instauração da Reurb, Notificação dos confrontantes e proprietários
	1.1	Identificação e delimitação do perímetro do núcleo georreferenciado assinado por profissional legalmente habilitado, com emissão de memorial descritivo do perímetro com ART ou RRT
	1.2	Instauração da Reurb, por ofício pelo Município, indicando a modalidade de Reurb praticada no núcleo – Reurb- S ou Reurb- E- seguindo os critérios da Lei 13.465/2017 e Decreto 9.310/2018;
	1.3	Audiência Pública com a comunidade a fim de apresentar a REURB e o planejamento para regularização da área.
	1.4	Apresentação de planta do perímetro do núcleo constando os possíveis proprietários (de lotes, glebas ou da área total) e identificação dos confrontantes do perímetro
	1.5	Realizar buscas no cartório de registro de imóveis com o fim de identificar os proprietários e confrontantes da área do núcleo que será regularizado
	1.6	Notificar os confrontantes e proprietários identificados nos termos da Lei 13.465/2017 e Decreto 9.310/2018
	1.7	Criar câmaras de prevenção e resolução administrativa de conflitos para sanar qualquer oposição apresentada por proprietário ou confrontante
	2	Produtos gerados

	2.1	Planta do perímetro Georreferenciada do núcleo urbano informal
	2.2	Memorial descritivo do perímetro com ART ou RRT
	2.3	Mapa de sobreposição da área regularizada com indicação das propriedades atingidas e indicação de confrontantes
	2.4	Ato administrativo instaurando a Reurb para o núcleo
	2.5	Certidões emitidas pelo Cartório Competente referente as buscas para identificação dos proprietários e confrontantes
	2.6	Apresentação do Termo de Notificação e do AR enviado ou publicação de edital de notificação, quando for o caso
	2.7	Decisão saneadora para os conflitos identificados, ou termo administrativo informando que não houve nenhum tipo de oposição ao procedimento
	2.8	Relatório fotográfico e documental da audiência pública
ETAPA 02	ETAPA 02 - PROJETO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E CADASTRO SOCIAL (ETAPA 3 DO PROCESSAMENTO DA REURB)	
	Objetiva a execução de levantamento planialtimétrico e cadastral georreferenciado do perímetro definido e já delimitado, seguindo os critérios do artigo 35 da Lei federal 13.465/2017	
	1.	Plano de trabalho – Projeto de Regularização Fundiária
	1.1	Levantamento planialtimétrico georreferenciado da área, apresentando as coordenadas georreferenciada da poligonal da área de intervenção e a situação existente. Devem ser identificadas as características físicas e topográficas da área, envolvendo o levantamento de quadras, lotes, projeção da edificação, as

		áreas públicas, estrutura viária, declividades do terreno, calçadas, árvores, postes, entre outros elementos relevantes identificados in loco. Deverá conter os acessos e cotas de soleira dos domicílios, pontos de lançamento de esgoto e drenagem, redes de água, esgoto e drenagem existentes, assinado por profissional legalmente habilitado.
	1.2	Estudo preliminar das desconformidades e da situação jurídica, urbanística e ambiental;
	1.3	Cadastro socioeconômico
	1.3.1	Realização de, no mínimo, 01 (uma) assembleia com a comunidade, em local previamente definido e acordado, para informar sobre o trabalho que será realizado, bem como esclarecer sobre o cadastramento socioeconômico, os documentos que serão necessários e a distribuição de material informativo para facilitar a compreensão e o entendimento;
	1.3.2	Cadastro socioeconômico de cada residência da área de intervenção, para levantamento de informações sobre cada família conforme questionário e coleta dos documentos dos ocupantes, necessários à emissão do título de propriedade ou de posse, de acordo com o instrumento de regularização a ser utilizado. Caso necessário, realização de plantões de atendimento pelo serviço social na comunidade para elaboração dos cadastros sociais das famílias envolvidas no projeto e que não foram encontradas em suas residências.
	1.3.3	Compatibilização do Cadastro socioeconômico com o levantamento planialtimétrico, que subsidiará a realização do Projeto Urbanístico
	1.4	Projeto urbanístico conforme artigo 36 da Lei Federal 13.465/2018 e artigo 31 do Decreto 9.310/2018
	1.5	Memorial descritivo e ART ou RRT assinado por profissional legalmente habilitado
	1.6	Proposta de soluções para questões ambientais, urbanísticas e de reassentamento dos ocupantes, quando for o caso

	1.7	Estudo técnico para situação de risco, quando for o caso
	1.8	Estudo técnico ambiental, para os fins previstos na Lei Federal 13.465/2017, quando for o caso
	1.9	Cronograma físico de serviços e implantação de obras de infraestrutura essencial, compensações urbanísticas, ambientais e outras, quando houver
	1.10	Termo de compromisso a ser assinado pelos responsáveis, públicos ou privados, pelo cumprimento do cronograma físico definido
	2.	Produtos gerados
	2.1	Planta planialtimétrica georreferenciada assinado por profissional legalmente habilitado com: 1. Monografia dos marcos e da base do levantamento topográfico; 2. Arquivo da planta em shapefile e 3. Relatório de processamento dos pontos
	2.2	Memorial descritivo e ART ou RRT assinado por profissional legalmente habilitado
	2.3	Estudo preliminar das desconformidades e da situação jurídica, urbanística e ambiental
	2.4	Proposta de soluções para questões ambientais, urbanísticas e de reassentamento dos ocupantes ou a dispensa justificada da não apresentação deste
	2.5	Estudo técnico para situação de risco ou a dispensa justificada da não apresentação deste
	2.6	Estudo técnico ambiental, para os fins previstos na Lei Federal 13.465/2017
	2.7	Cronograma físico de serviços e implantação de obras de infraestrutura essencial, compensações urbanísticas, ambientais e outras, juntamente com o termo de

		compromisso a ser assinado pelos responsáveis, públicos ou privados, ou a dispensa justificada da não apresentação destes
	2.8	Plano de trabalho – Cadastro Social
	2.8.1	Processo Individual de casa um dos ocupantes identificados contendo, formulário cadastral, documentos pessoais, documentos de comprovação de posse e indicação do direito real reconhecido para titulação, de no mínimo, 80% do núcleo
	2.8.2	Relatório fotográfico e documental da audiência pública
	2.8.3	Listagem de todas as unidades imobiliárias identificadas no núcleo, conforme ANEXO I do Estudo Técnico Preliminar (ETP).
	2.8.4	Relatório conclusivo da etapa de Trabalho Social acompanhado de relatório fotográfico das moradias cadastradas.
ETAPA 03	ETAPA 03 – PROCESSAMENTO ADMINISTRATIVO (ETAPA 4,5 E 6 DO PROCESSAMENTO DA REURB)	
	Objetiva a elaboração de documentos técnicos, administrativos e jurídicos do processamento administrativo da REURB, compreendendo: Saneamento do processo, Aprovação do PRF e Emissão de CRF.	
	1.	Plano de trabalho – Processamento Administrativo
	1.1	Saneamento do processo a fim de verificar o cumprimento dos prazos e etapas do processamento da Reurb até então praticados.
	1.2	Aprovação do PRF pela autoridade competente, conforme Lei nº 13.465/2017.
	1.3	Expedição da CRF pelo município, conforme Lei nº 13.465/2017.

	2.	Produtos gerados
	2.1	Termo de Saneamento assinado pela autoridade competente.
	2.2	Termo de pronunciamento da autoridade competente acerca do processamento administrativo da REURB conforme Lei nº 13.465/2017.
	2.3	Certidão de Regularização Fundiária, conforme Lei nº 13.465/2017.
ETAPA 04	ETAPA 04 – REGISTRO DA REURB (ETAPA 7 DO PROCESSAMENTO DA REURB)	
	Registro da CRF e do projeto de regularização fundiária aprovado perante o oficial do cartório de registro de imóveis em que se situe a unidade imobiliária com destinação urbana regularizada.	
	1.	Plano de trabalho – Registro da Reurb
	1.1	Requerimento junto ao cartório do registro da CRF e do Projeto de Regularização Fundiária (PRF).
	1.2	Acompanhamento do protocolo de registro e correção de possíveis devolutivas do cartório, até a emissão dos registros.
	2.	Produtos gerados
	2.1	Termo de Requerimento do registro
	2.2	Protocolo de Registro
	2.3	Nota devolutiva e suas respectivas correções, se houver.

	2.4	Entrega dos registros
--	------------	-----------------------

7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

O primeiro passo para composição da estimativa de preços foi a realização de uma pesquisa, pela equipe técnica da Secretaria, através de e-mail encaminhado à GEOLINE ENGENHARIA, GRS80, URB BRASIL empresas do ramo, com o atendimento aos serviços constantes do cronograma elaborado, das quais obtivemos resposta de 03 (três) empresas. Os orçamentos apresentados pelas empresas encontram-se disponíveis no Anexo II, do Estudo Técnico Preliminar (ETP).

Para melhor estimar o preço, ficou estabelecido que o custo da regularização será calculado por unidade imobiliária a ser regularizada.

Posto isso, o preço definido foi de R\$ 1.785,25 por unidade imobiliária regularizada considerando o preço médio apresentado pelas empresas do mercado externo, conforme quadro abaixo.

Empresa	Etapas 1	Etapas 2	Etapas 3	Etapas 4
GEOLINE ENGENHARIA	R\$ 304.080,00	R\$ 912.240,00	R\$ 182.448,00	R\$ 121.632,00
GRS80	R\$ 285.000,00	R\$675.000,00	R\$ 60.000,00	R\$ 30.000,00
URB BRASIL	R\$ 627.414,78	R\$ 1.929.800,2	R\$ 130.320	R\$ 449.169,6
Preço médio por etapa	R\$ 405.498,26	R\$ 1.172.346,74	R\$ 80.859,44	R\$ 200.267,02
Preço unitário médio de todos os serviços	R\$ 1.902.235,56			

Para além de tal pesquisa de mercado, utilizamos como parâmetro as contratações realizadas pelos Municípios, por meio de licitação, nos convênios firmados com a SEDE.

Ressalte-se que, o critério utilizado foi o preço unitário de tais contratações, uma vez que os serviços foram determinados de maneira específica para cada realidade municipal, embora sejam semelhantes aos serviços descritos neste documento e que devem ser realizados pela empresa.

Município	Valor unitário
Caeté	R\$ 1.280,00
Monjolos	R\$ 507,00
Ouro Verde de Minas	R\$ 1.067,00
Cimbaje	R\$ 800,00
Catuji	R\$ 1.093,21
Preço unitário médio	R\$ 949,43

Assim, temos que a estimativa do valor da contratação é de R\$ 949,43 (novecentos e quarenta e nove e quarenta e três centavos), não havendo outros gastos a serem considerados.

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Identificação e delimitação do perímetro do núcleo georreferenciado, com emissão de memorial descrit	UND	1086	R\$ 184,35	R\$ 200.204,10
2	Instauração da Reurb seguindo os critérios da Lei 13.465/2017 e Decreto 9.310/2018	UND	1086	R\$ 82,40	R\$ 89.486,40
3	Audiência Pública com a comunidade	UND	1086	R\$ 53,74	R\$ 58.361,64
4	Planta do perímetro do núcleo constando os possíveis proprietários e identificação dos confrontantes	UND	1086	R\$ 67,08	R\$ 72.848,88
5	Buscas no cartório de registro de imóveis para identificar proprietários e confrontantes	UND	1086	R\$ 26,87	R\$ 29.180,82

6	Notificação dos confrontantes e proprietários nos termos da Lei 13.465/2017 e Decreto 9.310/2018	UND	1086	R\$ 102,15	R\$ 110.934,90
7	Prevenção e resolução administrativa de conflitos para sanar qualquer oposição apresentada por propr	UND	1086	R\$ 78,21	R\$ 84.936,06
8	Levantamento planialtimétricoO georreferenciado da área	UND	1086	R\$ 296,41	R\$ 321.901,26
9	Estudo preliminar das desconformidades e da situação jurídica, urbanística e ambiental.	UND	1086	R\$ 119,21	R\$ 129.462,06
10	Cadastro socioeconômico	UND	1086	R\$ 124,92	R\$ 135.663,12
11	Projeto urbanístico conforme artigo 36 da Lei Federal 13.465/2018 e artigo 31 do Decreto 9.310/2018	UND	1086	R\$ 211,76	R\$ 229.971,36
12	Memorial descritivo e ART ou RRT assinado por profissional legalmente habilitado	UND	1086	R\$ 39,75	R\$ 43.168,50
13	Proposta de soluções para questões ambientais, urbanísticas e de reassentamento dos ocupantes	UND	1086	R\$ 48,75	R\$ 52.942,50
14	Estudo técnico para situação De risco	UND	1086	R\$ 35,01	R\$ 38.020,86
15	Estudo técnico ambiental, para os fins previstos na Lei Federal 13.465/2017	UND	1086	R\$ 46,81	R\$ 50.835,66
16	Cronograma físico de serviços e implantação de obras de infraestrutura essencial, compensações	UND	1086	R\$ 52,87	R\$ 57.416,82

	urban				
17	Termo de compromisso a ser assinado pelos responsáveis, públicos ou privados, pelo cumprimento do cr	UND	1086	R\$ 26,67	R\$ 28.963,62
18	Saneamento do processo	UND	1086	R\$ 45,74	R\$ 49.673,64
19	Aprovação do PRF pela autoridade competente, conforme Lei nº 13.465/2017	UND	1086	R\$ 34,34	R\$ 37.293,24
20	Expedição da CRF pelo município, conforme Lei nº 13.465/2017.	UND	1086	R\$ 34,34	R\$ 37.293,24
21	Termo de Requerimento do registro	UND	1086	R\$ 25,07	R\$ 27.226,02
22	Protocolo de Registro	UND	1086	R\$ 25,07	R\$ 27.226,02
23	Nota devolutiva e suas respectivas correções	UND	1086	R\$ 14,20	R\$ 15.421,20
24	Entrega dos registros	UND	1086	R\$ 9,53	R\$ 10.349,58

O valor previsto na planilha orçamentária ficou no montante de R\$ 1.938.781,50 (um milhão, novecentos e trinta e oito mil, setecentos e oitenta e um reais, e cinquenta centavos)

9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

1. O critério adotado para a demanda, é menor preço por lote, ou seja, não se adotará o parcelamento do objeto.

2. Justificativa para o não parcelamento:

Considerando o princípio da eficiência, a aglutinação do objeto tem o intuito de manter uma melhor gestão do futuro contrato, pois uma vez parcelado, há possibilidades de vários contratos, demandando várias publicações de extratos de contrato, mais servidores para fiscalização, lembrando que o quadro

de pessoal efetivo no MUNICÍPIO DE CAMPOS GERAIS-MG é reduzido, esse fato dificulta a capacidade de fiscalização dos serviços prestados ao órgão.

Em razão do agrupamento, a prestação dos serviços ficará a cargo de um único fornecedor, o qual deverá ofertar proposta para todos os itens, sendo adjudicado àquele licitante que apresentar melhor proposta ao grupo.

Por não se tratar de serviços de natureza continuada de alta complexidade técnica (Decisão nº 166/2001 TCU), é viável que não haja o parcelamento do objeto em item, visto que a divisão dos serviços implicará apenas em aumento de despesas para a administração, seja para contratá-los, seja para geri-los.

Além de proporcionar uma melhor gestão do contrato, a contratação de um único fornecedor se demonstrada mais viável tecnicamente, pois o fornecedor que realizará o serviço, que será efetuada de forma rotineira, estará mais familiarizado com a equipe e localização dos imóveis objeto de regularização.

10. RESULTADOS PRETENDIDOS

Como já apresentado neste estudo a irregularidade fundiária é um problema que atinge o Município e é um quadro que gera uma série de problemas como:

- I- Prejuízo ao planejamento urbano
- II- Insegurança jurídica na posse
- III- Prejuízo ao desenvolvimento econômico

Em que pese o quadro da irregularidade fundiária ser alto, com a contratação, a Secretaria almeja alcançar resultados satisfatórios em nível municipal, mitigando a irregularidade no Município, possibilitando o desenvolvimento econômico da região, regularizando ocupações e garantindo maior segurança jurídica à população.

11. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

A Administração tomará as seguintes providências previamente ao contrato:

- a) Definição de servidores para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto contratado.
-

b) Definição de planos de trabalhos com vistas à boa execução do objeto contratado.

12. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

Não se vislumbra a ocorrência de possíveis impactos ambientais gerados pela contratação em estudo. Contudo a contratada deverá conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e a saúde dos trabalhadores e envolvidos na execução do objeto.

14. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Diante do exposto neste ETP, declaro (amos) viável esta contratação. Os fatores que ensejaram a conclusão pela viabilidade da contratação são os seguintes:

- I. Identificação de núcleos irregulares no Município;
- II. Número elevado de núcleos irregulares;
- III. Ausência de corpo técnico suficiente/qualificado para proceder a regularização

Campos Gerais, 17 de julho de 2024.

Elaborado por:

Luiza Cristina Ferreira Pereira

Coordenador I de Análise e Acompanhamento de Projeto

Matrícula: 6042

Nome: Luiz Fernando de Paula

Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

ANEXO I**UNIDADES IMOBILIÁRIAS IDENTIFICADAS NO NÚCLEO**

Nome	Endereço	Nº do imóvel	Complemento	Condição do imóvel
Dara Julia de Paiva	R. Sebastião Pinto Louredo	156		
Edinaide Alves Pereira	R. João Gualberto	815		Próprio
Fabricio Novais Luiz	R. Antonio José Araujo	137		Cedido
Alessandra Nº Apº Rocha Ribeiro	Rua Projetada E	184		Próprio
Adilson de Souza	Rua Projetada	370		Próprio
Ana Claudia de Sousa	Rua José Joaquim Palhão	576		Próprio
Vitor Paulo Fernandes	Rua Projetada	380		Próprio
Isabel Gomes de Oliveira	Rua Projetada	29		Próprio
Sebastiana Maria de Lima	Rua Projetada	32		Próprio
José Rodrigues Rozendo	Rua Projetada	34		Próprio
Marinete Mª da Silva	Monsenhor Teófilo Saez	S/N		Próprio
Alício Sérgio Rozendo	José Aristides Arcújo	87		Próprio
Diego Palhão	Rua Manoel Martins Pereira	92		Alugado
Eloisa de Fátima dos Santos	Rua Projetada	33		Próprio
Sara Marta Febisno Garcia	Rua Nei Silva	660		Próprio
Maria Aparecida Silva Souza	Rua Antônio Pereira Alvim	141		Próprio
Gregory Wallace Silva	R. João Gualberto	774		Próprio
Paula Aparecida Santana	Rua José Aristide Araújo	221		Próprio
Juliana de Freitas	José Aristides Araújo	257	Casa	Próprio
José Batista	R. Luiz Maria de Conceição	58		Próprio
Débora Aline Silveiro Conceição	Rua Leodorico Pereira Alvim	250		Alugado
Monique Negreiros	Rua Tomas Pereira	578		Próprio
Fausto Pereira da Silva	Rua Luiza Maria da Conceição	47		Próprio

Vanderley Rodrigues Cardoso	José Aristides de Araújo	05	Próprio
Sebastião Eugênio	Silvestre Martins Coelho	84	Próprio
Ricardo Antônio	Rua Antônio Pereira Alvim	815	Próprio
Milton Antônio Gonçalves	Rua Antônio Pereira Alvim	855	Próprio
Claudio Cesar de Oliveira	Rua João Gualberto	793	Próprio
Tiago V. Lima	R. José Aristides de Araújo	77 Casa	Próprio
José Vitor da Silva	Tomás Pereira	42	Próprio
Rodrigo de Oliveira Bernabé	Rua Antônio Pereira Alvim	467	Próprio
Roseni Vitor da Silva	Rua Luiza Maria da Conceição	52	Próprio
Sidney Rodrigues Cardoso	Rua Projetada	538 Casa	Próprio
Juarez Francisco Santos	Rua João Gualberto	706	Próprio
Benedito Raimundo da Silva	Rua Antônio Pereira Alvim	845	Próprio
Willian Alexandre	Rua Manoel Francisco Sales	69	Próprio
Simone da Silva Oliveira	R. Projetada	526 Casa	Próprio
Eliezer Donizete da Silva	Rua Fazenda Velha	120	Alugado
Pedro Benedito Donizete Ribeiro	Rua Manoel Francisco Sales	72	Próprio
Adão Garcias	Rua Antônio Pereira Alvim	130	Próprio
Ivam Luiz Elias do Nascimento	Rua Antônio Pereira Alvim	190	Próprio
Benedito Abade Paulino	Projetada	400 Casa	Próprio
Suely Alexandre Teodoro Martins	Padre Vitor	92	Próprio
Israel Expedito de Oliveira	Luiza Maria da Conceição	51	Próprio
Reginaldo de Jesus	R. Projetada	456 Casa	Próprio
Mirella Gonçalves Lopes	Nei Silva	69	Próprio
Maria do Carmo M. dos Santos	Projetada	480 Casa	Próprio
Francisco de Paula Vitor Barbosa	Rua Luiza Maria do Conceição	54	Próprio
Sebastião Pereira	Rua Adolfo	40	Próprio
Dhiego Almeida Neves Céu	Antônio Pereira Alvim	478	Próprio
Amanda Paula de Oliveira Pereira	Rua Luiza Maria da Conceição	62	Alugado

Marco Antonio Azevedo	R Projetada	492 Casa	Próprio
Erica Aline Tobias Ferreira	Rua Vicente José da Silva		Alugado
Mauro Antonico Garcias	Rua João Gualberto	736	Próprio
Valdilson Santos	R. José Aristides Araújo	103	Próprio
Francisco Claudinei da Silva	Monsenhor Teófilo Saez	18	Próprio
Zulaine Mª. Ferreira	R José Aristides Araújo	209	Próprio
Maria das Dores Pereira Silva	Rua João Gualberto	659	Próprio
Dagnor de Fátima Silva	José Aristides Araújo	159 casa	Próprio
José Ozório Carneiro	João Guarberto	692	Próprio
Arley Francisco dos Santos	Rua monsenhor Teófilo Saez	546	Próprio
Telmara Ormindá Silva	Rua João Gualberto	612	Cedido
Ciro Coelho	Rua Joel Augusto de Oliveria	39	Próprio
Ronaldo Bernardo	João Gualberto	639	Próprio
Vitor Antônio Donizete	Rua João Gualberto	805	Próprio
Olavo Fernando Brito	Rua Venezuela	77 B	Próprio
Noel Silva Caires	João Gualberto	764	Próprio
Romildo de Paula Vitor	João Gualberto	754	Próprio
Dênis Marques Bernardo	João Gualberto	764	Próprio
Dalva Pereira	Rua Venezuela	29	Próprio
Vicente Luiz Tavares H.	Tomás Pereira	43	Próprio
Osvaldo Oliveira	Rua Venezuela	58	Próprio
Antônio Carlos Rodrigues	Antônio Pereira Martins		Próprio
Higor Silva	Tomás Pereira	44	Próprio
Fausto Paiva	Rua Venezuela	67	Próprio
Clóvis Serafim Coelho	Rua Venezuela	297	Próprio
Maria Aparecida Pereira Serafim	Rua Venezuela	287	Próprio
José Alberto Rodrigues Cardoso	Antonio Pereira Alvim	753	Próprio
Ana Lucia Gomes Pereira	Rua Venezuela	75	Próprio

Leandro Vitor Garcia	Tomás Pereira	45	Próprio
Francisca de Paula Vitor Santana	Rua Venezuela	203	Próprio
Cornelho Ramos Abreu	José Aristides Araújo	161	Próprio
José Gomes da Silva	Luiza Maria da Conceição	63	Próprio
Ronaldo da Silva	Luiza Maria da Conceição	60	Próprio
Maciel da silva	Rua Luiza Maria da Conceição	59	Próprio
Alexandre de Paulo Oliveira Bernabé	Rua João Gualberto	784	Próprio
Mario José Araujo	Rua Venezuela	62	Próprio
Daniela Luiza Roberto	R Vicente José da Silva	11	Próprio
Camila Brito da Silva	Rua Vitor Carlos Pereira	201	Próprio
Iarlei Antônio Luiz	Rua Mon Senhor Teofiló Salez	53	Próprio
Antônio Siqueira	Rua Mon Senhor Teofiló Salez	46	Cedido
João Gurian Neto	Rua Mon Senhor Teofiló Salez	04	Próprio
Josimara Imaciente Santos Machado	Rua Manuel Francisco Sales	127	Próprio
João Siqueira	Antonio Pereira Alvim	865	Próprio
Maria do Carmo Pereira Ferreira	Sebastião Pinto Louredo	03	Próprio
João Adenisio Santana	Rua Manoel Francisco Sales	66	Próprio
Augustinho da Silveira	Rua Manoel Francisco Sales	67	Próprio
Antônio Veiga Gomes	Rua Manoel Francisco Sales	73	Próprio
Fravia Pereira	Rua Fazenda Velha	21	Próprio
Maria Imaculada Moraes Camilo	Rua Luiza Maria da Conceição	55	Próprio
João Vicente	Rua Luiza Maria da Conceição	532	Próprio
Tânia Aparecida do Nascimento Silva	Rua Manoel Francisco Sales	132	Próprio
Tiago Pereira	Teodorico Pereira Alvim	175	Próprio
Stelamaris Vilani	Rua Joaquim Felipe	276	Próprio
Samara Oliveira Silva	João Gualberto	676	Próprio

Solange Toledo Aparecida Silva	Rua José Francisco Pereira	174	Próprio
Sebastião Teodoro de Souza	Antônio José Araújo	193	
Silvana de Souza	Rua Manoel Martins Pereira	89	Próprio
Rodrigo José Corrêa	R Manoel F ^a Sales	09	Próprio
Rosiane Ferreira Paiva	Pedro Julio	73	Próprio
Roberto Álvaro Barroso	José Aristides de Araújo	233	Próprio
Priscila Pereira da Silva	José F ^a Pereira	256	Próprio
Osmir Firmino Moreira	João Gualberto	609	Próprio
Olivina Maria Correa Palhão	Rua Joaquim Felipe	452	
Marilda de Souza Pereira	Joel Augusto de Oliveira	233	Próprio
Maria Aparecida de Oliveira	Rua Joaquim Felipe	30	Próprio
Maria do Carmo Martins Marcelino	Joaquim Felipe	47	Próprio
Marcelo Galdino de Souza	José Aristides de Araújo	99	Próprio
Marcos Donizete da Silva	João Gualberto	629	Próprio
Mauro Vitor da Silva	Mon Senhor Teófilo Salez	21	Próprio
Maria Aparecida	João Gualberto	622	Próprio
Maria Valdinete Lopes dos Santos	Joel Augusto de Oliveira	284	Alugado
Vitalina Floriano	Joel Augusto de Oliveira	332	Próprio
Maria do Carmo Teodoro	Joel Augusto de Oliveira	300	Próprio
Marcia Maria Palhão de Oliveira	Joaquim Felipe	462	Próprio
Marcia Maria Palhão Oliveira	Joaquim Felipe	462	
Maria Isa Palhão	Tomás Pereira	547	Próprio
Leandro dos Palhão	Tomás Pereira	460	Próprio
Luiz Carlos da Silva	João Gualberto	626	Próprio
Leticia Maria Alexandre	José Francisco Pereira	09	Próprio
Kelly Siqueira de Souza	João Gualberto	774	Próprio
José Maria de Oliveira	Joel Augusto de Oliveira	39	Cedido

Janaina Aparecida Jorge	Tomás Pereira	480	Próprio
Joice Vilani de Oliveira Serafim	Tomaz Pereira	585	Próprio
Jorge Luiz de Oliveira	Joel Augusto de Oliveira	99	Próprio
Tarciso das Neves Céu	Mon Senhor Teófilo Saez	123	Próprio
Ivanil Marques de Souza	Joel Augusto de Oliveira	305	Próprio
Ian Rodrigues de Souza	Mon Senhor Teofilo Saez	33	Próprio
Isabela Araujo Coelho	Joéo Augusto de Oliveira	26	
Helena Aparecida da Silva	Rua Nova	97	Próprio
Grilson da Costa V.	João Gualberto	619	Próprio
Graciela Aparecida de Oliveira	Teresa Batista de Novais	43	Próprio
Geraldo Aloncio de Oliveira	Joel Augusto de Oliveira	101	Próprio
Franciele Cristina Pereira	Projetada E	320	Próprio
Elizete Geraldino da Silva Pereira	Rua João Gualberto	592	Próprio
Dougras Ferreira da Silva	Rua Fazenda Velha	368	Próprio
Daniela Pereira	Rua Teodorico Pereira Alvim	240	Próprio
Daniel Filisbino	Rua João Augusto de Oliveira	281	Próprio
Duilio de Oliveira Silveira	Rua Antônio José Araújo	107	Próprio
Daniel Oliveira Silveira	Rua Antônio José Araújo	154	Cedido
Dara Alves de Almeida	Rua Antônio José Araújo	148	Alugado
Cirlene Ferreira da Silva	Rua Sebastião Pinto Loredó	12	Próprio
Célio dos Santos	Rua João Gualberto	602	Próprio
Caroline Gomes Pereira	Rua José Pedro de Araújo	345	Próprio
Atailson de Paula Santana	Rua Projetada	514	Próprio
Andressa Maria da Silva Ferreira	Rua Manuel Francisco Sales	92	Próprio
Amarildo Eufrosino Ramos	Rua Mon Senhor Teofilo Saez	11	Próprio
Angelina de Oliveira Vilane	Rua Teodorico Pereira Alvim	97	Próprio
Ana Cláudia Pereira	Rua Padre Vitor	42	Cedido
Andrea Moraes Camilo Fernandes	José Pedro de Araújo	565	Alugado

Andrea Moraes Camilo Fernandes	Rua Projetada	330	Próprio
Thiago Vitor Fernando Miranda	João Naves Carneiro	25	Alugado
Joel Moreira Delfino	João Naves Carneiro	62	Próprio
Marta Regina Santos	Rua Tomas Pereira	598	Próprio
Anderson Vitor Narcisio	Rua Manoel Martins Pereira	141	Próprio
Walter Othon Pereira	Rua Joaquim Felipe	335	Próprio
Camilo Antônio de Jesus	Rua João Gualberto	63	Próprio
Lucélia Maria da Silva	Rua João Gualberto	63	Próprio
Tulio Borges	Rua Silvestre Martins Pereira	455	Próprio
Rogério Marcelino de Oliveira	Rua João Naves Carneiro	99	Próprio
David Elias Ferreira	Rua Tereza Batista Novais	03	Próprio
Willian Braga de Oliveira	Rua João Gualberto	577	Próprio
Jorge Geraldo Raimundo	Rua Joaquim Felipe	140	Próprio
Luciana Gomes Pereira	Rua José Pedro de Araújo, Córrego do Ouro	382	Próprio
Ailton Vicente	Rua Teodorico Pereira Alvim - Córrego do Ouro	203	Próprio
Francisca De Paula Moreira	Rua Antoinio José de Araujo	347	Próprio
Daniel Borges	Rua Joaquim Felipe, Bairro Córrego do Ouro	363	Alugado
Luiz Claudio Pedro	Rua Vitor Carlos Pereira	275	Próprio
Marta Pereira Mesquita	Rua Antônio José de Araujo	Córrego do Ouro	Próprio
Maria José da Silva Ramos	Rua Teodorico Pereira Alvim, Bairro (Corrego do Ouro)	281	Próprio
Cláudia Maria dos Reis	Padre Vitor, Córrego do Ouro	09	Cedido
Maria Gomes de Souza	Antônio P. Alvim	357	
Alexandre Ejeiber de Lima	Padre Vitor	52	Próprio
André Lopes Pereira	Rua João Gualberto	582	Próprio
Alcides da Silva Filho	Rua Antônio José de Araújo -	268	Próprio

	Córrego do Ouro		
José Carlos Pereira	Rua Manuel martins Pereira	142	Próprio
Joice Alves Pereira	Rua João Naves Carneiro, Córrego do Ouro	12	
Luis Carlos Vieira	Rua João Naves Carneiro	42	Próprio
Osmar Sebastião Santos	Rua Silvestre Martins Coelho, Córrego do Ouro	268	Próprio
Carlos Alberto Marciel	José Pedro de Araujo	340	
Celso Reis Alves Silva	Rua João Gualberto, Córrego do Ouro	53	Próprio
Maria Sueli Oliveira Silveira	Rua Fazenda Velha	40	Próprio
Maria José Narciso	Rua José Pedro de Araújo, Córrego do Ouro	450	Próprio
Anderson Henrique Pereira	Rua Nei Silva	139	Próprio
Denisio Donizete Teodoro	Rua Nei Silva		Próprio
João Paulo Coelho	Rua Silvestre Martins Coelho	300	Próprio
Sebastião da Silveira	Rua Nei Silva	106	Próprio
Edivaldo Vitor Ferreira	Vicente José da Silva		Alugado
Carlos Joel de Oliveira	Rua José Pedro de Araújo	427	Próprio
Isabel Aparecida de Lima	Rua Joaquim Felipe	399	Próprio
Maria Benedita da Silva	Rua Antônio José de Araujo	444	Próprio
Adriana Augusto da Silva	Rua José Pedro de Araújo	287	Alugado
Giovane da Silveira	Rua Luiza Maria da Conceição	172	Próprio
José Nesio Gomes Oliveira	Rua Tomas Pereira	382	Próprio
Henrique Benedito Teodoro	Rua Silvestre Martins Coelho		Próprio
Carlos Sérgio	Rua Vitor Carlos Pereira	182	Próprio
Pedro Tavares Teodoro	Rua Nei Silva	118	Próprio
Ramon Coelho Pereira	Rua Fazenda Velha	49	Próprio
Francisco de Paula Vitor Rodrigues	Padre Vitor	62	Próprio

Antônio Luiz Camilo	Rua João Gualberto	160	Próprio
Reginaldo Marciano de Oliveira	Rua Teodorico Pereira Alvim	293	Alugado
Donizete Luiz Camilo	Rua João Gualberto	270	Próprio
Adriano Vitor de Lima	Tomaz Pereira	300	Próprio
Gilvan da Silva	Antônio Pereira Alvim	407	Próprio
Denise Ferreira Silva	Rua Vitor Carlos Pereira	84	Próprio
Luiz Antônio de Araújo	Rua Antônio Pereira Alvim	90	Próprio
Josimar da Silva Barbosa	Vitor Carlos Pereira	31	Alugado
Edenilson Vilani	Rua Manuel Francisco Sales	122	Próprio
Geracina Mendes da Silva	Rua Vitor Carlos Pereira	72	
Adriana de Oliveira Santos	Rua João Gualberto	58	Próprio
Aguinaldo Vilani	Rua João Guarberto	507	Próprio
Cleusa Maria Silveira Oliveira	Rua João Gualberto	456	Próprio
Jean Carlos dos Santos Alexandre	Rua João Gualberto	525	Próprio
Maria Fátima Lima	Rua Antônio Pereira Alvim		Alugado
Lindalva Incerti de Paiva	Rua Joaquim Felipe	238	Próprio
Wagner Pereira	Rua Joaquim Felipe	103	Próprio
Osvaldo José Pacheco	Rua Nei Silva	118	Próprio
Edson Alves Silva Junior	Rua Joaquim Felipe	283	Próprio
Rubens Tadeu Graciano	Rua Maria Luiza da Conceição	41	Próprio
Airton Marciano dos Santos	Rua João Gualberto	669	Próprio
Raissa Pereira Vilani	Rua Antônio Pereira Alvim	252	Cedido
Rolson de Lima Andrade	Rua João Naves Carneiro	59	Próprio
Sebastião Joel de Oliveira	Rua Joaquim Felipe	324	Próprio
Sirlei Ap Pereira PAiva	Rua Sebastião Pinto Louredo		Próprio
Eduardo Freitas de Oliveira	Rua Vitor Carlos Pereira	244	
Paulo Pereira	Rua Joaquim Felipe	511	Próprio

Marília de Paiva	Rua João Gualberto	449	Alugado
Ester de Oliveira	Rua Joaquim Felipe	300	Próprio
Isaís Messias de Oliveira	Rua Fazenda Velha	96	Alugado
Mário Serafim	Rua Joaquim Felipe	327	Próprio
Maura Borges Santos	Rua Teodorico Pereira Alvim	273	Próprio
Damião Pinto Louredo	Rua João Gualberto	458	Próprio
Carlos Alberto Borges Domingos	Rua João Gualberto	580	Próprio
Renan Coelho Pereira	Rua João Gualberto	401	Próprio
Nicodemos Domingos Oliveira	Joel Augusto de Oliveira	429	Alugado
Geraldo de Oliveira	João Gualberto	437	Próprio
Alexandre Xavier de Souza	Rua Antônio Pereira Alvim	60	Alugado
Carlos Cezar Moreira	Antônio José Araujo	354	Alugado
Simone Cristina da Silva	Rua Antônio José Araujo	374	Cedido
Roberto Regis Pereira	Rua Fazenda Velha	51	Próprio
Loreval Vieira Brito	Rua Joaquim Felipe	266	Próprio
Luiz Amadeu de Paula	Rua José Pedro de Araújo	325	Próprio
Maria Aparecida de Jesus	Rua José Pedro de Araújo	582	Próprio
Geraldo Pereira	Rua João Gualberto	493	Próprio
José Roberto Jorge	Rua José Joaquim Palhão	224	Próprio
Geni Scandelado	Rua Ney Silva	631	Próprio
Antônio Aureliano da Silva Filha	Rua Ney Silva	611	Próprio
Mônica Ferreira Oliveira	Rua Ney Silva	536	Próprio
Paulo Ubiratam Silva	Rua Antônio José de Araujo	11	Alugado
Maria de Lourdes Santos Miranda	Rua Ney Silva	621	Próprio
Iria Martins Melquiades	Rua Antônio José Araujo	239	Próprio
Edson Carlos Barros	Rua Ney Silva	640	Próprio
Oldair José Ferreira Pinto	Rua Fazenda Velha	58	Próprio
Reginaldo Bezerra de Souza	Rua Luiza Maria da Conceição	432	Próprio

Eduardo Marques Teodoro Ferreira	Rua Fazenda Velha	A61	Próprio
Ciro Oliveira	Rua Ney Silva	695	Próprio
Tiago Vitor Brito	Rua Ney Silva	650	Próprio
João Francisco Oliveira	Rua Tomas Pereira	690	Próprio
José Luiz Lopes Pereira	Rua Ney Silva		Cedido
Daniel Pereira Silva	Rua Tomas Pereira	700	Próprio
Marilda Pereira Alvim Neto	Rua Tomas Pereira	524	Próprio
Odete Siqueira	Rua Projetada	156	Próprio
Paulo Cesar Leoredó	Rua Tomas Pereira	483	Cedido
Leandro Candido de Oliveira	Rua Projetada	181	
José Maria Ferreira	Rua Tomas Pereira	470	Próprio
João Vitor Ferreira	Rua Tomas Pereira	420	Próprio
Ademir José Marques	Rua Luiza Maria da Conceição	392	Próprio
Mauro Aurelino Santos	Rua Ney Silva	581	Próprio
Maicon Pereira Braga	Rua Luiza Maria da Conceição	122	Próprio
Jorge Henrique Fernandes	Rua Teodorico Pereira Alvim	43	Próprio
Valeria Vieira Diniz	Rua Teodorico Pereira Alvim	73	Próprio
Conceição Ap. Romão	Antônio Pereira Alvim	367	Próprio
Sérgio Rodrigues Pereira	Rua Luiza Maria da Conceição	314	Próprio
Odair Pereira Guimarães	Rua Vitor Carlos Pereira	260	Alugado
Idone Pereira	Rua Teodorico Pereira Alvim	67	Próprio
Edson José Vilane	Rua Luiza Maria da Conceição	416	Próprio
Antônio Luiz Gonzaga	Rua Silvestre Martins Coelho	283	Próprio
Maria dos Reis Gomes	Rua Teodorico Pereira Alvim	85	Próprio
Nilo Sergio	Rua Luiza Maria da Conceição	429	
Francisco de Paula vitor Pereira	Rua Manuel Martins Pereira	12	Próprio
Mário Bezero Souza	Rua Luiza Maria da Conceição	419	Próprio

José Maria de Oliveira	Rua Luiza Maria da Conceição	447	Próprio
Ronaldo Paula Veiga	Rua Ney Silva	31	Próprio
Julio Marques Pacheco	Rua Projetada	96	Próprio
Wantuil Pereira	Rua Silvestre M. Coelho	373	Próprio
Edamara Pereira	Rua José Joaquim Palhão	141	Próprio
Sebastião de Oliveira	Rua Projetada		Próprio
Eraci dos Santos Dutra	Rua Projetada	03	Próprio
Tereza Batista Fernandes	Rua José Ramos	570	Próprio
Silvani de Paiva	Rua Silvestre Martins Coelho	253	Próprio
Marco Antônio Barbosa	Rua Projetada	20	
Pedro Julio Neto	Rua Manuel Martins Pereira	123	Próprio
Miguel Gomes da Silva	Rua Tomas Pereira	507	Próprio
Ricardo Aparecido Rozendo	Rua Projetada	115	Próprio
Amarildo José Pereira	Rua: Silvestre Martins Coelho	252	Próprio
José Antônio Augusto Faria	Rua Manuel Martins Pereira	151	Próprio
Celso Leandro da Silva	Rua Projetada	232	Próprio
Arildo José Paiva	Rua: José Pedro de Araujo	307	Próprio
Adilson Oliveira Coelho	Rua Projetada	06	Alugado
Maria Helena Batista Moraes	Rua: Teodorico Pereira Alvim	185	Próprio
Gabrieli Luiz Santos	Rua Tomas Pereira	490	Próprio
Alzira Alves	Rua Projetada	375	Próprio
Eugênio Vilani	Rua Fazenda Velha	14	Próprio
Maria Sebastiana Rezende Barroso	Rua Joaquim Felipe	501	Próprio
Cosme Luiz Andrade Lameri	Rua Joaquim Felipe	299	Próprio
Antônio José Teodoro	Rua Fazenda Velha	61	Próprio
Francisco Incerte Filho	Rua do Comércio	36	Próprio
Betania Oliveira Pereira	Rua Tomas Pereira	450	Alugado

Rafael Fernandes Alves Custodio	Rua Projetada	120	Alugado
Magda Maria Oliveira	Rua Ney Silva	601	Próprio
José Aparecido dos Santos	Rua Tomas Pereira	167	Próprio
Márcio Batista	Rua Vitor Carlos Pereira	62	Próprio
Paulo do Amor	Rua Padre Vitor	57	Próprio
Wladimir Luis Pereira	Rua Padre Vitor	67	Próprio
Lucas Fernandes Eduarda	Rua: Padre Vitor	97	Próprio
Maria Aparecida Mendes	R. Vitor Carlos Pereira	270	Próprio
Vonir Otaviano da Silva	Rua Vitor Carlos Pereira	282	Próprio
Rita De Cássia Julio	Rua Antônio Pereira Alvim	38	Próprio
José Silvestre Coelho	Rua Antônio Pereira Alvim	53	Próprio
Amaro Louredo	Rua Tomas Pereira	72	Próprio
José Vitor Martins	Rua Antônio José de Araújo	432	Próprio
Amir Rogério Rodrigues	Rua Antônio Pereira Alvim	350	Próprio
Maurilio Antônio Pereira	Rua Luiza Maria da Conceção	372	Próprio
Geraldo Moreira dos Santos	Rua Mom Senhor Teofilo Sales	63	Próprio
Geraldo Augusto Pereira	Rua Antônio Pereira Alvim	86	
Vicente de Paulo Vilani	Rua Antônio Pereira Alvim	82	
Neusa de Fatima Oliveira	Rua João Gualberto	546	Próprio
Luiz Felipe Correia Silva	Rua: Joaquim Felipe	502	
Pedro Lúcio Coelho	Rua Antônio José de Araújo	297	Próprio
Vitor Luiz Ramos	Rua Antônio José de Araújo	314	Próprio
Fernando Paulo Vieira de Brito	Rua Fazenda Velha	50	Próprio
Nivaldo Elias do Nascimento	Rua Antônio José Araújo	373	Próprio
Hideraldo Luiz Vilani	Rua Fazenda Velha	30	Próprio
Reginaldo Pedro Assis Souza	Rua Antônio José Araujo	84	Próprio
Aniais Viana de Meireles	Rua Antônio José de Araujo	361	Próprio
Tereza Oliveira de SOuza	Rua Antônio José de Araujo	73	Próprio

Robson de Lima	Rua João Gualberto	534	Próprio
Edmaura Maria Gonzaga	Rua Silvestre Martins Coelho	104	Próprio
Donizete Vicente	Rua Projetada	159	Próprio
André do Amor	Rua: João Naves Carneiro	72	
Adão Ferreira dos Santos Sena	Rua Projetada	160	Próprio
Maria Aparecida Caires	Rua Projetada	110	Próprio
Denis Serafim	Rua Projetada	52	Próprio
Roni Crist Pereira	Rua Nei Silva	50	Próprio
Antonio Vitor Prado	Rua Nei Silva		Próprio
Adelson Pereira	Rua Antônio Pereira Alvim	452	Próprio
Maria do Carmo Silva	Rua Luiza Maria da Conceição	61	Próprio
Valdeci dos Santos	Rua Projetada	28	Próprio
Antônio Marcos Oliveira	Rua: Silvestre Martins Coelho		Próprio
Geraldo Magela Pereira	Rua Projetada		Próprio
João Batista de Faria	Rua Silvestre Martins Coelho	480	Próprio
Luzia de Carvalho Siqueira Paiva	Rua João Gualberto	589	Próprio
Sergio Teodoro Silva	Rua: Nei Silva	166	
Maria do Carmo de Oliveira Naves	Rua João Gualberto	558	Próprio
Ricardo de Oliveira Novaes	Rua João Gualberto	492	
Leandro do Carmo Prado	Rua Manoel Martins Pereira	132	Próprio
Maria da Penha Gomes	Rua João Gualberto	473	Próprio
João Vicente Cunha	Rua João Naves Carneiro	92	Próprio
Marco Antônio Cunha	Rua João Naves Carneiro	171	Próprio
Tatiana Apda Pedro Luis	Rua: Luiza Maria da Conceição	126	Próprio
Wellington Vilani	Rua João Gualberto	571	Próprio
Maria Alice Santana Pereira	Rua: Nei Silva	79	Próprio
Donizete de Oliveira Almeida	Rua João Gualberto	539	Próprio

Eliete Grace Pereira	Rua João Gualberto	529	Próprio
Aloisio Pereira	Rua José Pedro de Araújo	397	Próprio
Maria Aparecida Gonçalves	Rua João Gualberto	206	Próprio
Wellington José Rodrigues	Rua Tomás Pereira	270	Alugado
José Augusto de Oliveira	Rua: Antônio Pereira Alvim	36	Próprio
Maria das Dores Pereira	Rua João Gualberto	659	Próprio
Ana Paula Aparecida Pereira	Rua Antônio Pereira Alvim	371	Alugado
Rogéria P. Camilo	Rua: Antônio Pereira Alvin	26	Alugado
Sebastião Bernardo	Rua Antônio Pereira Alvim	347	Próprio
Grasiele Ap. da Silva	Rua Antônio Pereira Alvim	347	
Henriqueta Vicentina Vitor Marcelino	Rua Antônio Pereira Alvim	377	Próprio
Denilson Coelho	Rua: Antônio Pereira Alvim		Cedido
Adriano Rodrigues	Antônio Pereira Alvim	397	Próprio
Márcio Vinícius Carneiro Henrique	Rua Manuel Martins Pereira	22	Próprio
Lucimara Cambraia Pereira	Rua Silvestre Martins Coelho	455	Alugado
Silvano de Oliveira	Rua Nei Silva	132	Próprio
Maria de Lourdes Pereira O.	Rua Nei Silva	60	Próprio
Genilton Eliziano Paula	Tómas Pereira	420	Próprio
Maria Aparecida Julio Pereira	Rua José Pedro de Araujo	320	Próprio
Isabela Incerte da Silva	Rua João Novais Carneiro	294	Próprio
Jucilene Bento Bráz	Rua João Naves Carneiro	10	Próprio
Edson Batista Mesquita	Rua Nei Silva	70	Próprio
Iraci Alves S. Constantino	Rua João Naves Carneiro	20	Próprio
Ramiro Pereira Souza	Rua José Pedro de Araújo	354	Próprio
Sebastião Leopoldino	Rua João Gualberto	689	Próprio
Maria de Fátima Costa Luiz	Rua Antônio Pereira Alvim	112	Próprio
João Carlos Pereira	Rua Antônio Pereira Alvim	253	Próprio

Zé Pomposa de Oliveira	Rua Nei Silva		Próprio
Alfredo Ravascheri	Rua do Comércio	30	Próprio
Alexandre Pereira de Souza	Rua Teodorico Pereira Alvim	230	Próprio
Iolanda Pereira	Rua do Comércio	36	Próprio
Etelvino Francisco dos Santos	Rua Teodorico Pereira Alvim	210	Próprio
Iraci Pampilio da Silva	Rua Antônio Pereira Alvim	86	Próprio
Dalton Correia Lima	Rua Nei Silva		Próprio
Vitoria Francisco de Jesus Silva	Rua Nei Silva	245	Próprio
Edson de Paula Braga	Rua Nei Silva	58	Próprio
Rodrigo Machiri da Silva Souza	Rua Nei Silva	274	Próprio
Helio Silva	Rua Nei Silva	70	Próprio
Cristiane da Silva Gomes	Rua Luiza Maria da Conceição	54	Próprio
Maria Geralda Silva Batista	Rua Luiza Maria da Conceição	173	Próprio
John Lenom Oliveira da Silva	Rua Luiza Maria da Conceição	102	Próprio
Luis José Lima	Rua Luiza Maria da Conceição	114	Próprio
Luis Antônio da Silva	Rua Luiza Maria da Conceição	70	Próprio
José Reis de Oliveira	Não preenchido		Próprio
Grimaldo Batista	Rua João Naves Carneiro		Próprio
Luciano Henrique Conceição	Não preenchido		Próprio
Paloma Victória da Silva	Rua Tomaz Pereira	350	Alugado
Vitor das Graças Cunha	Rua João Naves Carneiro	63	Próprio
José Talsizo Pereira	Rua Antônio Pereira ALvim	229	Próprio
Vitor Francisco de Paula	Rua Vitor Carlos Pereira	152	Próprio
José Augusto Pereira	Rua Praça da Matriz	182	Próprio
João Batista Pereira	Rua do Comércio		Próprio
Maria Alice Santana Pereira	Rua: Nei Silva	79	Próprio
Sebastião Danizeti Ferreira	Rua Nei Silva		Próprio
José Henrique da Silva	Rua XV de Novembro	96	Próprio

Jucilene Bento Brás	Rua: João Naves Carneiro	10	
Dona Julia de Paiva	Rua do Comércio		Próprio
Manoel Alves Pereira	Rua XV de Novembro	32	Próprio
Maria da Conceição Pereira	Rua XV de Novembro	52	Próprio
Isabela Incerte da Silva	Rua: João Novais Carneiro	294	Próprio
Aparecida de Souza	Rua Vitor Carlos Pereira	72	Alugado
Maria Aparecida Julio Pereira	Rua: José Pedro de Araujo	320	Próprio
Dionizio Gabriel Donato	Rua Teodorico Pereira Alvim	115	Alugado
Raul Pereira Medeiros	Rua XV de novembro	45	Próprio
Natanoel Ramos Abreu	Rua Antonio José Araújo	113	Próprio
Geninton Eleziano Paula	Tómas Pereira	420	Próprio
Maria do Pilar	Rua Fazenda Velha	258	Próprio
Ramiro Coelho	Rua Praça da Matriz		Próprio
Sebastião Carlos Miguel	Rua Praça da Matriz		Alugado
Maria De Lurdes Pereira O.	Rua Nei Silva	60	Próprio
Regis Coelho	Rua Silvestre Martins Coelho		Próprio
Valdemir de Paiva	Rua do Comércio	140	Próprio
Tatiana Nazaré da Silva	Rua Manuel Martins Pereira	249	Próprio
Pedro Vilani	Rua do Comércio		Próprio
Pureza de Paiva Pereira	Rua Sebastião Pinto Louredo	59	Próprio
Eliana Maria de Souza Silva	Rua Manuel Martins Pereira	173	Próprio
Rosana Aparecida de Oliveira	Rua Manuel Martins Pereira	277	Próprio
Silvano de Oliveira	Rua: Nei Silva	132	
Luis Roberto da Silva	Rua Manuel Martins Pereira	122	Próprio
Antônio Batista Ferreira	Rua XV de Novembro	68	Próprio
Elialdo Guimarães	Rua XV de Novembro	72	Próprio
Lucimara Cambraia Pereira	Rua: Silvestre Martins Coello	455	Alugado
Salomão Julio Tobias	Rua XV de Novembro	120	Próprio

Wilson Alexandre	Rua Vitor Carlos Pereira	213		
Pauline Aparecida Pedro	Rua Vitor Caros Pereira	271		Próprio
Marcio Vinícius Corneiro Herinque	Rua: Manoel Martins Pereira	22		Próprio
Reinaldo Francisco dos Santos	Rua Teodorico Pereira Alvim	220		Próprio
Robson Ap de Lima	Rua: Jpão Gualberto	534		Próprio
Edmaura Maria Gonzaga	Rua: Silvestre Martins Coelho	104		Próprio
Donizete Vicente	Rua: Projetada	159		Próprio
Adão Ferreira Dos Santos Sena	Rua: Projetada	160		Próprio
Maria Aparecida Caires	Rua: Prejetada	110		Próprio
Denis Serafim	Rua: `Projetada	52		Próprio
Antônio Vitor Prado	Rua: Nei Silva			Próprio
Adelson Pereira	Rua: Anônio Pereira Alvim	452		Próprio
Valdeci dos Santos	Rua: Projetada	28		Próprio
Geraldo Magela Pereira	Rua: Projetada			Próprio
João Martins de Faria	Rua: Silvestre Martins Coelho	480		Próprio
Iraci de Lima Paiva	Rua Praça da Matriz	278	Corrêgo do Ouro	Próprio
Luiz Fernando Figueiredo Tavares	Rua Praça da Matriz	288	Corrego do Ouro	Próprio
Carlos José de Paiva	Rua Praça da Matriz	228	Corrêgo do Ouro	Próprio
Ostelino Gomes da Silva	Rua Tomás Pereira	573	Corrego do Ouro	Próprio
Carlos Coelho	Antônio José Araujo	105		Próprio
Irani Ramos	Rua: Projetada	448		Próprio
Sebastião Silva Caires	Rua: Projetada	330		
Joaquim Antônio Lima Dos Santos	Manoel Francisco Sales.	03		Próprio
Natalia Teodoro de Oliveira	Rua: Projetada	576		Alugado

Valdeci Gomes de Oliveira	Rua: Manoel Francisco Sales	210	Cedido
Gabriel Adonias da Silva	Rua Luiza Maria da Conceição		Próprio
Tereza Maria da Conceição Pereira	Rua: Venezuela	54	Próprio
Vicentina Maria de Lima Souza	Rua: Fazenda Velha	60	Próprio
Lucio Alves de Brito	Rua: Fazenda Velha	212	Próprio
Valdeci Tobias	Rua: Fazenda Velha	248	Próprio
Rogério da Silveira	Rua: Fazenda Velha	85	Próprio
Catarina Gonçalves Mereles	Rua Fazenda Velha	273	Próprio
Maria Helena Teodora Oliveira	Rua: Fazenda Velha	226	Próprio
Fábio Aparecido Palhão	Rua: Fazenda Velha	283	Próprio
Diogenes Palhão	rua: Fazenda Velha	192	Próprio
Leandro Gonçalves Mereles	Rua: Fazenda Velha	293	Próprio
Itamar Serafim	Rua: Manuel Martins Pereira	283	Próprio
Letícia Apaprecida Meireles	Rua : Fazenda Velha	202	Próprio
Sandro Reis Palhão	Rua: Manuel Martins Pereira	213	Próprio
Antonia Iolanda A. Felisbino	Rua: Manuel Martins Pereira	259	Próprio
Lourenço de Oliveira	Rua: Manuel Martins Pereira	172	Próprio
José Maria Barbosa	Rua: Manuel Martins Pereira	233	Próprio
Nemezia Maria Palhão Jacinto	Rua: Manoel Martins Pereira	102	Próprio
Natanael dos Reis	Rua: Manuel Francisco Sales	340	Próprio
Reginaldo Pedro Assis Souza	Rua: XV de Novembro	84	Próprio
Ivan De Oliveira Souza	Rua: Manuel Francisco Sales	52	Cedido
Evanildo Aparecido Nery Maciel	Rua Antônio José Araújo	188	Próprio
José Antônio de Assis	Rua Manuel Francisco Sales	152	Próprio
Daniela Luiza Roberto	Rua: José Joaquim Palhão	11	Próprio
Farla Aparecida Assis	Rua Monoel Francisco Sales	158	Próprio
Bianca Garcia da Silva	Rua Manoel Martins Pereira	72	Próprio

Marco Túlio Silva Brito	Rua João Gualberto	689	Próprio
Marcondes dos Santos	Rua João Gualberto	679	Próprio
José Francisco de Oliveira	Rua: Anônio Pereira Alvin	457	Próprio
Gustavo de Oliveira	Rua João Gualberto	624	Próprio
Marina de Oliveira Alexandre	Rua João Gualberto	69	Próprio
Carlos Daniel C. Oliveira	Rua: Projetada	552	Cedido
Rogério Pereira	Rua Tomás Pereira	39	Próprio
Lucas Batista Oliveira	Rua Antônio Pereira Alvim	507	Próprio
Vitor Alessandro da Silva	Rua: Projetada	523	Próprio
Ana Gonsalve dos Santos Bento	Rua Vicente José da Silva	152	Próprio
Reginaldo de Oliveira	Rua Tereza Batista Novais	63	Cedido
Rodrigo de Oliveira Bernabé	Rua Antonio Pereira Alvim	467	Próprio
Maria Madalena Garcia	Rua: Tereza Batista Novais	42	Próprio
Luciano Luiz	Rua Mon Senhor Teofilo Sales	43	Próprio
Leandro Junior da Silva	Rua Luiza Maria da Conceição	142	Próprio
Rosenildo de Oliveira	Rua: Tereza Batista Novais	83	Cedido
Joseane Geraldina Pereira de Souza	Rua José Vicente da Silva	lote	Próprio
Elisete Geraldina da Silva	Rua João Gualberto	592	Próprio
Clever Fernandes Costa Junior	Rua Projetada	560	Alugado
Antônio Pereira S.	Rua Manoel Martins Pereira	193	Próprio
Luiz Carlos de Paiva	Rua José Francisco Pereira	97	Próprio
José Aparecido Tobias	Rua: Mon Senhor Teófiló Salez	03	Próprio
Donizete Luciano Camilo	Rua Padre Vitor	152	Próprio
Ana Lucia Julio	Rua Adolfo Pereira	77A	Próprio
Natania Pereira	Rua Adolfo Pereira	77B	Alugado
Mateus Silva Meireles	Rua: Luiza Maria Da Conceição	56	Cedido
José Ricardo Pádua Andrade	José Francisco Pereira	39	Próprio

Daviid Esteves Franco	Rua: José Aristides de Araújo	147	Próprio
Alessandro Dias Flávio	Rua: Projetada	420	Próprio
Francisco de Paula Souza	Rua José Francisco Pereira	30	Próprio
Clayton da Silva Paiva	Rua Manuel Martins Pereira	62	Alugado
Vitor Teodoro da Silva	Rua Padre Vitor	82	Próprio
Luciana Mendes	Rua Padre Vito	51	Próprio
Maria Eterna de Jesus Camilo	Rua Padre Vitor	142	Próprio
Paulo Henrique Silva	Rua Padre Vitor	23	Próprio
João Carlos Oliveira	Rua Padre Vitor	37	Próprio
Cleusa Aparecida de Paula	Rua Vicente José da Silva	16	Próprio
Willian da Silva	Rua: Tomás Pereira	46	Alugado
Tereza Julia de Paiva	Rua: do Comércio	62	Próprio
Antônio Alves Ferreira	Rua Padre Vitor	15	Cedido
Rosimeire Corti dos Santos	Rua Projetada B	390	Próprio
Marcos Aureliano Santos	Rua Projetada	504	Próprio
Maria Cleusa da Silva	Rua Luiza Maria da Conceição	57	Próprio
Alcino Lopes	Rua Mon Senhor Teófilo Sales	13	Próprio
Luzia de Carvalho Siqueira Paiva	Rua: João Gualberto	589	Próprio
Adriana de Lourdes Barbosa Bernardo	Rua XV de Novembro	121	Próprio
Isabel Maria Silva de Oliveira	Rua Mon Senhor Teófilo Sales	14	Próprio
Maria Antônia de Lima	Rua Padre Vitor	49	Cedido
Maria do Carmo de Oliveira	Rua: João Gualberto	558	Próprio
Henrique Rogue dos Santos	Rua Padre Vitor	33	Próprio
Paulo Afonso de Paiva	Rua Francisco Pereira	283	Próprio
Renata Aparecida Lopes Peraira	Rua Vitor Carlos Pereira	193	Próprio
Ricardo de Oliveira Novaes	Rua: João Gualberto	492	
Celso Reis A. Silva	Rua João Gualberto	26	Alugado

Leandro do Carmo Prado	Rua: Manoel Martins Pereira	132	Próprio
Maria das Graças	Rua João Gualberto	72	Próprio
Ercio Batista Goulart	Rua José Francisco Pereira	49	Próprio
Maria da Penha Gomes	Rua: João Gualberto	473	Próprio
João Vicente Cunha	Rua: João Naves Carneiro	92	Próprio
Isaias de Paulo Batista	Rua José Francisco Pereira	51	Próprio
Marco Antônio Cunha	Rua: João Naves Carneiro	171	Próprio
Antônio Clarete Silva	Rua José Francisco Pereira	29	Próprio
Helder Vilani	Rua Venezuela	57	Próprio
Ozilia Maria de Oliveira	Rua Venezuela		Próprio
Clemeris Maria de Paiva	Praça da Matriz	224	Próprio
Ubirajara Pereira das Virgens	Rua Teodorico P. Alvim	109	Próprio
Josuel Vitor da Silva	-		Próprio
Wellington Vilani	Rua: João Gualberto	571	
Mércia Pereira Oliveira	Rua José Francisco Pereira	164	Alugado
Helio de Oliveira	Rua José Francisco Pereira	168	Próprio
José dos Santos Silva	Rua Francisco Pereira	20	Próprio
Alessandra Carneiro Pereira	Rua José Francisco Pereira	09	
Donizete de Oliveira Almeida	Rua: João Gualberto	539	
Eliete Grace Pereira	Rua: João Gualberto	529	
Aloisio Pereira	Rua: José Pedro de Araujo	397	Próprio
Maria Aparecida Gonçalves	Rua: João Gualberto	206	Próprio
Wellington José Rodrigues	Rua Tomás Pereira	270	Alugado
Maria das Dores Pereira	Rua João Gualberto	659	Próprio
Ana Paula Aparecida Pereira	Rua Antônio Pereira Alvim	371	Alugado
Sebastião Bernardo	Antônio Pereira Alvim	347	Próprio
Grasiele Aparecida da Silva	Rua Antônio Pereira Alvim	347	
Henriqueta Vicentina Vitor	Rua Antônio Pereira Alvim	377	Próprio

Marcelino			
Adriano Rodrigues	Rua Antônio Pereira Alvim	397	Próprio
Marinalva Garciano	Rua Projetada E	15	Próprio
José Itamar Vieira	Rua Silvestre Martins Coelho	74	Próprio
José Itamar Vieira	Rua Silvestre Martins Coelho	74	Próprio
José Vieira de Brito	Rua Manuel Martins Pereira	267	Próprio
Eder Afonso Barbosa	Rua Tereza Batista Novais	22	Próprio
Milton de Oliveira	Rua Tereza Batista Novais	33	Próprio
Paulo Cezar Pereira	Rua Teodorico Pereira Alvim	260	Alugado
Maria de Fatima Louredo Vilani	Rua Joel Augusto de Oliveira	260	Próprio
Sidnei Aparecida Pereira	Rua Joel Augusto de Oliveira	295	Próprio
Djalma Santos Pereira	Rua Silvestre Martins Coelho	193	Alugado
Alba Valéria Coelho	Rua Silvestre Martins Coelho	134	Próprio
Marcos Coelho	Rua Silvestre Martins Coelho	242	Próprio
Ricardo Tadeu Camilo	Rua Fazenda Velha	278	Próprio
Decio Coelho	Rua Jioel Augusto de Oliveira	292	Próprio
Rafael Louredo Vilani	Rua Fazenda Velha	288	Próprio
Sebastião Vicente da Silva	Rua Fazenda Velha	018	Próprio
Paulo Afonso da Silva	Rua Fazenda Velha	97	Próprio
Sergio Graciano	Rua Vitor Carlos Pereira	82	Próprio
Maria Luiza Aureliano	Rua Luiza Maria da Conceição	74	Próprio
Gilmar Sebastião Vitor Mendonça	Rua Joel Augusto de Oliveira	51	Próprio
Higor José Rezende de Souza	Rua José Gualberto - Bairro C do Ouro	652	Zona Rural
Guido Fontagolante de Paiva	Rua Silvestre Martins Pereira	204	Bairro - Córrego do Ouro
Fabiano Souza da Silva	Rua Joel Augusto de Oliveira	285	Bairro - Corrego do Ouro

Antônio Aparecido Barbosa	Rua Manuel Martins Pereira	223	Córrego do Ouro	Próprio
Adrian Gomes	Rua Maria Luiza da Conceição	50	Corrego do Ouro	Próprio
Silvio Coelho	Rua Luiza Maria da Conceição	49		Próprio
Carlos Alberto Resende	Rua Teodorico Pereira Alvim	200		Próprio
Dárcio Correia de Lima	Padre Vitor	102	Corrego do Ouro	Cedido
Otáveio Bertolino Tobias	Rua Fazenda Velha	263	-	Próprio
João Batista Paião	Rua Vitor Carlos Pereira	122		Alugado
Maria Aparecida da Silva	Rua Teodorico Pereira Alvim	157		Próprio
Salvador Bernardo	Rua Teodorico Pereira Alvim	181		Alugado
Rodolfo de Oliveira	Rua Teodorico Pereira Alvim	233		Alugado
Valzone Borges	Rua João Gualberto	665		Próprio
Donizete José da Silva	Rua José Pedro de Araújo	287		Próprio
Rodrigo da Silva	Rua Padre Vitor	81		Próprio
José Osvaldo de Oliveira	Rua Teodorico Pereira Alvim	133		Próprio
Pedro Donizetti Junqueira Palacio	Rua Tereza Batista Novaes	13		Próprio
marcos Antônio de Oliveira	Rua Manoel Francisco Sales	350		Cedido
Efigênia Ap. Mantuani Paiva	Rua Teodorico Pereira Alvim	190		Próprio
Izabel de Moraes Rodrigues	Rua João Gualberto	461		Próprio
Creber Lourenço de Souza	R. Fazenda Velha	378		Alugado
José Otaviano da Silva	Rua Vitor Carlos Pereira	142		Próprio
Enzo Uchida	R. Praça da Matriz	306		Próprio
Jander Luiz de Paiva	Rua Tomás Pereira	330		Próprio
Francisco de Souza Carvalho	Rua Teodorico Pereira Alvim	263		Próprio
Carlos Rogério Correa	Rua Projeta	478		Próprio
Aucêncio José Incerte	Rua João Gualberto	370		Próprio
Daniela Pereira	Rua Teodorico Pereira Alvim	240		Próprio

Ataide Vitor Vicente	Rua Teodorico Pereira Alvim	121		Próprio
Fabício Eliezer Vicente	Rua Manoel Francisco Sales	74		Alugado
Dougras Ferreira da Silva	Rua Fazenda Velha	368		Próprio
Cláudia Luiza Pacheco	Rua Vitor Carlos Pereira / Nei Silva	15		Próprio
Ademir da Silva	Rua João Gualberto	206		Alugado
Maria Luiza Lima	Rua José Pedro Araújo	367		Próprio
João Carlos Coelho	Rua Teodorico Pereira Alvim	126		Próprio
Talisson Barros Camilo	Padre Vitor	112	Córrego do Ouro	Alugado
Daniel Felisbino	Rua Joel Augusto de Oliveira	281		Próprio
Silvestre Coelho Neto	Rua Teodorico Pereira Alvim	106		Próprio
Ana Cláudia Pereira	Rua Padre Vitor	42		Cedido
Barthus Vilhena Leite	R Sebastião Pinto Louredo	16	C. do Ouro	Próprio
Josué Pereira de Oliveira	Rua Vitor Carlos Pereira	100		Próprio
Selmara Oliveira	R. Vitor Carlos Pereira	183		Próprio
Rafael Coelho Teodoro	Rua Antônio José Araujo	167	C. do Ouro	Próprio
Angelina de Oliveira Vilane	Rua Teodorico Pereira Alvim	97		Próprio
Leandro André Mesquita	Rua Vitor Carlos Pereira	223		Próprio
Daria Tereza Vieira	Rua Silvestre Martins Coelho	54	C. do Ouro	Próprio
Sérgio de Oliveira	Rua João Gualberto	194		Próprio
Sebastião Francisco de Oliveira	R. Vitor Carlos Pereira	246		Próprio
Ciro Luiz Serafim	Rua José Pedro de Araújo	362		Próprio
Marcela Xavier de Souza Oliveira	Rua Manuel Martins Pereira	132	C do Ouro	Alugado
Amarildo Eufrosino Ramos	Rua Mon Senhor Teofilo Saez	11		Próprio
Andressa Maria da Silva Ferreira	Rua Manoel Francisco Sales	92		Próprio
Moíses Correia de Lima	Padre Vitor	97	C do Ouro	Próprio
Claudinei Barros	Rua Teodorico Pereira Alvim	180		Próprio
Silvio Alexandre	Rua Teodorico Pereira Alvim	169		Próprio

Rogério Pereira Vital	Rua João Gualberto	73		Próprio
Afailson de Paula Santana	Rua Projetada	514	Casa	Próprio
Breno Rodrigues	R. Luiza Maria da Conceição	174		Próprio
Paulo Júlio Sobrinho	Rua Antônio Pereira Alvim	327		Próprio
Alessandra Coelho Pereira	Rua Antônio Pereira Alvim	245		Próprio
Paulo Ferreira da Silva	Rua Vitor Carlos Pereira, Córrego do Ouro	220		Próprio
Reginaldo Pereira	Rua Venezuela		C. do Ouro	Próprio
Caroline Gomes Pereira	Rua José Pedro de Araujo	345		Próprio
Geralda Ferreira Silva	Rua Vitor Carlos Pereira	53		Próprio
Ednalva Silva Reis	Rua João Gualberto	420		Alugado
Gustavo de Oliveira	Rua José Pedro de Araujo	330		Alugado
Alex Sandro Costa Faustino	Rua Luiza Maria da Conceição	61	C do Ouro	Alugado
Maria Aparecida da Luz	Rua Vitor Carlos Pereira, Córrego do Ouro	36		Próprio
Geraldo Teodoro de Souza	Rua João Gualberto	219		Próprio
Celia dos Santos	Rua João Gualberto	602		Próprio
Paulo Sérgio Santos	Rua Vitor Carlos Pereira	220		Próprio
Luana Aparecida dos Santos	Rua João Garberto	784		Próprio
Almir de Souza Marques	Rua José Pedro de Araújo, Córrego do Ouro	369		Próprio
Aparecido Ferreira da Silva	Rua Vitor Carlos Pereira	211		Próprio
Cirlene Ferreira da Silva	Rua Sebastião Pinto Loredó	12		Próprio
Alberto Natal dos Santos	Rua Projetada	300		Cedido
José Roberto Gomes de Sousa	Rua Manuel Martins Pereira	263	C do Ouro	Próprio
Afonso Batista de Mesquita	Rua Vitor Carlos Pereira, Córrego do Ouro	254		Próprio
Cintia Aparecida Pedro	Rua Vitor Carlos Pereira	420		Próprio
Mauro Tadeu de Lima	Rua Sebastião Pinto Louredo	334		Cedido

Dara Alves de Almeida	Rua Antônio José Araújo	148		Alugado
Cassio Pereira Oliveira	Rua João Gualberto, Córrego do Ouro	368		
Glasiani Pereira	Rua Venezuela	30	C do Ouro	Alugado
Daniel Dangelo da Silva	Rua Venezuela	25		Próprio
Jucenilda Aparecida de Sene	Rua Vitor Carlos Pereira	72		Alugado
Eva Augusta da Silva	Rua Vitor Carlos Pereira, Córrego do Ouro	108		Próprio
Wanderson de Paiva	Rua Sebastião Pinto Louredo	472		Alugado
Maria do Carmo S. Pereira	Rua José Pedro de Araújo, Córrego do Ouro	390		Próprio
Otávio Othan de Souza Pereira	Rua Antonio José Araújo	185		Alugado
Daniel Oliveira Silveira	Rua Antônio José Araújo	154		Cedido
Paulo Batista da Silveira	Rua Sebastião Pinto Louredo	552		Próprio
Ana Paula da Silveira	Rua Sebastião Pinto Louredo	430		Cedido
José Osmar	R. Sebastião Pinto Louredo	339		Próprio
Eliane Aparecida Rodrigues Santana	Rua Vitor Carlos Pereira, Córrego do Ouro			Alugado
Zelia Serafim da Silveira Paiva	R. Sebastião Pinto Louredo	400	C. do Ouro	Próprio
Cosme Edlucio Paulino	Rua Sebastião Pinto Louredo	420		Próprio
Duilio de Oliveira Silveira	Rua Antônio José Araújo	107		Próprio
Mayara Xavier de Souza	Rua Teodorico Pereira Alvim, Córrego do Ouro	134		Cedido
Elizete Geraldino da Silva Pereira	Rua João Gualberto	592		Próprio
João Geraldo da Silveira	Rua João Gualberto	420		Próprio
Salvador José Pereira	Rua Sebastião Pinto Louredo	360		
Olga Vieira Coelho	R. Sebastião Pinto Louredo	240	C. do Ouro	Próprio
Andrea Moraes Camilo Fernandes	Rua Projetada	330		Próprio
Maria Selina de Oliveira Machado	Rua Sebastião Pinto Louredo	166		Próprio
Marilda Coelho Vieira	R. Sebastião Pinto Louredo		C. do Ouro	Próprio

Andrea Moraes Camilo Fernandes	Rua José Pedro de Araújo	565		Alugado
Ivanil Marques de Souza	Rua Joel Augusto de Oliveira	305		Próprio
Maria Isa Palhão	Rua Tomás Pereira	547		Próprio
Tarciso das Neves Céu	Rua Mon Senhor Teofilo Sales	123		Próprio
Paulo Roberto Paiva	R. Sebastião Pinto Louredo	307	C do Ouro	Alugado
Jorge Luiz de Oliveira	Rua Joel Augusto de Oliveira	99		Próprio
Carlos Roberto	R. Sebastião Pinto Loureiro	18	C. do Ouro	Próprio
Joice Vilani de Oliveira Serafim	Rua Tomaz Pereira	585		Próprio
José Pereira	R. Sebastião Pinto Louredo	7		Próprio
Marcelo COelho	Antonio Pereira Alvim, Córrego do Ouro	80		
Franciele Cristina Pereira	Rua Projetada E	320		Próprio
Rafael de Paiva	Rua Teodorico Pereira Alvim, Córrego do Ouro	96		Próprio
Egydio Damião Ferreira	Rua Teodorico Pereira Alvim, Córrego do Ouro	211		Próprio
Danilo Francisco Pereira	Joao Naves Carineiro, Córrego do Ouro	105		Cedido
Geraldo Aloncio de Oliveira	Rua Joel Augusto de Oliveira	101		Próprio
José Pereira Guimarães	Rua Vítor Carlos Pereira, Córrego do Ouro	228		Próprio
Alfredo da Silveira	R. Sebastião Pinto Louredo	348	C. do Ouro	Próprio
Janaina Ap Jorge	Rua Tomás Pereira	480		Próprio
Márcia Maria Palhão Oliveira	Rua Joaquim Felipe	462		
Marciel Carneiro de Oliveira	Rua Teodorico Pereira Alvim, Córrego do Ouro	233		
Graciela Aparecida Oliveira Donizete	Rua Tereza Batista Novais	43		Próprio
José Maria de Oliveira	Rua Joel Augusto de Oliveira	39		Cedido
Maria Irene Pereira de Oliveira	R. Sebastião Pinto Louredo		C. do Ouro	
Leandro Dias Palhão	Rua Tomás Pereira	460		Próprio

Sibele Silveira Junqueira	R. Sebastião Pinto Louredo	485	Próprio
Leticia Maria ALEXandre	José Francisco Pereira, Córrego do Ouro	09	Próprio
Grilson da Costa V.	Rua João Gualberto	619	Próprio
Marcia Maria Palhão de Oliveira	Rua Joaquim Felipe	462	Próprio
Kelly Siqueira de Souza	Rua João Gualberto	774	Próprio
Luiz Carlos da Silva	Joao Gualberto, Córrego do Ouro	626	Próprio
Helena Aparecida da Silva	Rua Nova	97 C do Ouro	Próprio
Isabela Araujo Coelho	Rua José Augusto de Oliveira	26	
Helena Aparecida da Silva	Rua Tomás Pereira	550 C do ouro	Próprio
Ian Rodrigues de Souza	Rua Mon senhor Teofilo Saez	33	Próprio
Maria do Carmo Teodoro	Rua Joel Augusto de Oliveira	300	Próprio
Vitalina Floriano	Rua Joel Augusto de Oliveira	332	Próprio
Maria Valdinete Lopes dos Santos	Rua Joel Augusto de Oliveira	284	Alugado
Maria Aparecida	Rua João Gualberto	622	Próprio
Mauro Vitor da Silva	Rua Mon Senhor Teofilo Saez	21	Próprio
Marcos Donizetti da Silva	Rua João Gualberto	629	Próprio
Marcelo Galdino de Souza	Rua José Aristides de Araújo	99	Próprio
Maria do Carmo Martins Marcelino	Rua Joaquim Felipe	47	Próprio
Maria Aparecida de Oliveira	Rua Joaquim Felipe	30	Próprio
Marilda de Souza Pereira	Rua Joel Augusto de Oliveira	233	Próprio
Olivina Maria Correa Palhão	Rua Joaquim Felipe	452	
Osmir Firmino Moreira	Rua João Gualberto	609	Próprio
Priscila Pereira da Silva	Rua José F. Pereira	256	Próprio
Roberto Álvaro Barroso	Rua José Aristides de Araújo	233	Próprio
Rosiane Ferreira Paiva	Rua Pedro Julio	73	Próprio

Rodrigo José Corrêa	Rua Manoel F, Sales	09		Próprio
Silvana de Souza	Rua Manoel Martins Pereira	89		Próprio
Sebastião Teodoro de Souza	Rua Antônio José Araújo	193		Próprio
Solange Toledo Aparecida Silva	Rua José Francisco Pereira	174		Próprio
Samara Oliveira Silva	Rua João Gualberto	676		Próprio
Stelamaris Vilani	Rua Joaquim Felipe	276		Próprio
Tiago Pereira	Rua Teodorico Pereira Alvim	175		Próprio
Tânia Aparecida do Nascimento Silva	Rua Manoel Francisco Sales	132		Próprio
Ian Rodrigues de Souza	R. Monsenhor Teófilo Saez	33	C. Do Ouro	Próprio
Luiz Carlos da Silva	R. João Gualberto	626	C. do Ouro	Próprio
Maria Irene Pereira de Oliveira	Rua Sebastião Pinto Louredo			
Isabela Araújo Coelho	Rua José Augusto de Oliveira	26	C. do Ouro	
Alfredo da Silveira	Rua Sebastião Pinto Louredo	348		Próprio
José Pereira	Rua Sebastião Pinto Louredo	07		Próprio
Carlos Roberto	Rua Sebastião Pinto Louredo	18		Próprio
Grilson da Costa V.	E. João Gualberto	619	C. do Ouro	Próprio
Paulo Roberto Paiva	Rua Sebastião Pinto Louredo	307		Alugado
Graciela Ap. Oliveira Donizete	Rua Tereza Batista Novais	43		Próprio
Geraldo Aloncio de Oliveira	Rua Joel Augusto de Oliveira	101		Próprio
Franciele Cristina Pereira	Rua Projetada E	320		Próprio
Helena Aparecida da Silva	Rua Nova	97		Próprio
Helena Aparecida da Silva	Rua Tomás Pereira	550		Próprio
Sibele Silveira Junqueira	Rua Sebastião Pinto Louredo	485		Próprio

ANEXO
MINUTA DO CONTRATO

A contratação de empresa especializada, para legalizar áreas ocupadas de forma informal, garantindo o direito à moradia digna para a população. Considerando essencial para identificar os limites das propriedades, áreas públicas, infraestrutura existente, entre outros aspectos relevantes para o processo de Regularização Fundiária de 1.086 (mil e oitenta e seis), imóveis no Distrito de Córrego do Ouro, pelo procedimento administrativo REURB.

CLÁUSULA I

–DAS PARTES E FUNDAMENTO:

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE CAMPOS GERAIS - MG, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua N. Sra do Carmo, 131, n.º 40, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 18.245.175/0001-24, neste ato representando pelo Prefeito Municipal, Sr. Miro Lúcio Pereira, residente e domiciliada nesta cidade.

CONTRATADA:

....., pessoa jurídica de direito privado,
com sede à, n.º, no município de
....., inscrita no CNPJ/MF sob o n.º
....., representada neste ato por
....., portador da Carteira de Identidade n.º.....,
Inscrito no CPF/MF sob o n.º....., pactuam o presente Contrato que se rege pela
Lei Federal n.º 14.133/2021, atendidas as cláusulas e condições que se enunciam a seguir:

FUNDAMENTO LEGAL:

Apresente contratação decorre do Processo Licitatório nº 054/2024
modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2024.

CLÁUSULA II– DO OBJETO

2.1. O objeto deste termo de referência será A contratação de empresa especializada, para legalizar áreas ocupadas de forma informal, garantindo o direito à moradia digna para a população. Considerando essencial para identificar os limites das propriedades, áreas públicas, infraestrutura existente, entre outros aspectos relevantes para o processo de Regularização Fundiária de 1.086 (mil e oitenta e seis), imóveis no Distrito de Córrego do Ouro, pelo procedimento administrativo REURB.

2.2- Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição: 2.2.1-
O Termo de Referência;

2.2.2- O Edital da Licitação;

2.2.3- A Proposta do contratado;

2.2.4-Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA III– VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

3.1- O prazo de vigência deste contrato é de 12 (doze) meses contados de sua assinatura, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

3.2- O prazo de vigência deste contrato poderá ser prorrogado nos termos estabelecidos no Art. 107 da Lei 14.133/2021.

3.3- A prorrogação de que trata esse item é condicionada à avaliação, por parte do Gestor do Contrato, da vantajosidade da prorrogação, a qual deverá ser realizada motivadamente, com base no Histórico de Gestão do Contrato, nos princípios da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, e nos demais aspectos que forem julgados relevantes.

3.4- A prorrogação do contrato deverá ser promovida mediante celebração

3.5- O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA IV– ENTREGA, GARANTIA E CONDIÇÕES DO FORNECIMENTO

4.1- Os critérios de entrega, garantia e condições do fornecimento constam do Termo de Referência – Anexo ao edital.

CLÁUSULA V – DA SUB CONTRATAÇÃO

5.1- Não será admitida a subcontratação sem anuência da CONTRATANTE.

CLÁUSULA VI– DO VALOR

6.1-O valor do presente contrato é de conformidade com a planilha abaixo:

ITEM	UNID	QUANT	ESPECIFICAÇÃO	PREÇO ESTIMADO	
				UNIT.R\$	TOTALR\$
1	un	1086	1.1 - Identificação e delimitação do perímetro do núcleo georreferenciado assinado por profissional legalmente habilitado, com emissão de memorial descritivo do perímetro com ART ou RRT		
2	un	1086	1.2 - Instauração da Reurb, por ofício pelo Município, indicando a modalidade de Reurb praticada no núcleo – Reurb- S ou Reurb- E-		

			seguindo os critérios da Lei 13.465/2017 e Decreto 9.310/2018;		
3	un	1086	1.3 - Audiência Pública com a comunidade a fim de apresentar a REURB e o planejamento para regularização da área.		
4	un	1086	1.4 - Apresentação de planta do perímetro do núcleo constando os possíveis proprietários (de lotes, glebas ou da área total) e identificação dos confrontantes do perímetro		
5	un	1086	1.5 - Realizar buscas no cartório de registro de imóveis com o fim de identificar os proprietários e confrontantes da área do núcleo que será regularizado		
6	un	1086	1.6 - Notificar os confrontantes e proprietários identificados nos termos da Lei 13.465/2017 e Decreto 9.310/2018		
7	un	1086	1.7 - Criar câmaras de prevenção e resolução administrativa de conflitos para sanar qualquer oposição apresentada por proprietário ou confrontante		
8	un	1086	2.1 - Levantamento planialtimétrico georreferenciado da área, apresentando as coordenadas georreferenciada da poligonal da área de intervenção e a situação existente. Devem ser identificadas as características físicas e topográficas da área, envolvendo o levantamento de quadras, lotes, projeção da edificação, as áreas públicas, estrutura viária, declividades do terreno, calçadas, árvores, postes, entre outros elementos relevantes identificados in loco. Deverá conter os acessos e cotas de soleira dos domicílios, pontos de lançamento de esgoto e drenagem, redes de água, esgoto e drenagem existentes, assinado por profissional legalmente habilitado.		
9	un	1086	2.2 - Estudo preliminar das desconformidades e da situação jurídica, urbanística e ambiental;		

10	un	1086	2.3 - Cadastro socioeconômico; *Realização de, no mínimo, 01 (uma) assembleia com a comunidade, em local previamente definido e acordado, para informar sobre o trabalho que será realizado, bem como esclarecer sobre o cadastramento socioeconômico, os documentos que serão necessários e a distribuição de material informativo para facilitar a compreensão e o entendimento; *Cadastro socioeconômico de cada residência da área de intervenção, para levantamento de informações sobre cada família conforme questionário (Anexo II) e coleta dos documentos dos ocupantes, necessários à emissão do título de propriedade ou de posse, de acordo com o instrumento de regularização a ser utilizado. Caso necessário, realização de plantões de atendimento pelo serviço social na comunidade para elaboração dos cadastros sociais das famílias envolvidas no projeto e que não foram encontradas em suas residências,*Compatibilização do Cadastro socioeconômico com o levantamento planialtimétrico, que subsidiará a realização do Projeto Urbanístico.		
11	un	1086	2.4 - Projeto urbanístico conforme artigo 36 da Lei Federal 13.465/2018 e artigo 31 do Decreto 9.310/2018.		
12	un	1086	2.5 - Memorial descritivo e ART ou RRT assinado por profissional legalmente habilitado.		
13	un	1086	2.6 - Proposta de soluções para questões ambientais, urbanísticas e de reassentamento dos ocupantes, quando for o caso.		
14	un	1086	2.7 - Estudo técnico para situação de risco, quando for o caso.		
15	un	1086	2.8 - Estudo técnico ambiental, para os fins previstos na Lei Federal 13.465/2017, quando for o caso.		
16	un	1086	2.9 - Cronograma físico de serviços e implantação de obras de infraestrutura essencial, compensações urbanísticas,		

			ambientais e outras, quando houver.		
17	un	1086	2.10 - Termo de compromisso a ser assinado pelos responsáveis, públicos ou privados, pelo cumprimento do cronograma físico definido.		
18	un	1086	3.1 - Saneamento do processo a fim de verificar o cumprimento dos prazos e etapas do processamento da Reurb até então praticados.		
19	un	1086	3.2 - Aprovação do PRF pela autoridade competente, conforme Lei nº 13.465/2017.		
20	un	1086	3.3 - Expedição da CRF pelo município, conforme Lei nº 13.465/2017.		
21	un	1086	4.1 - Termo de Requerimento do registro em cartório		
22	un	1086	4.2 - Protocolo de registro em cartório		
23	un	1086	4.3 - Nota devolutiva e suas respectivas correções		
24	un	1086	4.4 - Entrega dos registros		

6.2- No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6.3- O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão do quantitativo efetivamente entregue e/ou executado.

CLÁUSULA VII – DO PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1- O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência - Anexo I do edital.

7.2- As despesas resultantes desta contratação correrão à conta das seguintes

Dotações orçamentária:

Recursos financeiros a serem repassados pela CONCEDENTE correrão à conta da dotação orçamentária nº 601 02.02.01 04.122.0052.4.343 33.90.39.00 1701, no valor de (R\$ 512.703,79) no presente exercício de 2024, e o valor de R\$ 1.026.077,71 através de alocações orçamentarias no LOAs de 2025.

CLÁUSULA VIII – DO REALINHAMENTO E REAJUSTE DE PREÇOS

8.3- Conforme as normas financeiras vigentes, não haverá reajustamento de preços, no prazo inferior a 01 (um) ano.

8.4- Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito, ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da **Contratada** e a retribuição da **Contratante** para a justa remuneração do fornecimento, **poderá ser revisada**, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico - financeiro inicial do contrato.

8.5- Na hipótese de solicitação de revisão de preços pela **Contratada**, esta deverá demonstrar a quebra do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, por meio de apresentação de planilha(s) detalhada(s) de custos seguindo a mesma metodologia da planilha apresentada para assinatura do contrato e documentação correlata (lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de produtos e/ou matérias-primas, etc), que comprovem que a contratação tornou-se inviável nas condições inicialmente avençadas.

8.6- Na hipótese de solicitação de revisão de preços pela **Contratante**, esta deverá comprovar o rompimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, em prejuízo da Municipalidade.

8.7- Fica facultada à **Contratante**, realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos itens anteriores, a decisão quanto a revisão de preços solicitada pela **Contratada**.

8.8- A eventual autorização da revisão dos preços contratuais será concedida após a análise técnica e jurídica da **Contratante**, porém contemplará as entregas ou serviços realizadas a partir da data do **protocolo do pedido no Departamento de Licitações da Contratante**.

8.9- Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, a **Contratada** não poderá suspender o fornecimento ou a prestação dos serviços e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes.

CLÁUSULA IX – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1- A contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observado, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1- Entregar o objeto de acordo com o constante do Termo de Referência;

9.1.2- Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de

Acordo com os artigos 12,13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.1.3- Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.1.4- Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.5- Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.6- Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.7- Manter durante a vigência do contrato a habilitação em dia, sendo:

- 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.1.8- Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.1.9- Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.1.10- Não contratar, durante a vigência do contrato, conjugue, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da lei nº 14.133/2021;

9.1.11- Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.1.12- Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

CLÁUSULA X- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10-São obrigações do CONTRATANTE, além das previstas no termo de referência:

10.1- Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com este contrato e seus anexos;

10.2- Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

10.3- Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

10.4- Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

10.5- Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.6- Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

10.7- Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

10.8- Cientificar a Procuradoria Geral do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

10.9- Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, nos termos do art. 123 da lei 14.133/2021;

10.10- Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela CONTRATADA;

10.11- A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA XI – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

11.1- As partes deverão cumprir a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 \(LGPD\)](#), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

CLÁUSULA XII – GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1-Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA XIII – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1- Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº14.133,de 2021](#),

O contrata do que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de

qualquernatureza; agosto de 2013.Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº12.846, de 1º de

13.2-13.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acimaDescritas as seguintes sanções:

a) Advertência pelo atrasode até 10(dez) dias corridos esem prejuízo para o Município de Campos Gerais - MG, na entregada mercadoria/prestação do serviço, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.

b) Multa de até 10% do total do contrato/ordem de compra/serviço para o caso de atraso superior a 10 (dez) dias corridos ou em situações que acarretem prejuízo a Administração, na entrega da mercadoria/prestação do serviço, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.

c) Multa de até 10% do total do contrato/ordem de compra/serviço para o caso de execução imperfeita do objeto.

d) Multa de até 20% sobre o valor total do contrato/ordem de compra/serviço se deixar de entregar a mercadoria/prestar o serviço, no prazo determinado, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.

e) Impedimento de licitar e contratar, nos termos do art. 156, §4º, da Lei 14.133/21;

f) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, nos termos do art. 156, §5º, da Lei 14.133/21;

13.3 - As penalidades acima relacionadas não são exaustivas, mas sim exemplificativas, podendo outras ocorrências ser analisadas e ter aplicação por analogia e de acordo com a Lei nº 14.133/21, em especial aos artigos 155 a 163.

13.4 - As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

13.5- A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art.156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

13.6- Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.7-Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

13.8- Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.9- Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (*quinze*) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.10- A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art.158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.10- Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, Conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.11- Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

13.12- A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em

todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art.160, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

13.13- O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

13.14- As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

13.15- Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua como mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

CLÁUSULA XIV– DOS CASOS OMISSOS

14.1- Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor -e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA XV – DAS MODIFICAÇÕES E/OU ALTERAÇÕES

15.1- Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplinados [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.2- O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3- As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4- Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA XVI – DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO

16.1- Compete à Secretaria Municipal de Saúde, atestar a fatura (nota fiscal) emitida pela contratada, acompanhar a execução dos serviços e zelar pelo fiel cumprimento deste contrato.

16.2- A fiscalização e o acompanhamento da execução deste contrato por parte da contratante não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada em relação ao mesmo.

Gestor do Contrato: Fernanda Ferreira Flávio, matrícula 4554.

Fiscalização Técnica: Lilian de Aparecida de Oliveira Souza, matrícula 6191.

Fiscalização Setorial: Catiara de Carvalho Silva, matrícula 6094.

CLÁUSULA XVII – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

17.1- O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

17.2- Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

17.3- Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

17.4- O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

i. Nesta hipótese, aplicam – se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

ii. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da Empresa não ensejará a extinção senão restringir sua capacidade de concluir o contrato.

iii. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

17.5- O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

iv. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

v. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

vi. Indenizações e multas.

17.6- A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

CLÁUSULA XVIII - PUBLICAÇÃO

18.1- Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n.7.724, de 2012](#).

CLÁUSULA XIX –DO FORO

19.1- Fica eleito o Foro da Comarca de Campos Gerais - MG., para dirimir quaisquer dúvidas referentes ao presente Contrato, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais especial que seja ou possa vir a ser.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento, na presença das testemunhas abaixo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito.

Campos Gerais - MG /MG., _____ de de 2024.

Prefeito Municipal

«Nome da Empresa» _____
Representante Legal

TESTEMUNHAS:

1- _____

2- _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS GERAIS

Rua Nossa Senhora do Carmo, 131 – Centro – CEP: 37160-000

Tel/Fax: (35) 3853-1163\3853-1436